

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VICTOR AUGUSTO LAGE PENA

**OS POSSEIROS DE COTAXÉ E O MOVIMENTO
UDELINISTA: CONFLITOS DE REPRESENTAÇÃO**

Mariana - MG

2016

VICTOR AUGUSTO LAGE PENA

**OS POSSEIROS DE COTAXÉ E O MOVIMENTO
UDELINISTA: CONFLITOS DE REPRESENTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Poder, Linguagens e Instituições.

Orientador: Jefferson José Queler

Mariana – MG

2016

P397p

Pena, Victor Augusto Lage.

Os posseiros de Cotaxé e o Movimento Udelinista [manuscrito]: conflitos de representação / Victor Augusto Lage Pena. - 2016.

105f.: il.: color; mapas.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Messianismo. 2. Estrutura agrária. 3. Cotaxé. 4. Movimento Udelinista. 5. Posseiros. I. Queler, Jefferson José. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81):338.431



Victor Augusto Lage Pena

“Os posseiros de Cotaxé e o movimento Udelinista: conflitos de representação”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Jefferson José Queler
Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Arnaldo José Zangelmi
Departamento de História/ UFOP

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Departamento de História /UFES

A minha mãe, Jô, que me deu a vida e todo o incentivo
necessário para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha mãe, Joanildes, que mesmo sem entender os caminhos que escolhi na vida, nunca deixou de me incentivar para aqui chegar. Meu pai e irmão, Nelson e Túlio, que sempre me ajudaram como puderam.

É impossível não lembrar de todo o apoio que meus grandes amigos sempre me deram para seguir em frente, feliz, e com condições psicológicas para concluir mais essa etapa. Minha gratidão aos meus amigos de infância, Wither, Janine, Jordan, Maurílio, Yure e Vitor, que mesmo à distância, sempre se fizeram presentes para um bom papo. Aos meus amigos de graduação, Yasmin, Larissa, Mayla, Karol e Christiano, por não me deixarem desistir dos meus objetivos com muito apoio, palavras de carinho e aquelas broncas necessárias. Ao casal que sempre me deu apoio nos meus momentos mais difíceis e me fizeram rir nos momentos de alegria, Darcy e André. E aos corticeiros do meu coração, em especial: Gabrielly, Isabela, Natássia, Alessandra, Thales, Zé e Shane, que me deram um apoio fundamental durante esses dois anos de residência em Ouro Preto, e ao Vitor, por me apresentar essa casa maravilhosa, cheia de amor e boas energias. Ao Cortiço fica um agradecimento especial, pois sempre me ajudaram em todos os âmbitos da minha vida, desde questões acadêmicas, até cuidados físicos. Ficar sem andar no Cortiço foi muito melhor do que qualquer um poderia imaginar, ainda mais quando seu acidente te proporciona a construção de uma grande amizade, como foi com a Madu. Além de caronas para o hospital ganhei amizade e bons papos com essa inspiradora mulher.

Ao mundo, que me proporcionou conhecer pessoas maravilhosas e inspiradoras, fundamental para a minha vida profissional e pessoal. De Curitiba a Fortaleza, passando por Recife e João Pessoa. Foram tantas as experiências que seria injusto não agradecer a essas pessoas e lugares que mudaram minha forma de ver a vida.

A Ouro Preto e Mariana, que me proporcionaram momentos incríveis que ficarão eternamente marcados em minha memória. A todas as pessoas, que das formas mais diversas, ajudaram para a construção desta dissertação e da minha constante formação enquanto indivíduo. A todos os cafés filosóficos realizados na cozinha do Cortiço e na casa do Dinho, a todas cervejas do Barroco, a todas peças de teatro, shows e oficinas, a todos os beijos e abraços que me deram forças para continuar nessa empreitada, a todos...

No âmbito acadêmico, agradeço ao Jefferson Queller, meu atencioso orientador, que sem conhecer Cotaxé, topou a empreitada deste trabalho e, com muita competência e carinho, contribuiu de forma fundamental para esta realização. Aos meus professores da graduação Tom Gil, André Pereira e Rossana Brito, que com muita paciência e atenção me deram dicas importantes nos primeiros passos desta longa caminhada. Não podendo esquecer do meu amigo Élio Ramires com sua sabedoria e importantes dicas de fontes e análises, além das engraçadas histórias do cotidiano, que deixava nossos papos acadêmicos mais descontraídos.

Agradeço também ao PPGHIS-UFOP que abriu as portas para esse trabalho e à CAPES, que me concedeu bolsa durante dois anos, o que foi de fundamental importância para a busca de fontes em outros estados e municípios, além dos profissionais do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte

Pensando em agradecimentos não posso esquecer dos moradores da vila de Cotaxé, em especial o Josué e Anísio, meus entrevistados atenciosos e simpáticos. E claro, do *Seminário de Humanidades de Cotaxé*, e todos os seus participantes, pois me mostraram a importância de buscar novos conhecimentos sobre as questões agrárias, e em especial sobre Cotaxé, e por não me deixarem desistir desta pesquisa. Na terceira edição do evento tive a linda oportunidade de conhecer Janda das Virgens, que também me concedeu uma atenciosa entrevista dias antes de sua partida desse mundo. A você, Janda, um agradecimento especial, e espero que esse trabalho te alegre mostrando que “vamos fazer essa história”, como tanto queria.

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma análise das representações construídas sobre o Movimento Udelinista, organização dos posseiros da vila de Cotaxé, região contestada entre Espírito Santo e Minas Gerais, a fim de garantir a sua permanência naquele território. O evento ocorreu entre as décadas de 1940 e 1950, enquanto grileiros chegavam com documentações das terras para retirar os que ali habitavam, os posseiros resistiam e lutavam para garantir seu acesso à terra. A Polícia Militar do Espírito Santo apoiou os grileiros, fazendo um grande ataque repressivo e violento contra os udelinistas. Depois do ocorrido são criadas representações que alegam que o movimento era messiânico e objetivava criar um novo estado na região, o Estado União de Jeovah. Essa imagem construída influenciou a historiografia, livros de literatura, livros didáticos, além de matérias jornalísticas contemporâneas. Foram pesquisados documentos oficiais de governo, jornais da época, um documentário, além da memória oral dos moradores da vila, para compreender o processo de construção dessas interpretações, além de buscar evidências que a confirmassem. Na ausência de provas que confirmassem a interpretação dominante, e ao encontrar novas fontes históricas, propõe-se aqui uma revisão historiográfica em que nega o messianismo, coloca em cheque a criação do novo estado, além de traçar uma rota de fuga feita pelo líder dos posseiros, Udelino Alves de Matos.

Palavras-chave: Messianismo; Representação; Cotaxé; Movimento Udelinista.

ABSTRACT

This master's thesis consists of an analysis of the constructed representations of the Udelinist Movement, organization of *posseiros* from the Cotaxé village, a region disputed between two states, Espírito Santo and Minas Gerais, to ensure their stay in that territory. The event occurred between the 1940s and 1950s, while large farmers arrived with land documents to remove those who lived there, the *posseiros* resisted and fought to secure their access to the land. The Military Police of Espírito Santo State had given support to large farmers, creating a large repressive and violent attack against Udelinists. After the fact, representations were created alleging that the movement was messianic and aimed to create a new state in the region, the Estado União de Jeovah (Jeovah's Union State). This image constructed influenced historiography, literature books, textbooks, and contemporary newspaper articles. Official government documents were studied, along with newspapers from that time, a documentary, besides in addition to the oral memory of the villagers to understand the process of the construction of these interpretations, and seeks proof that confirms this. In the absence of evidence to confirm the dominant interpretation, and to find new historical sources, it is proposed here a historiographical review denying the messianism, putting into question the creation of the new state and in addition to outlining an escape route by the leader of *posseiros*, Udelino Alves de Matos.

Key words: Messianism; Representation; Cotaxé; Udelinist Movement.

LISTA DE IMAGENS

Mapa 01: Mapa atual da localidade da vila de Cotaxé, Ecoporanga – ES.....	11
Fotografia 01: O jornalista do <i>Estado de Minas</i> , e Udelino Alves de Matos.....	93
Fotografia 02: Udelino Alves de Matos na redação do <i>Diário da Noite</i>	94

LISTAS DE SIGLAS

ALES – Assembléia Legislativa do Espírito Santo

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

JK – Juscelino Kubistchek

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

PCB – Partido Comunista do Brasil (antes da cisão de 1962)

PCdoB – Partido Comunista do Brasil (após cisão de 1962)

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PPGHIS-UFES – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

PPGHIS-UFOP – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto

PSP – Partido Social Progressista

SISU – Sistema de Seleção Unificada

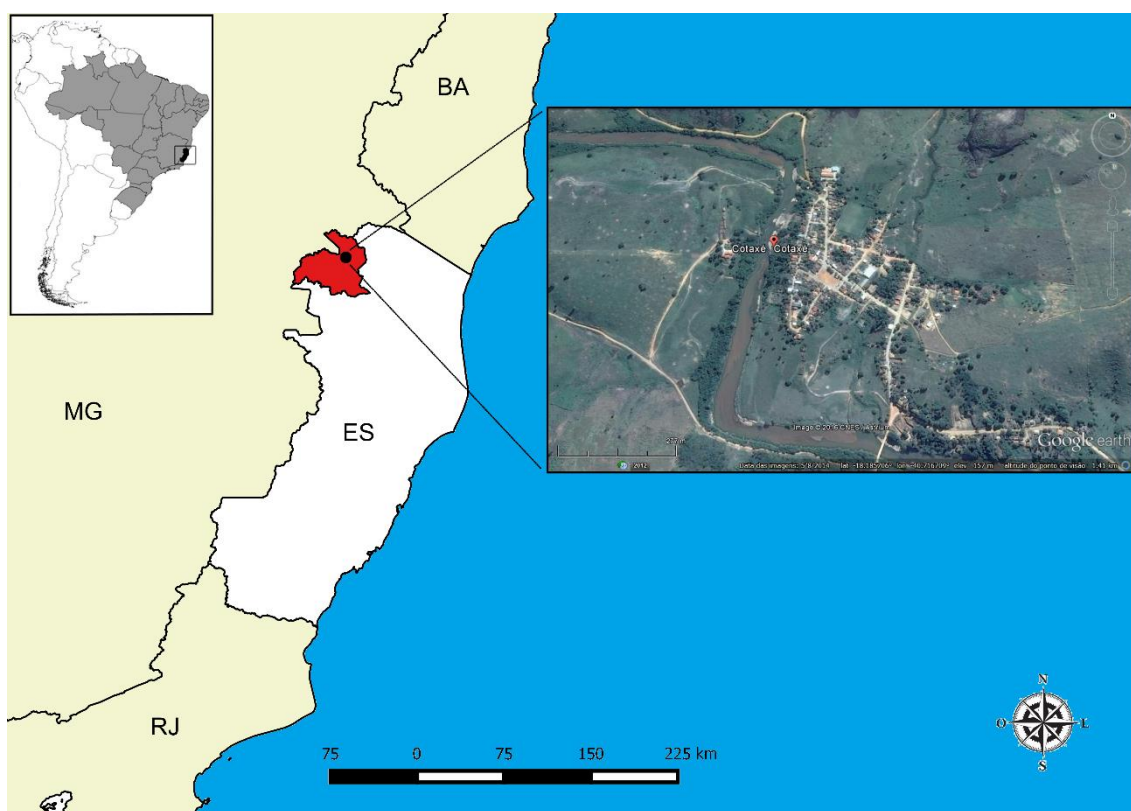
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – O MOVIMENTO UDELINISTA: CRÔNICA DOS EVENTOS	23
2 – O MOVIMENTO UDELINISTA E SUAS REPRESENTAÇÕES NA BIBLIOGRAFIA	38
2.1 - AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DO MOVIMENTO UDELINISTA NA BIBLIOGRAFIA	38
2.2 - REFLEXÃO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES NA BIBLIOGRAFIA.....	59
3- O MOVIMENTO UDELINISTA E SUAS REPRESENTAÇÕES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS, NAS FONTES MUDIÁTICAS E NA MEMÓRIA LOCAL	61
3.1 – UDELINO ALVES DE MATOS, ENTRE A VÍTIMA E O BANDIDO	62
3.2 – O MESSIANISMO NAS FONTES HISTÓRICAS	68
3.3 – A CRIAÇÃO DO ESTADO UNIÃO DE JEOVAH	77
3.4 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO UDELINISTA.....	80
4 – O QUE HÁ DE NOVO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO UDELINISTA...	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Esta dissertação consiste em uma análise das diferentes representações construídas sobre o Movimento Udelinista¹, organização apartidária dos posseiros da região de Pedra da Viúva, hoje distrito de Cotaxé, Ecoporanga, noroeste do Espírito Santo. Localização destacada na imagem abaixo. Pretende-se encontrar, com base nos mais diversos tipos fontes, um embasamento factual que dialogue com tais representações, afim de compreender melhor como o movimento ocorreu e como essas representações foram construídas.



Mapa 01: Mapa atual da localidade da vila de Cotaxé, Ecoporanga - ES

¹ Neste trabalho optamos pela utilização do termo “Movimento Udelinista” para referir a primeira organização dos posseiros de Cotaxé, pois não achamos adequado as demais denominações utilizadas na bibliografia. O “movimento jeovense”, utilizado por Adilson Vilaça (2007b), remete a uma interpretação messiânica do movimento; e “Estado União de Jeovah”, utilizado também por Vilaça (2007a), por Pontes (2007), e por Garcia (2015) faz referência a criação de um novo estado na região. Como o messianismo e a criação do novo estado são interpretações colocadas em cheque nesta pesquisa, achamos mais adequado utilizar um nome que não remetesse a nenhuma dessas interpretações, e o escolhido faz referência apenas ao seu líder Udelino Alves de Matos. Vale ressaltar que todos os termos em questão foram criados após o fim do movimento, não tendo nenhuma referência de como ele se autodenominava. É preciso esclarecer que, apesar de ser a primeira vez que essa denominação é utilizada na historiografia, ela já se fazia presente em conversas informais sobre a temática.

O Movimento Udelinista consiste em um movimento agrário, ocorrido em uma região de litígio entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, no final da década de 1940 e início da década de 1950. Ele objetivava garantir a permanência dos posseiros na região, e garantir também o acesso à terra àqueles que ainda não a possuíam, queriam assim impedir o surgimento de grandes fazendas, mantendo a região como lugar de pequenas propriedades. Porém, surgem na região fazendeiros que teoricamente compraram as terras, nem sempre com documentações verdadeiras, e por se tratar de uma região litigiosa, ora a documentação era do Espírito Santo, ora de Minas Gerais.

Vale ressaltar que o movimento agrário da região é um movimento de longa duração, no qual teve participação posterior de grupos políticos como o Partido Comunista do Brasil (PCB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros. Porém o recorte temporal desta dissertação é a fase inicial do movimento, momento em que era liderada por Udelino Alves de Matos, e que não havia interferência direta de nenhuma organização maior e externa.

Surge, a partir dos conflitos agrários da região, uma série de representações sobre o movimento. Portanto, os objetos de análise desta pesquisa, além do Movimento Udelinista em si, são suas representações criadas por diferentes grupos. Parte delas comparam-no com o movimento de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, atingindo o imaginário local e chegando aos materiais didáticos.

Adilson Vilaça, jornalista capixaba, pesquisador vivo que há mais tempo trabalha com essa questão, escreveu um livro intitulado *Cotaxé: A reinvenção de Canudos*, publicado em 2007 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Em sua obra, Vilaça representa o movimento como messiânico, e afirma que Udelino Alves de Matos era, além de um líder político, um guia religioso. Para além da questão messiânica, também é representado nesta obra e em outras sobre o Movimento Udelinista, que um dos seus objetivos era criar um novo ente federativo, o Estado União de Jeovah

A partir dessas afirmativas sobre o Movimento Udelinista, Vilaça compara-o com Canudos. Em sua perspectiva, ambos são movimentos agrários, com um líder messiânico e a tentativa de criar uma nova entidade, podendo ser comparados, portanto. E, por Vilaça ser o pesquisador que se dedica há mais tempo ao tema, suas representações acabam sendo reproduzidas em jornais contemporâneos e livros didáticos, como veremos ao longo do trabalho.

Se há uma comparação possível entre os movimentos liderados por Udelino e por Antonio Conselheiro, ela está na abordagem dada pela historiografia. Quando nos deparamos com movimentos sociais agrários, é comum encontrarmos trabalhos que os simplificam, enquadrando-os em uma lógica já existente. Muitas articulações políticas do meio rural brasileiro acabam sendo comparadas a Canudos, sendo consideradas messiânicas. Trata-se de uma simplificação que ignora as diversidades e complexidades ali presentes. Assim, muitos historiadores questionam esses rótulos, entendendo que esse enquadramento não dá conta de explicar a complexidade dos movimentos. Marco Antonio Villa é um exemplo dessa vertente historiográfica que questiona essas caracterizações:

Antonio Conselheiro foi considerado um Messias por seus seguidores? Foi um líder de um movimento messiânico, isto é, desta crença milenarista na qual o líder carismático revela aos homens o caminho da salvação, organiza os fiéis em uma comunidade de eleitos e começa a instituir uma sociedade perfeita segundo a mensagem de Deus? Todos os relatos da época de peregrino, as notícias de jornais e os documentos oficiais não fazem referência messiânica de Antonio Conselheiro. (VILLA, 1997, p. 240)

Para dar empiria a sua pesquisa, comprovando sua tese, Villa cita uma entrevista realizada por Euclides da Cunha em que ele escreve:

Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres de Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o jagunço morto em combate ressuscitaria – negou ainda. – Mas o que promete afinal ele aos que morrem? A resposta foi absolutamente inesperada: - Salvar a alma. (CUNHA apud VILLA, 1997, p. 240)

Não estamos questionando aqui a realização do milagre ou não, pois o que é importante nesta pesquisa é o reconhecimento desses milagres entre os seguidores de Conselheiro. Como Villa mostra, não há reconhecimento do referido líder como um milagreiro ou curandeiro, como algumas interpretações de Canudos apontam. Porém, mesmo não sendo messiânico, não podemos cair no outro extremismo de negar o caráter religioso desses movimentos sertanejos. “Há uma insistência deliberada em retirar o componente religioso, como se a presença da religião colocasse o movimento em um patamar inferior frente aos movimentos laicos” (VILLA, 1997, p. 09). Todos os movimentos sociais, laicos ou religiosos, não devem ser colocados em balanças de valores, apenas compreendidos em suas particularidades. No caso de Canudos, do Movimento Udelinista e da maioria dos movimentos agrários do sertão brasileiro, é

impossível negar o caráter religioso neles presente. Afinal, a cultura sertaneja é permeada de religiosidade, em sua maioria católica, mas também com sincretismos religiosos regionais.

Extremismos de representação ocorrem em ambos os lados. Da mesma forma que alguns autores negam todo e qualquer relação do movimento com a religião, sendo apenas atos político, existem autores que chegam a afirmar que são seitas religiosas e surtos coletivos, como se essas articulações tivessem tido apenas motivações religiosas e fantasiosas. Portanto, é necessário esclarecer que nem todo movimento social sertanejo é messiânico, e têm caráter sócio-religioso, tendo motivações políticas e religiosas, completamente diferente de uma loucura, de uma patologia. Um dos exemplos de patologização das organizações sertanejas, está no clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha:

Doente grave, só lhe pode ser aplicado o conceito da paranoia, de Tanzi e Riva. Em seu desvio ideativo, vibrou sempre a bem dizer exclusiva, a nota ética. Foi um documento raro de atavismo. A constituição mórbida, levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz fundamentalmente, como uma regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie. (CUNHA, 2002, p. 183/184)

É nítida nessa passagem de Euclides da Cunha a forma como o autor representa Antonio Conselheiro. É nitidamente aplicado uma patologia mental ao personagem, e logo em seguida há uma comparação da inteligência dele a inteligência de ancestrais humanos, ou seja, com capacidades cognitivas inferiores aos seres humanos.

Voltando ao caso do Movimento Udelinista, devemos compreender que nem todas suas interpretações concordam com as comparações com Canudos, principalmente no que diz respeito ao caráter messiânico, sendo esse o maior conflito encontrado entre as representações. Algumas deixam claro a sua caracterização enquanto messiânico, havendo assim motivações políticas e religiosas. Porém, é possível encontrar algumas interpretações que não o representam desta maneira, entendendo-o apenas como um movimento de motivação política, de luta por terra. Tais conflitos de representação serão o foco principal desta dissertação, buscando compreender os seus processos de construção e o motivo de haver uma representação dominante e uma ocultada pela historiografia tradicional.

Portanto, um dos objetivos desta dissertação é traçar as diferentes representações sobre o movimento, pois, apesar de haver uma representação dominante, existem outras

interpretações que merecem reconhecimento historiográfico. Objetivamos também compreender a construção da representação dominante, para detectar se ela é empiricamente sustentada. Utilizamos, para isso, diferentes fontes históricas, sejam elas documentos primários, literatura, mídia, livros didáticos e memória oral.

Na literatura capixaba existe um romance histórico de Adilson Vilaça intitulado *Cotaxé*, com a primeira edição publicada em 1997, no qual Udelino é o personagem principal da trama, sendo ali representados de forma romaneada os acontecimentos da época. O livro é a obra de maior circulação sobre o conflito, e chegou a ser distribuído em todas as bibliotecas das escolas públicas do Espírito Santo. Hoje já chegou em sua quinta edição, publicada em 2015. Vilaça chegou a morar na região, tendo um envolvimento pessoal e político com os movimentos agrários de Cotaxé.

Há também um livro intitulado *O Massacre em Ecoporanga*, escrito pelo jornalista já falecido Luzimar Nogueira Dias. Publicado em 1984, ele é entendido como uma importante obra sobre os conflitos de terra da região. Sua narrativa jornalística aborda diversos conflitos por terras ocorridos no noroeste do Espírito Santo, incluindo o Movimento Udelinista. Essa obra foi a primeira publicação sobre tais fenômenos e tem um caráter denunciativo da repressão policial aos movimentos na época.

Buscamos também, para esta pesquisa, as fontes midiáticas. Há indícios de que houve publicações sobre o movimento nos jornais *Folha Capixaba* e *A Tribuna* no Espírito Santo. Porém, tais jornais não sobreviveram ao tempo. O *Folha Capixaba* era um jornal do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e após o Golpe de 1964 seu acervo foi incinerado. Poucos exemplares foram salvos, mas nenhum contempla o período de existência do Movimento Udelinista. Foi possível encontrar uma reportagem posterior aos episódios que, objetivando contar a história das lutas por terra na região, cita o Movimento Udelinista. No dia 21 de maio de 1955, foi publicado a reportagem intitulada *Sangrenta e cheia de crimes a história do monopólio de terras no Espírito Santo*, em que afirmam: “O latifúndio é em nosso Estado particularmente feroz. Essa veracidade [sic] deve-se ao caráter das relações de produção ainda predominantes no campo, e a debilíssima penetração capitalista na agricultura” (SANGRENTA, 1955, p. 04). Apesar de ser uma publicação posterior, já nos ilustra como o Partido Comunista do Brasil entendia a questão agrária do Espírito Santo, o que inclui o Movimento Udelinista.

Já o jornal *A Tribuna*, existente até os dias de hoje, sofreu um incêndio na década de 1980, perdendo os exemplares anteriores ao incidente. O jornal de maior circulação no Espírito Santo era, e ainda é, o jornal *A Gazeta*. Porém há nele um silêncio em relação aos conflitos agrários ocorridos no estado, incluindo o Movimento Udelinista. Não há reportagens nem sequer sobre a sua repressão policial em fevereiro de 1953.

Sobre a imprensa mineira, foram encontradas no jornal *Estado de Minas* duas reportagens sobre o Movimento. Curiosamente as duas reportagens o abordam de forma contraditória. Na primeira tratando Udelino como bandido e na segunda como vítima. Essas reportagens serão posteriormente melhor trabalhadas. Além da imprensa mineira e capixaba, também foram encontradas reportagens sobre o movimento na imprensa carioca. Todas essas reportagens serão melhor trabalhadas no segundo capítulo.

Utilizamos também nesta pesquisa reportagens mais contemporâneas, como a da jornalista Andréia Curry, publicada no jornal *A Gazeta*, em 10 de agosto de 1997, intitulada *Um outro Antônio Conselheiro?* Essa reportagem foi publicada na época da publicação do romance *Cotaxé*, constando uma entrevista com o autor Adilson Vilaça e com Francisco Rosa, representante do Partido Comunista do Brasil na região de Cotaxé, no período de Udelino.

Outra reportagem encontrada sobre o movimento, publicada no jornal *A Tribuna* em 25 de abril de 2010, o jornalista Fábio Segantini, com o título *Um estado diferente no Norte*. Para realizar tal reportagem, o jornalista foi ao distrito de Cotaxé e entrevistou alguns moradores da região que vivenciaram o conflito. Constam entrevistas com Walter da Silva Maciel e sua esposa Geralda Maria Maciel, além do advogado Willian de Souza Muqui e do Josué Brochini Serra.

Pensando ainda em produções midiáticas, Joel Zito Araújo dirigiu um documentário intitulado *Cotaxé: o efêmero Estado de União de Jeovah*, no qual é contado a história do movimento e de Udelino com base em entrevistas, fotografias e pesquisas feitas pelo próprio Adilson Vilaça. Nesta pesquisa analisamos tanto as entrevistas, de forma individual, como o próprio produto final do documentário, compreendendo como cada uma das partes representam o movimento.

Também analisamos como o movimento é interpretado em livros didáticos ou paradidáticos sobre a história do Espírito Santo. O livro paradidático de maior circulação no Estado do Espírito Santo é *História e Geografia do Espírito Santo* de Thais Helena

Moreira e Adriano Perrone. Além deste livro, encontramos citações sobre o Movimento Udelinista no livro didático *História do Espírito Santo* para as turmas de 5º ano do ensino fundamental, de autoria de Augusto Gomes Silva Filho.

Utilizamos como documentos primários nesta pesquisa duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, abertas em 1953, as quais objetivaram avaliar a conduta da Polícia Militar do Espírito Santo na região contestada após denúncia de abusos cometidos pela instituição. Nas CPIs constam depoimentos de posseiros, fazendeiros e militares da região, em que se encontram citações sobre o Movimento Udelinista. Também serão utilizadas como fontes primárias nesta pesquisa ofícios recebidos e expedidos pelo então governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves. Neles é possível encontrar o posicionamento do governo em relação ao movimento, além de cartas mandadas por fazendeiros da região queixando-se das ações udelinistas.

Não foi possível encontrar documentos escritos pelo próprio movimento, pois eles foram perdidos quando a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) incendiou a Casa de Tábua, sede administrativa do Movimento Udelinista, após a repressão policial.

Além de toda documentação descrita, também utilizaremos a memória oral como fonte historiográfica. Fui a campo em 2010 e 2015 para recolher entrevista com os moradores da vila que vivenciaram a época ou momentos próximos a ela. Apesar da dificuldade de ainda encontrar sobreviventes daquele período, devido à distância temporal, foi possível conversar com alguns posseiros ou filhos deles.

É importante, portanto, pensarmos questões primordiais para a discussão de memória e representação. Para tanto, nos aproximamos dos conceitos de “memória coletiva”, de Maurice Halbwachs (2006) e o conceito de “memória cultural” de Aleida Assmann (2011). Ao trabalhar com as ciências sociais, no caso enquadrando a História nesse grupo, é preciso entender a memória em âmbito social. Halbwachs ao pensar em uma memória social chega ao conceito de “memória coletiva”, diferenciando-a das ideias de “memória individual” e do processo de rememoração.

Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais, e por assim dizer, coletivas. (HALBWACHS, 2006, p. 71)

Para compreender as diferentes organizações sociais e como elas representam o mundo que Halbwachs faz a distinção de uma memória individual, que seria a rememoração, e uma memória coletiva, sendo essa a memória social, dos grupos que constantemente, conscientemente ou não, representam o mundo de uma dada maneira. Afinal, nos organizamos em grupos em que são trocadas experiências e relatos, e dentro desses grupos sociais, sejam eles quais forem, são construídas memórias individuais e que, conjuntamente, constroem uma memória coletiva. Paul Ricoeur (2007, p. 130), em uma análise sobre a memória, resume a obra de Halbwachs basicamente afirmando que “para se lembrar, precisa-se dos outros”.

Entender o conceito de “memória coletiva” nos ajuda a compreender as fontes orais que serão utilizadas nesta pesquisa. Como utilizaremos a História Oral como uma das metodologias, para trabalhar com algumas fontes orais, é importante notarmos como a memória se constitui coletivamente. Pretendemos analisar a memória dos moradores de Cotaxé, que de algum modo tiveram contato com o Movimento Udelinista. Espera-se encontrar uma ou mais memórias coletivas, perceber como essas memórias representam o movimento, e comparar com as demais representações.

Porém, como utilizaremos outras fontes, além das fontes orais, torna-se necessário trabalharmos também com o que Assmann (2011, p. 17) chama de “memória cultural”.

Há, então, um paralelo entre a memória cultural, que supera épocas e é guardada em textos normativos, e a memória comunicativa, que normalmente liga três gerações consecutivas e se baseia nas lembranças legadas oralmente.

Assmann divide a memória em “memória comunicativa” e “memória cultural”. Podemos elencar algumas características comuns entre a “memória comunicativa” de Assmann e a “memória coletiva” de Halbwachs, pois ambas são sustentadas na oralidade, na memória presente no indivíduo. Neste caso, enquadraremos os testemunhos como uma “memória comunicativa”, e também como uma “memória coletiva”, apesar de essas memórias serem representadas por um indivíduo, no caso das fontes orais.

Entretanto, também trabalhamos com “memórias culturais”, memórias que foram documentadas, escritas, arquivadas, como no caso da literatura, da mídia, dos documentos arquivados, e dos materiais didáticos. Porém a construção de uma memória cultural não é algo tão simples:

Já que não há auto-organização da memória cultural, ela depende de mídias e de políticas, e o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático, pois traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação. (ASMMANN, 2011, p. 19).

Além de compreender que esses documentos se tornam memória cultural, por serem capazes de ultrapassar gerações, mantendo registrado suas informações, devemos manter claro que se tratam de representações do passado ali registradas. Da mesma forma que não devemos crer na “utopia de um relato completo” (SARLO, 2007, p. 50), não devemos crer em uma utopia de um documento que descreva o passado de forma completa, pois está sempre presente um jogo de representações.

Há também diferenças entre os próprios documentos de memória cultural presentes neste trabalho, afinal uma obra literária, a mídia e materiais didáticos têm maior influência em uma sociedade do que um documento arquivístico, pois, o último só será acessado por um pesquisador que tiver interesse pelo tema, cabendo a nós, historiadores, e demais pesquisadores do passado, levar tais memórias arquivadas à tona, analisando-as.

Vale ressaltar que qualquer manuseio de tais documentos e a escrita de novos textos, podem distorcer o que está escrito na fonte primária. Portanto, a memória arquivada também é uma memória de complexo manuseio. Em se tratando da pesquisa em questão, há um problema com fontes documentais primárias, pois a maior parte delas foram produzidas pelo próprio governo, reproduzindo a visão dos repressores do movimento. Quase não sobreviveram documentos da época escritos por seus integrantes, pois na repressão policial a Casa de Tábua, sede administrativa, foi destruída, juntamente com qualquer documentação que pudesse ali existir. Por isso, julgo necessária a utilização da História Oral, como forma de construir novas fontes, com novas perspectivas, para esta pesquisa, pois “o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda.” (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

Todo esse processo de reconstrução do passado através das diferentes memórias está intrinsecamente ligado à ideia de representação. Pois como o passado se foi, e não existe mais, não temos como reconstruí-lo tal como aconteceu, restando apenas a capacidade de representar tal passado. Como afirma Roger Chartier (2010, p.24), “o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais”. Ao

analisarmos o conflito ocorrido em Cotaxé, não podemos buscar uma verdade absoluta com base nas memórias, e sim compreender os processos de construção destas imagens representativas do movimento, sendo ele messiânico ou não.

Porém, devemos nos atentar a uma questão: por que uma memória se sobressai à outra? Devemos entender que essas formas de leituras do mundo, que chamamos representações, são baseadas nos interesses dos grupos que as forjam. Os discursos não são neutros, há sempre um posicionamento. No processo de construção destas representações existe uma disputa, uma competição em busca do poder e da dominação.

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Na citação acima, Chartier chama a atenção para as lutas de representação, importante no processo de dominação. Podemos perceber que no Movimento Udelinista, há também um conflito de representações, em que houve uma memória abafada e outra apresentada como história oficial, chegando a mídia e nos materiais didáticos.

Uma grande parcela dos moradores antigos de Cotaxé é analfabeta, mantendo uma tradição oral muito forte na região. Isso fez que com que fosse preservado na vila uma memória sem grandes influências do material bibliográfico produzido. Por isso se torna importante entender como os moradores da vila representam esse movimento, principalmente os que o vivenciaram.

Para compreender as memórias produzidas dentro da vila de Cotaxé, utilizamos a metodologia da História Oral, para assim não perdemos as memórias dos populares que ali vivem. Como tratamos de pessoas de tradição oral, percebo essa metodologia como a única capaz de preservar a memória local, além de incluí-la na discussão historiográfica.

A história oral se descobre um processo de socialização de uma visão de passado, presente e futuro que as camadas populares desenvolvem de forma consciente/inconsciente. Entretanto, a aquisição da capacidade de falar, de comunicar ideias é elemento determinante dessa historicidade. Uma historicidade de luta, de resistência, que, evidentemente, tem suas marcas de conformismo e repetições do *status quo*. (MONTENEGRO, 2001, p. 40)

É claro que devemos tomar alguns cuidados ao trabalharmos com o testemunho. Seus depoimentos defendem suas lutas, seus objetivos, tanto do passado, quanto do presente. É normal que os entrevistados justifiquem suas ações do passado, ou ações que participaram, afinal, estamos tratando de um movimento político, que tinha seus objetivos

claros. Vale ressaltar que devemos compreender que as interpretações dos entrevistados também sofrem influências de experiências vividas após o evento, logo, suas interpretações sobre os fatos, provavelmente, sofreram alterações. Cabe a nós, historiadores, interpretarmos os testemunhos com muita cautela, a fim de compreender o processo de criação dessas representações do passado.

Mesmo sendo metodologicamente complicado trabalhar com as memórias orais, quando tratamos de comunidades populares, sem um contato intenso com a cultura escrita, ela se faz necessária. Afinal:

A história oral, no trabalho com a população, tem possibilitado o resgate de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes. Nesse sentido, as entrevistas permitem instruir um novo campo documental que, muitas e muitas vezes, tem-se perdido com o falecimento dos seus narradores. (Ibidem, p. 26)

Nota-se que a História Oral acaba sendo o único meio de chegar a certos grupos que representam o objeto estudado de uma forma particular. Trabalhar com as memórias populares é uma maneira de compreendermos como as classes populares que não possuem acesso à cultura escrita, representam o mundo.

Partindo para a prática: como teremos acesso a esses testemunhos? Trabalhamos nesta pesquisa com entrevistas que realizei, além de entrevistas de outros pesquisadores. Em 2010 e em 2015 fui à vila de Cotaxé, onde realizei algumas entrevistas com pessoas que direta ou indiretamente vivenciaram o período estudado. Além das entrevistas realizadas por mim, utilizamos nesta pesquisa outras feitas por Adilson Vilaça, como as que foram encontradas no documentário *O efêmero Estado União de Jeovah*.

Após coletarmos as entrevistas, é necessário analisá-las. Esse trabalho deve sempre dialogar com as fontes escritas e com a bibliografia sobre o tema. O objetivo principal desta pesquisa é, exatamente, comparar as representações do movimento de criação do Estado de União de Jeovah, e compreender o processo de construção das representações encontradas. Além de buscarmos informações de como funcionou o Movimento Udelinista e quais foram os seus desfechos, objetivamos também entender as diferentes representações sobre o tema, além dos processos de construção e perpetuação de parte delas.

Roger Chartier (2010, p. 51/52) afirma que cada um desses grupos possui suas verdades e compreende o conflito de sua maneira, construindo sua verdade. Porém, para esta pesquisa algumas verdades deverão ser desconstruídas, pois o próprio processo de

compreensão da construção de algumas representações levará ao seu processo de desconstrução.

Para alcançar nossos objetivos, dividimos esta dissertação em quatro capítulos. O primeiro foi dedicado a uma crônica dos eventos do Movimento Udelinista, a fim de localizar o leitor no tempo e no espaço, necessário para a compreensão de toda a obra.

No segundo, foi realizada uma análise da bibliografia existente sobre o tema, além das representações do Movimento Udelinista existente na mídia recente e nos materiais didáticos. A ideia central do capítulo é compreender como ele é interpretado na contemporaneidade, além de destacar qual seria a imagem hegemônica nesse conflito de representações.

No terceiro capítulo, faremos uma análise das representações encontradas em fontes históricas do período estudado. Utilizamos documentos oficiais de governo, midiáticos, além da memória local dos moradores da vila de Cotaxé. Faremos então uma análise da “memória cultural” e da “memória comunicativa” do Movimento Udelinista, compreendendo suas diferentes formas de representá-lo. Ainda no terceiro capítulo, foi realizado uma análise comparativa das representações contemporâneas do movimento, com as documentais e contidas na memória oral dos moradores de Cotaxé. Está apresentado ali algumas possíveis revisões historiográficas sobre a articulação dos posseiros, com base nas análises documentais.

Apesar de curto, o quarto capítulo está dedicado a apresentações que questões factuais sobre o Movimento Udelinista que ainda não estavam esclarecidas na bibliografia existente. Fatos como a fuga de Udelino após a repressão policial e duas fotografias, inéditas na historiografia, estão contidas no último capítulo, que foi construído com fontes até então não utilizadas pela historiografia.

Objetiva-se, portanto, neste trabalho compreender as diferentes representações sobre o Movimento Udelinista, entendendo como foram construídas, além de buscar compreender quais delas têm fundamentação empírica, e quais são frágeis e possíveis de desconstrução. Busca-se por fim, uma revisão historiográfica sobre o que ocorreu na primeira articulação camponesa da região de Pedra da Viúva.

1 – O MOVIMENTO UDELINISTA: CRÔNICA DOS EVENTOS

Neste primeiro capítulo apresentaremos o Movimento Udelinista, pois antes de analisar suas representações, torna-se necessário entender factualmente o ocorrido. Antes, torna-se necessário aqui apresentar qual era o contexto histórico em que estava inserido. O movimento sob a liderança de Udelino teve início no final de década de 1940 e seu fim no início de 1953. Nesse período a região do Vale dos Aimorés², onde a vila de Cotaxé está localizada, fazia parte de uma região litigiosa. Não era definido com precisão qual seria a exata divisa entre os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, e o Vale dos Aimorés se localiza exatamente nessa área de confusa definição. Portanto, para além de um conflito entre posseiros e fazendeiros, havia na região um conflito territorial entre os dois estados.

Vale ressaltar que o litígio entre os dois estados somente foi resolvido em 1963, e hoje o distrito de Cotaxé pertence ao município de Ecoporanga, atualmente município do Estado do Espírito Santo. Com a divisão atual, o estado capixaba ficou com os territórios que hoje são Ecoporanga, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte e Mucurici. Minas Gerais, por sua vez, ficou com o território que hoje é o município de Mantena, e parte de Carlos Chagas, região também era contestada.

Houve poucas trocas de tiros entre os militares de Minas Gerais e do Espírito Santo durante o litígio. Os maiores geradores de violência na região eram os conflitos por propriedades de terra traçados por posseiros e grileiros e sem um estado definido havia pouca interferência estatal no início dos movimentos agrários, o que gerava uma violência descontrolada na região, o que gerava um sentimento de medo no Vale dos Aimorés.

Antes da década de 1940, a região do Vale dos Aimorés era uma região ainda não colonizada. É possível encontrar relatos afirmando que essas terras se tratavam de vazios demográficos, principalmente em relatos do governo, como nos escritos de Agostino Lazzaro: “a imigração italiana, germânica e polonesa, entre outras, teve como objetivo primordial, no Espírito Santo, a colonização e o povoamento do grande vazio

² Região onde era localizado o litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. naquele território hoje se encontram os municípios de Mantena, em Minas Gerais, e Ecoporanga, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte e Mucurici, no Espírito Santo.

demográfico que era o seu território no século XIX...” (LAZZARO apud. MOREIRA, 2000, pág. 138). Esta ideia, porém, é bastante questionada, pois

Com um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de “vazios demográficos”. O caráter seminômade e arredio dos índios dos sertões, as freqüentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjar a idéia de que partes do Brasil eram, ou até mesmo sempre foram sertões sem gente. (MOREIRA, 200, pág. 138).

Ao questionar esse conceito de “vazio demográfico”, Vânia Losada Moreira mostra que apesar de ser uma região habitada por indígenas, ela é entendida pelo Estado como vazio demográfico, necessitando de uma ocupação da região por imigrantes europeus. Porém, a região do Vale dos Aimorés teve uma colonização tardia se comparada com as demais regiões do Espírito Santo. Dentre os fatores que dificultavam o acesso ao vale está sua localização geográfica, e a presença anterior de índios botocudos, entendidos pelos colonizadores como extremamente violentos.

Assim, a região do Vale dos Aimorés não recebeu imigrantes europeus no projeto colonizador. Essas comunidades de imigrantes foram localizadas em outras regiões do Espírito Santo, ainda em território não colonizado, como alguns municípios fundados por imigrantes: Pancas, Nova Venécia e Vila Pavão, todos na região norte do estado.

A colonização efetiva da localidade acontece a partir de 1940 (SOUZA, 1998, p. 32), após o extermínio de boa parte dos indígenas que ali habitavam. Espalhou-se nas regiões próximas³ a notícia que lá haveria terras livres para o plantio e a sobrevivência. Tal notícia provocou um movimento migratório muito intenso para a região até então desconhecida. Os imigrantes chegavam ao território e se apossavam de uma parte da terra desocupada, sendo, por isso, denominados posseiros.

Paralelo a isso, deu-se o início a ocupação da região por fazendeiros, chamados pelos posseiros de “grileiros”, que se diziam proprietários dessas terras, e possuíam documentação que comprovasse a suposta posse. Essa documentação nem sempre eram retiradas em cartórios do Espírito Santo.

³ Leste de Minas Gerais, sul da Bahia e norte do Espírito Santo.

Pretensos proprietários, portando títulos emitidos por cartórios de Minas Gerais – não raro, sem qualquer amparo jurídico – passaram a ameaçar e agredir os pioneiros, que não aceitavam a validade daqueles documentos. (DIAS, 1984, p. 12)

Nesse momento, iniciou-se o conflito entre grileiros e posseiros em busca do domínio da terra, o que se tornou bastante violento, pois não havia uma intervenção efetiva do Estado. Tratava-se de uma região de contestado e não era determinado ao certo se aquele era um território mineiro ou espiritosantense. Portanto, não havia inicialmente intervenções efetivas de nenhum dos dois estados, o que abriu espaço para a violência mais intensa nos conflitos de terras.

No início da década de 1940, Udelino Alves de Matos chega à região, mais precisamente na região de Pedra da Viúva, onde hoje se localiza a vila de Cotaxé. Ele, assim como os demais posseiros, também estava em busca de terras. É complicado encontrar uma biografia desse personagem, pois não existem relatos que comprovam a sua trajetória. Sabemos apenas que é natural da Bahia, tinha pouco mais de 20 anos quando chegou à região e, por saber ler e escrever, era professor. A memória de Udelino como professor foi registrada no documentário *O efêmero Estado União de Jeovah* (1999), em que Vilaça entrevista alguns lavradores que, na infância, foram alfabetizados pelo líder dos posseiros. A falta de maiores informações relacionadas ao personagem contribui para a criação de alguns mitos relacionados a ele.

Ao chegar a região de Pedra de Viúva, Udelino se depara com o conflito entre fazendeiros e posseiros, além da falta da intervenção governamental. Ele se integra aos posseiros, e com um tempo passa a liderá-los, afinal, apresenta uma imagem carismática, de um homem inteligente, sabendo ler e escrever. Para compreendermos os processos de dominação carismática devemos levar em consideração que:

Em oposição a toda espécie de organização administrativa burocrática, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de “carreira” ou “promoção”; não conhece nenhum “salário”, nenhuma instrução especializada regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou a qual se possa apelar; não lhe estão atribuídos determinados distritos ou competências objetivas exclusivas e, por fim, não há nenhuma instituição permanente e independente das pessoas e da existência de seu carisma pessoal, à maneira das autoridades burocráticas. Ao contrário, o carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. (WEBER, 1999, p. 324)

Um líder carismático, portanto, é escolhido de forma espontânea pelos seus seguidores e de uma forma subjetiva. Ao analisarmos o caso de Udelino, devemos nos atentar a algumas questões. Assim como os demais posseiros, Udelino chega à região sem propriedades e sem nenhuma titulação para que garanta o seu poder. Acredita-se que o fato de ele saber ler e escrever, e de alfabetizar alguns moradores da região, ajudou na construção do seu carisma, criando uma empatia da nova comunidade. Além de tudo, a inteligência possivelmente era admirada pelos seus seguidores. Porém, alguns pontos devem ser levados em consideração, como a sua idade. De acordo com a memória de alguns lavradores, como percebidas no documentário, Udelino era um homem jovem, com uma idade pouco acima dos vinte anos quando chegou a região. Como um homem tão jovem, e desconhecido dos demais, consegue liderar um grupo? Afinal, estamos tratando de uma região de sertão, onde a tradição oral e a experiência de vida são valorizados. Por não conseguirmos identificar com clareza os motivos da liderança de Udelino ao grupo de posseiros, a hipótese de uma liderança carismática se torna a mais adequada explicação.

No caso do Movimento Udelinista, os posseiros se organizam objetivando a sua permanência nas terras já ocupadas. Da mesma maneira que tem um cargo de liderança, é possível notar que outros posseiros tinham funções específicas dentro da organização, de acordo com suas especificidades. Um personagem que ganha repercussão é o Jorge Come-cru: índio Pojichá, braço direito de Udelino, descrito como indivíduo bastante violento. Ele seria responsável por comandar os posseiros responsáveis por uma luta armada, de retomada de posses dos grileiros que montaram algumas grandes fazendas na região.

É possível encontrar alguns relatos sobre esse personagem. No documentário *O efêmero Estado União de Jeovah* (1999, 35 min.), Vilaça, no meio de uma entrevista, ressalta o caráter violento de Jorge Come-Cru. Outras fontes também relatam assassinatos cometidos por ele, como em um anexo da Comissão Parlamentar de Inquérito que consta: “pelo que o depoente [Cristolino Cardoso] sabe quem matou [Izaías] foi o indivíduo de Jorge ‘Come Cru’” (ESPÍRITO SANTO, 1953, anexo p. 2). Como são constantes as referências a ele em alguns documentos, podemos afirmar que ele era responsável pela força de guerra do movimento. Vale ressaltar que seu nome aparece apenas em documentações repressivas e nunca em fontes a favor dos posseiros. Há, portanto, a possibilidade de excessos na descrição do personagem entendido como violento.

Para além das atividades acima citadas, existiam outras funções dentro do Movimento Udelinista. Sobre a sua organização é possível utilizar uma citação do depoimento de Cristolino Cardoso, na época prefeito do município de Barra de São Francisco, para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1953, período em que era prefeito de Barra de São Francisco, município capixaba localizado na região contestada, cidade sede do distrito de Cotaxé, ou Pedra da Viúva, de acordo com a ótica capixaba. Cristolino afirma

que o chefe do bando era Udelino Alves de Matos; que, o depoente pode garantir que Udelino era homem que não portava arma de espécie alguma; que Udelino havia organizado o agrupamento de maneira que havia Juiz, Fiscal, Secretário e Comissões de construção de templos; que, logo que chegava qualquer aderente era levado à presença do Juiz, perante o qual recebia as instruções de como proceder no agrupamento; [...] que se não soubesse lê[sic] deveria se comprometer a aprender, para isso, já se achava em preparação uma sala para nela serem ministradas as aulas de alfabetização pelo próprio Udelino; que as obrigações exigidas para integrar o agrupamento eram as seguintes: 1ª) Construir uma casa no Patrimônio; 2) – plantar certa área de cereais na derrubada grande que lá existia; depois disso é que seria distribuída a área de terra, não obedecendo [sic] a distribuição a preferência do candidato e sim a vontade de Udelino; [...] que a impressão que teve de Udelino é de se tratar de um homem simples cuja intenção era fazer bem ao próximo e de profunda convicção religiosa; que pelo que viu não o movia qualquer preocupação de dinheiro. (ESPIRITO SANTO a, 1953, anexo p. 2 e 3)

A citação acima trata-se de uma representação do o Movimento Udelinista, criada por Cristolino Cardoso, apoiador dos posseiros da região. Foi possível encontrar até uma correspondência de Udelino, após o fim do movimento, para Cristolino, em que no fim escreve: “Continuo sempre sendo seu amigo” (MATOS, 1953). Com essas e outras informações, é possível notar que existia uma relação próxima do prefeito de Barra de São Francisco com Udelino e a luta dos posseiros. Devemos ter cautela em analisar algumas informações, como o não armamento de Udelino. Porém é possível que essa negação tenha sido feita por Cristolino para melhorar a imagem do líder perante as autoridades, pois se trata de um depoimento prestado à Comissão de Inquérito Parlamentar.

Porém, a citação acima utilizada é de grande importância para compreendermos inicialmente do que se tratava o movimento e de como ele se organizava. Era uma comunidade agrícola que desejava trabalhar com a ideia de pequenas propriedades de terras em que todos tivessem acesso a ela. Para além do objetivo principal, é importante

notar que havia, também, um incentivo a alfabetização, além de uma divisão organizacional do trabalho. Era, portanto, uma articulação preocupada com sua organização e com desenvolvimento dos seus participantes.

Nota-se também que havia uma preocupação com a construção de templos religiosos na região. Isso se dá por ser uma comunidade sertaneja bastante religiosa. Essa comunidade era majoritariamente católica, sendo necessária a construção desses monumentos religiosos. Por ser uma comunidade pequena, não havia ali um padre específico, de acordo com Anísio Ribeiro de Araújo, a comunidade recebia visitas de padres itinerantes que celebravam as missas nessas igrejas.

Araújo: A missa, o padre ficava aqui em Barra de São Francisco e ia rezar missa nessa região toda aí, lá no Córrego do Limão onde tinha uma igreja, [...] lá em Cotaxé tinha outra e era assim o padre sempre fazia a caminhada a cavalo, porque não tinha estrada.

Entrevistador: O padre vinha de quanto em quanto tempo?

Araújo: Marcava as épocas de vir. De seis em seis meses, de dois em dois meses. Quando fosse uma época que tinha um tanto de batizado e casamento aí que ele marcava. (ARAÚJO, 2010)

A vila de Cotaxé era, portanto, uma comunidade religiosa, católica, que contava com o apoio dos padres itinerantes para celebrar missas, casamentos e batismos na região. Notamos a partir desses depoimentos que a comunidade tinha um importante envolvimento com a sua religiosidade, comum nas comunidades sertanejas. Tratamos Cotaxé como uma comunidade sertaneja pois, de acordo com Walnice Nogueira Galvão:

A palavra já era usada na África até mesmo em Portugal. Ainda mais, que nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com o de “interior”, de distante da costa: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. (GALVÃO, 2001, p. 16)

Assim, a comunidade dos posseiros Pedra da Viúva, por se encontrar distante do mar, a entendemos como região do sertão capixaba.

Retornando aos objetivos do Movimento Udelinista, não foi possível traçar com precisão o seu projeto, devido a inexistência de documentos criados internamente. As documentações existentes são documentações externas, criadas pela imprensa ou pelo estado. O único jornal que declaradamente apoiava os udelinistas era o jornal *Folha Capixaba*, que afirma em uma de suas edições: “em verdade, o que os posseiros, dirigidos por Udelino de Matos, fizeram foi defender as suas posses e resistir às violências incríveis

da polícia” (SANGRENTA, 1955, p. 04) O jornal se referia a resistência dos udelinistas contra a repressão policial constante.

Porém, foi possível encontrar alguns objetivos principais do Movimento Udelinista. O maior deles era a redistribuição de terras entre os que ali viviam. Até o major Djalma Borges, principal militar repressor dos posseiros reconhecia, de acordo com Dias, que os objetivos era “dividir todas as terras do norte do Estado, em pequenas áreas, para distribuí-las com os lavradores pobres” (BORGES apud DIAS, 1984, p. 57). As ideias propostas pelo muito se assemelham a ideia de reforma agrária, porém não utilizavam o termo, provavelmente, por não dialogar diretamente com os demais movimentos agrários do Brasil.

Além desse objetivo principal, foi possível encontrar intenções secundárias, como encontrado na imprensa mineira:

Aproveitando a oportunidade o sr. Udelino Alves de Matos está interessando também em conseguir do governador Juscelino Kubitschek a criação de escolas e posto médico na localidade de Canela Dema, distrito de Jeová, município de Carlos Chagas. (SOLDADOS, 1953b, p. 07)

Udelino, representando os posseiros em Belo Horizonte, foi pedir ajuda ao governador mineiro da época, Juscelino Kubitschek. Notamos que além da redistribuição de terras, Udelino se preocupa com a infraestrutura do lugar, lutando também por escolas e posto médico.

Outro ponto importante a ser analisado nessa reportagem é que quando Udelino fala do distrito de Jeová, ele afirma que se trata de um distrito de Carlos Chagas, uma cidade mineira. Porém, quando ele está no Espírito Santo, o distrito é entendido como pertencente a Barra de São Francisco, cidade espiritosantense. Udelino apresenta-se como um líder consciente da situação política da região.

Encontra-se na maioria das obras sobre o movimento uma representação que afirma que os posseiros, liderados por Udelino, propunham também a criação de um terceiro estado, o Estado União de Jeovah⁴. Esta entidade seria responsável pela região contestada e por dividir as terras igualmente entre os posseiros, pois o movimento

⁴ É possível encontrar essa interpretação na obra de Adilson Vilaça, *Cotaxé: A reinvenção de Canudos* (2007), como nas dissertações de mestrado de Wallace Pontes, intitulada *Conflito agrário e esvaziamento populacional* (2007), e de Élio Ramires Garcia, *Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé* (2015).

objetivava criar um estado mais justo, no qual todos teriam direito a um pedaço de terra para plantar. Essa seria uma solução encontrada pelo movimento para suprir a ausência de um governo estadual atuante na região. Pois, quando ele começa, não havia na área contestada a presença de nenhum estado. Essa representação foi encontrada, pelos demais pesquisadores, em documentos oficiais, como no discurso do Major Djalma Borges, da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, no qual ele afirma que os posseiros objetivavam a criar o Estado União de Jeovah.

se achava localizada a sede do governo provisório do Estado “União de Jeová”; que o referido “Estado” se compunha de terras dos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Barra de São Francisco, Ametista e Joeirana no Estado do E. Santo, e Teófilo Otoni e Carlos Chagas no Estado de Minas Gerais; que o símbolo do Estado era uma bandeira verde com uma faixa branca e dizia Udelino, mostrando um livro com selos [sic], que o “ESTADO” fora criado por ordem do Presidente da República a conselho do deputado federal Wilson Cunha, e que aquele livro era o seu decreto de nomeação de administrador federal do “Estado União de Jeová”. (BORGES apud ESPÍRITO SANTO, 1953 a, p. 109)

Na representação da Polícia Militar, através do depoimento de Djalma Borges, o Movimento Udelinista teria criado um novo estado na região, O Estado União de Jeovah. Devemos compreender a existência dessas representações sobre o movimento, que ao longo do trabalho será problematizada, entendendo a fragilidade dessa interpretação.

Udelino Alves de Matos, em busca de apoio para fortalecer o Movimento Udelinista, vai à capital do Brasil, na época o Rio de Janeiro, tentar falar com Getúlio Vargas. Prática muito comum entre as classes populares da época. Vargas tinha uma imagem construída como “pai dos pobres” e era muito comum que trabalhadores, tanto das indústrias como do campo, o procurassem em busca das mais diversas formas de ajuda. Essas cartas do presidente eram tão comuns que até foram reunidas em um trabalho historiográfico de Vanderlei Vazelesk Ribeiro, intitulado *Cartas ao Presidente Vargas: outra forma de luta pela terra*. Em seu trabalho ele afirma que:

Pode-se perceber não apenas que o regime Vargas buscou atuar no meio agrário, mas que os trabalhadores, inclusive os do campo, também buscaram aproveitar o discurso oficial para atingir objetivos como o acesso à terra, a resolução de conflitos agrários ou, mais simplesmente, meios para trabalhar, como enxadas ou recursos financeiros. (RIBEIRO, 2009, p. 54).

Percebemos portanto, que o Movimento Udelinista não foi o único a solicitar ajuda ao governo federal, outros lavradores, de forma individual ou coletiva, também solicitavam auxílio ao presidente. Nem todos os pedidos eram em relação a disponibilidade de terras. Haviam outros pedidos que solicitavam crédito para investir nas

lavouras ou materiais, como enxadas, para garantir o trabalho na terra. Porém, a maior parte dos pedidos eram similares os de Udelino, que buscavam a garantia do acesso à terra pelos pequenos agricultores.

Apesar de Udelino ter utilizado estratégias comuns à luta agrária da época, sua ida ao Palácio do Catete teve repercussão na imprensa carioca.

Encontra-se nesta capital hospedado no Albergue da Boa Vontade, o Sr. Udelino Alves de Matos, que veio ao Rio especialmente para entregar ao presidente da República em memorial contendo 866 assinaturas de lavradores radicalizados na zona contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, que estão sendo vítimas de toda a sorte de violências de parte dos ricos “grileiros” e assim ameaçados de perderem suas terras.” (O JORNAL, apud VILAÇA, 2007 a, p. 269)

Essa reportagem mostra como Udelino era um líder articulado, e procurou a imprensa para dar repercussão a suas lutas. Dando continuidade a reportagem, encontra-se uma breve entrevista com Udelino, no qual ele afirma:

Cheguei ao Rio no dia 23, e no mesmo dia fui ao Palácio do Catete onde fiz a entrega do memorial contendo 866 assinaturas de lavradores ameaçados. Infelizmente não pude me avistar com o presidente que, na ocasião estava na Bahia. Agora que já voltou, espero ser recebido para dizer-lhe de viva voz tudo que estamos sofrendo. A nossa última esperança – terminou o Sr. Udelino Alves de Matos – repousa agora no Sr. Getúlio Vargas. Tenho fé de que ele não nos faltará com seu auxílio e o poder da sua autoridade na defesa dos nossos direitos de trabalhadores. (O JORNAL, apud VILAÇA, 2007 a, p. 270)

Nota-se que Udelino tinha esperança que Getúlio Vargas ajudaria os trabalhadores, sentimento comum em muitos trabalhadores rurais ou urbanos. Apesar de não ter sido possível localizar o memorial escrito por Udelino, foi possível localizar o documento de resposta ao pedido de ajuda, em que consta:

Exmo. Sr. Secretário da Presidência da República.

Restituindo o processo em que Udelino Alves de Matos, interessado em adquirir terras de propriedade da União no Estado do Espírito Santo, a fim de, juntamente com outros lavradores, dedicar-se à agricultura, comunico a V. Exa., de ordem do Sr. Ministro, não ser possível o atendimento do pedido, por falta de amparo legal. (BRASIL, 1952)

Nota-se, pela resposta, que Vargas não atende as expectativas de Udelino, negando seu pedido de ajuda, procedimento padrão na maior parte dos pedidos protocolados ao presidente da república. De acordo com Ribeiro (2009), a maior parte

dos apelos de trabalhadores do campo, analisados em sua pesquisa, ou eram negados, ou encaminhados aos governos estaduais.

Com esses documentos citados, conseguimos entender, minimamente, do que se tratava a carta de Udelino ao presidente Vargas. Ele pedia terras da União para legitimar a propriedade dos posseiros da região de Pedra da Viúva, atual Cotaxé. Tratava-se, então, de uma tentativa de ocupação de terras devolutas ou da obtenção do direito legal sobre as terras ocupadas pelos posseiros. Apesar de não utilizarem o termo reforma agrária, nota-se que seu objetivo muito se assemelha a esse movimento, pois pretendiam que a região funcionasse com a lógica das pequenas propriedades rurais.

Como podemos notar no documento citado acima, o pedido de Udelino foi negado, portanto, não tinha um apoio de Getúlio Vargas. Porém, existem relatos que afirmam que ele dizia ter o apoio do presidente. O líder dos posseiros passa a se denominar responsável pela distribuição de terras na região. É possível encontrar relatos com tal afirmação como documentos da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização:

O senhor Diretor da Divisão de Terras e Colonização acaba de me dar conhecimento dos expedientes [...] nos quais relata que grupos de homens armados, sob a chefia ou orientação de UDELINO ALVES DE MATOS – nas regiões de PEDRA DA VIÚVA, RONCO, 2 DE SETEMBRO, JABOTI e adjacências do município de Barra de São Francisco, procuraram despejar posseiros das terras que ocupam e trabalham, sob o pretexto de que estão a mando do Presidente Getúlio Vargas e que são eles as únicas autoridades de repartirem as terras. (ESPÍRITO SANTO, 1953 apud VILAÇA, 2007 a, p. 275 – Grifos do autor)

A primeira dúvida que surge é se essa afirmativa foi criada pelo Estado do Espírito Santo, para deslegitimar o movimento, ou se Udelino realmente utilizava-se do fato de ter ido ao Palácio do Catete para afirmar ter recebido ordens de Getúlio Vargas. Porém, devemos notar outro ponto curioso da citação acima. Nela consta que Udelino e seu grupo “procuraram despejar posseiros”. Porém, em nenhum outro documento foi possível encontrar que Udelino despejava posseiros. Ao contrário, encontramos nas demais fontes que Udelino lutava junto com os posseiros a fim de garantir a permanência dos pequenos agricultores em seus territórios.

Apesar de ser um documento controverso, e pouco confiável, foi possível encontrar uma carta assinada por Udelino Alves de Matos, em que ele solicita a desocupação de terras.

Ilustríssimo Sr. Agostavo

Segue aqui este bilhete lhe pedindo que o senhor, que o diretório manda lhe pedir que o senhor desocupe a mata com urgência; nada mas [sic] com ordem do Delegado de Mata. (MATOS, [s.d] *apud* VILAÇA, 2007 a, p. 281)

Não sabemos ao certo de quem foi o senhor Agostavo. É pouco provável que ele seja também um posseiro, como afirma o documento citado anteriormente, pois Udelino lutava pela permanência dos posseiros em suas terras, redistribuindo as grandes propriedades. As hipóteses aqui levantadas são, ou ele era um posseiro com muitas terras, sendo necessário à sua redistribuição, ou se tratava de um grileiro, chegando posteriormente e ocupando grandes propriedades.

Apesar de não conseguirmos solucionar essa questão do senhor Agostavo, esses documentos são importantes para compreendermos o discurso de Udelino em relação ao apoio de Vargas. Nota-se que ele, mesmo não tendo o apoio do Presidente da República, passa a se denominar “Delegado de Mata” e a propor a reorganização da região, solicitando a saída de alguns grandes proprietários para redistribuir as terras entre os posseiros.

Não sabemos ao certo o porquê Udelino se intitula “Delegado de Mata”. Pode ser uma titulação, teoricamente, vinda da presidência, o que caracterizaria em uma utilização falsa de titulação; ou pode se tratar de um poder interno, vindo dos próprios posseiros, sendo assim um representante.

Apesar de não ter conseguido apoio de Getúlio Vargas, é notável que Udelino, e o Movimento Udelinista, buscam ajuda nas instâncias legais do país. Ir ao Palácio do Catete, e aos governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em busca de ajuda, demonstra um reconhecimento das instituições estabelecidas, dificultando a retificação da representação encontrada em boa parte da bibliografia sobre o tema, no qual afirmam que o movimento era messiânico e objetivava construir um novo estado, o Estado União de Jeovah. Porém, no terceiro capítulo, essas questões serão discutidas de forma mais detalhada.

Toda essa movimentação dos udelinistas incomodava os fazendeiros. Estes, por sua vez, passaram a solicitar auxílio ao governo espiritosantense. Atendendo aos pedidos, a região passou a ter uma ocupação militar mais efetiva. Começaram, então, os momentos de repressão contra os posseiros, o que acabou gerando ainda mais violência

na região. O movimento ficou ameaçado e mais fragilizado, pois passou a ser perseguido também por militares. A repressão faz seu grande ato em fevereiro de 1953, quando os policiais fizeram um cerco na casa de tábuá, local de encontro e reuniões dos udelinistas. Aconteceu então um tiroteio no qual várias pessoas desapareceram. Não há registros do assassinato de Udelino nessa ocasião, e na dificuldade de provar que o líder ainda estava vivo, a bibliografia passou a tratá-lo como um desaparecido, conforme Dias, quando afirma que “Udelino Alves de Matos desaparece da região, acabando o sonho de criação do novo Estado.”⁵ (DIAS, 1984, p. 60).

Após o desaparecimento de Udelino, o movimento dos posseiros não desapareceu da região. Já haviam militantes do Partido Comunista do Brasil em Pedra da Viúva mesmo antes do desaparecimento de Udelino. Francisco Rosa, também conhecido como Chico Rosa, já representava o partido na região e buscava dialogar com o Movimento Udelinista. Outro representante do PCB⁶ na região foi Zé das Virgens, que, de acordo com relatos orais de sua filha, Janda das Virgens Caiado (2015), ele chegou na região em 1952, ano anterior ao desaparecimento de Udelino.

Francisco Rosa, apesar de ser representado como contrário as táticas de Udelino no romance Cotaxé, de Adilson Vilaça, em uma entrevista para um documentário ele afirma: “Udelino foi uma pessoa importante. Nós trabalhamos muito juntos com os camponeses” (O EFÊMERO, 1999, 32’42”). Apesar de Chico Rosa não afirmar com clareza que eles trabalhavam juntos entre si, nota-se uma sintonia, pois os dois trabalhavam junto com os camponeses. É importante notar também que soa na entrevista que havia uma convivência entre esses dois personagens. Não conseguimos muitos detalhes sobre esse convívio, mas nota-se que ele existiu.

Zé das Virgens, por sua vez, chega a região de Pedra da Viúva em 1952, ano anterior da repressão ao Movimento Udelinista. Porém, diferente de Chico Rosa, não há nenhuma referência de convívio de Zé das Virgens e Udelino. Em entrevista com a filha de Zé das Virgens, Janda das Virgens Caiado afirma que nunca soube de contato de Udelino com o seu pai, mas por ser adolescente na época, não dá certeza se houve convivência entre eles ou não. A única coisa que Janda soube dizer sobre Udelino foi que

⁵ Luzimar Nogueira Dias, um dos primeiros pesquisadores de Cotaxé, também trabalhava com a hipótese de criação de um novo estado pelo Movimento Udelinista.

⁶ PCB era a sigla do Partido Comunista do Brasil até o ano de 1962, quando houve uma cisão e o PCB passou a ser o Partido Comunista Brasileiro e o PCdoB o Partido Comunista do Brasil.

“ele vivia foragido. Ele poderia ter ação ali, mas era uma coisa, para mim, desconhecida”. (CAIADO, 2015).

O PCB passa então a organizar na região um movimento agrário articulado com as demais militâncias comunistas no Brasil. Sua organização dura, de forma legal, até 1964, quando houve o golpe civil-militar. Durante a ditadura há resistência camponesa, porém de forma clandestina. Após o fim da ditadura o movimento agrário na região retoma suas atividades fora da clandestinidade. Hoje é possível encontrar assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região.

Alguns autores comparam o Movimento de Udelinista com o movimento de Canudos, comparando também Udelino a Antônio Conselheiro. A parte da bibliografia que faz essa comparação, a faz interpretando tanto Canudos, quanto o Movimento Udelinista como messiânicos. São visões primárias sobre ambos, que ainda são reproduzidas. Se há algumas semelhanças entre esses movimentos, elas estão presentes na forma em que a bibliografia os interpretou, sendo considerados messiânicos na maioria das vezes.

Enquanto o Movimento Udelinista se forma em uma região litigiosa entre Minas Gerais e o Espírito Santo, sendo uma região com mínimas intervenções governamentais; Canudos se estrutura para lutar contra as mudanças ocorridas após proclamação da república, pois:

O novo regime, na medida em que aprofundou os conflitos entre os dominantes pelo controle da *res publica*, representou para a sofrida população rural uma intensificação da exploração econômica. A República passou a ser sinônimo de miséria, opressão, imposto, fome e morte. (VILLA, 1997, p. 127)

Apesar de algumas diferenças, temos que levar em consideração que as duas organizações se tratavam de movimentações sociais ocorridas em área sertaneja, em busca de melhorias para as respectivas regiões. Há, em ambos os casos, um descontentamento com as regras estabelecidas pelo estado. Tanto que ambos os movimentos acabam sendo reprimidos por forças estatais.

A história do Brasil é repleta de movimentos sociais do campo, e muitos deles interpretados por parte da historiografia como messiânicos. Juazeiro de Padre Cícero (Padim Ciço), o Contestado com João e José Maria, além de Canudos e Antonio Conselheiro. Apesar desses três movimentos citados terem uma grande repercussão na

mídia, na historiografia, e no ensino de história, existiram vários outros que não tiveram a mesma visibilidade. É possível citar articulações camponesas quase desconhecidas como a Guerra do Caldeirão, no município de Crato, sertão cearense; a Guerra do Pinheirinho, em Encantado no Rio Grande do Sul; Guerra de Santa Dica, em Jaraguá, Goiás; Guerra da Colher de Pau, em Casa Nova, Bahia; Guerra do Gatilheiro Quintino, Santa Luzia, Pará; entre tantos outros movimentos. (NOSSA, 2010)

Todas essas revoltas camponesas citadas, além do Movimento Udelinista, ocorreram nas mais diversas regiões do país, ao longo do século XX, e todos lutavam por melhorias no interior, o que necessariamente passava pela redistribuição de terras. Apesar da reforma agrária ser tema constante nos movimentos sociais rurais, devemos compreender que:

O movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua, ou dialeto, a etnia ou raça entram na formação e no desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componentes de um modo de ser e viver. (IANNI, 2009, p. 142)

Apesar das lutas pela preservação da cultura serem mais presentes quando tratamos dos movimentos sociais de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, devemos compreender que os demais movimentos agrários também lutavam e lutam por um modo de vida diferente do estabelecido pelo mercado, e pelo sistema econômico vigente, o capitalismo. Muitos lutavam, e alguns ainda lutam, pela construção de uma comunidade baseada na pequena agricultura e no comércio local, atendendo a demandas locais. O próprio Movimento Udelinista desejava extinguir as grandes fazendas pecuárias da região para trabalhar com pequenas propriedades de terras, com uma policultura de alimentos, não apenas o gado, como era feito pelos grandes fazendeiros da região.⁷

Vale frisar que o caso de Cotaxé não era um caso isolado. O problema de distribuição de terras sempre foi um problema que atingiu todo o território nacional.

Pompeu Accioly Borges declara que, em 1950, 149 mil, ou 8% dos proprietários, possuíam 75% da terra em propriedades privadas. De

⁷ Vale ressaltar que atualmente, na região noroeste do Espírito Santo, onde Cotaxé está localizado, ainda se predomina a pecuária como principal atividade rural, com base nas grandes propriedades de terra.

fato, havia sessenta propriedades de mais de 100 mil hectares cada uma. [...] O que as cifras acima indicam é que houve e ainda há um grupo numericamente pequeno de grandes proprietários de terras que pertencem à classe mais elevada, educada, e um grupo numericamente grande de pequenos proprietários, posseiros de terras devolutas, meeiros e trabalhadores agrícolas. (OBERG, 2009, p. 185)⁸

Nota-se que o problema, que ainda persiste até os dias de hoje, de grandes concentrações de terras nas mãos de poucos latifundiários atinge todo o território nacional. Vale lembrar as relações de poder que são estabelecidas nesses cenários de possuidores e não possuidores e bens, e de modos de produção. Devemos lembrar que a terra também é um meio de produção, tanto para a agroindústria, como geradora de produtos capazes de gerar lucro, quanto para o pequeno agricultor que precisa da terra para produzir seus próprios materiais de consumo e alimentos, não precisando se enquadrar na lógica macroeconômica.

A forma pela qual a propriedade material é distribuída entre várias pessoas, que competem no mercado com a finalidade de troca, cria, em si, oportunidades específicas de vida, o que constitui um fato econômico bastante elementar. Segunda a lei da utilidade marginal, esse modo de distribuição exclui os não-proprietários da competição pelos bens muito desejados; favorece os proprietários e, na verdade, lhes dá o monopólio para a aquisição desses bens. (WEBER, 1963, p. 212)

Para quebrar com esse monopólio dos possuidores, no caso do campo, dos latifundiários, surgem os movimentos agrários, como o Movimento Udelinista. Tornam-se necessários para questionar e tentar modificar, mesmo que a nível local, essa sofrida realidade brasileira de grandes acúmulos de riquezas e poder na mão de poucos, almejando uma redistribuição de terras, ou seja, a reforma agrária.

Após compreendermos, inicialmente, o que foi o Movimento Udelinista, passamos a compreender as diversas interpretações encontradas nas produções bibliográficas sobre o evento. É nosso objetivo aqui, compreender quais são as dominantes, para nos capítulos subsequentes, compará-las com as representações encontradas nas fontes primárias e na memória oral dos moradores de Cotaxé. Vale ressaltar que até mesmo dentro das produções bibliográficas sobre o movimento, é possível encontrar diferenças interpretativas.

⁸ Texto publicado originalmente de 1957.

2 – O MOVIMENTO UDELINISTA E SUAS REPRESENTAÇÕES NA BIBLIOGRAFIA

Neste capítulo apresentamos as representações do Movimento Udelinista, a tentativa de criação do Estado de União de Jeovah, e do seu líder, Udelino Alves de Matos, na bibliografia existente sobre o tema. Analisamos os mais diferentes tipos de produções sobre o assunto: livros de literatura e jornalístico, jornais, um documentário, e materiais didáticos. Alguns desses materiais tratam do tema de forma direta, outros abordam o tema de forma secundária, como livros didáticos de História do Espírito Santo.

O conflito entre posseiros e grileiros ocorreu em meio a um litígio fronteiriço entre Minas Gerais e Espírito Santo. “Em 1963, o governo de Minas Gerais voltou a sugerir negociação para um acordo. Desta vez houve e foi aprovado. [...]. Já não há dúvidas nas divisas [do Espírito Santo] com Minas Gerais.” (MORAES, 1971, p. 46, 47). Assim foi definida a fronteira entre mineiros e capixabas. Hoje, o distrito de Cotaxé pertence ao município de Ecoporanga, território atual do Espírito Santo. Com a divisão atual, o Espírito Santo ficou com os territórios que hoje são Ecoporanga, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte e Mucurici. Já Minas Gerais ficou com o território que hoje é município de Mantena, e parte de Carlos Chagas.

Houve algumas trocas de tiros entre os militares de Minas Gerais e do Espírito Santo durante esse litígio territorial, porém, o maior gerador de violência na região era a luta por propriedades de terra traçadas por posseiros e grandes fazendeiros. Havia dois conflitos concomitantes na região, e sem um estado definido havia pouca interferência estatal, o que gerava uma violência descontrolada na região. Esses movimentos também geraram na população um recorrente sentimento de medo no Vale dos Aimorés.

2.1 - AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DO MOVIMENTO UDELINISTA NA BIBLIOGRAFIA

Este tópico tem por objetivo apresentar como o Movimento Udelinista é interpretado na bibliografia existente, além de produções midiáticas e materiais didáticos. Ou seja, pretendemos abordar a maior quantidade possível de obras sobre o movimento, produzidas posteriormente a ele, a fim de compreender como é apresentado pela memória cultural.

Para fazer tal apresentação e comparação interpretativa, utilizaremos diversas obras, como o livro literário *Cotaxé*, de Adilson Vilaça e sua pesquisa histórica intitulada *Cotaxé: A reinvenção de Canudos*. Além de textos jornalísticos como *O Massacre em Ecoporanga*, de Luzimar Nogueira Dias, entre outras publicações midiáticas e didáticas.

A obra mais antiga de conhecimento público sobre o evento é o livro *O massacre em Ecoporanga* de Luzimar Nogueira Dias. Obra fruto de uma pesquisa realizada pelo jornalista na região noroeste do Espírito Santo, a fim de compreender o cenário dos conflitos de terra existentes na região. Dentre eles, Dias tem um capítulo reservado ao Movimento Udelinista. A obra em questão tem um objetivo denunciativo, pois o autor fazia parte do Partido Comunista do Brasil, e lança o livro para denunciar a repressão aos pequenos produtores rurais da região.

Fica a certeza de que este trabalho significa a divulgação de um dos mais belos momentos do povo do Espírito Santo. E, também, dos primeiros passos do Partido Comunista do Brasil na aplicação prática de sua revolucionária aliança operário-camponesa. (DIAS, 1984, p. 11).

De acordo com o próprio autor, o seu trabalho foi publicado no jornal *A Tribuna*, em uma reportagem especial chamada *Massacre em Ecoporanga - Lutas camponesas no Espírito Santo*, vencedora do Prêmio Thiers Vellozo de Jornalismo em 1980. (Ibidem, p. 09). Porém, não foi possível encontrar tal publicação pois o acervo do jornal *A Tribuna* sofreu um incêndio em meados da década de 1980, impossibilitando acesso às edições anteriores.

O livro é construído com várias citações de fontes utilizadas por Dias em sua pesquisa. Muitas cartas são reproduzidas no livro e comentadas pelo autor, como os relatos feitos por Major Djalma Borges, líder militar que dizimou o Movimento Udelinista, ao governador do Estado Jones dos Santos Neves. Porém, na obra não consta as referências de tais fontes, e o livro foi a única fonte encontrada de tais relatos.

Mesmo com essas limitações, o *Massacre em Ecoporanga* é leitura obrigatória para quem pesquisa os movimentos agrários da região, e nesta pesquisa não poderia ser diferente. No que se refere ao caráter messiânico do movimento, a obra de Dias aparece como um livro curioso. Durante a introdução do livro ele defende nitidamente a ideia de que o movimento havia sido messiânico.

Os Primeiros conflitos entre camponeses e latifundiários ocorreram, de fato, em Cotaxé, com a chegada de Udelino Alves de Matos e outros desbravadores, no final dos anos 40. Uma luta que as autoridades da

época compararam a uma “nova Canudos”. [...] Udelino seria um Antônio Conselheiro, por sua religiosidade, misticismo, tentando fundar um novo estado na região litigiosa, com o nome de “Estado de União de Jeovah”. (Ibidem, p. 13)

Na introdução de sua obra Dias reproduz o que as “autoridades da época” entenderam sobre o movimento. Apesar de ser uma obra com cunho político e denunciativo, em nenhum momento é entendido que esse caráter messiânico seria uma construção de seus repressores. Porém, a ideia messiânica não é sustentada ao longo do seu livro. Apesar de ter um capítulo dedicado exclusivamente ao Estado de União de Jeovah, em nenhum momento o autor volta a fazer referências da luta dos posseiros como messiânica. Udelino deixa de ser o líder religioso e volta a ser o líder político, afinal esse é o principal foco de Dias em seu trabalho.

Dias reproduz o relatório do Major Djalma Borges, em que ele relata os detalhes do movimento dizimado por ele. Nesse relatório é traçado um perfil de todos os participantes do movimento, inclusive do seu líder, Udelino. Há, obviamente, uma tentativa de injuriá-lo.

Homem inculto, sem instrução, sem religião definida, soube explorar a ingenuidade de grande quantidade de homens, pedindo-lhes dinheiro (de dois cruzeiros acima) para ir ao Rio de Janeiro solicitar ao presidente Getúlio Vargas uma autorização para dividir todas as terras do norte do Estado, em pequenas áreas, para distribuí-las com os lavradores pobres, sendo atendido por mais de 800 pessoas. (BORGES apud DIAS, 1984, p. 55)

Claramente essas informações são escritas por um inimigo político de Udelino, e algumas informações são facilmente questionáveis. O fato de chamá-lo de inculto e sem instrução é um exemplo claro. Não sabemos ao certo se Udelino passou por um processo de escolarização formal, mas é de conhecimento de todos da vila que ele era professor e ajudou a alfabetizar muitos lavradores da região. Logo, conclui-se que essa afirmação é incorreta.

Outro ponto curioso na descrição de Borges é em relação à religiosidade de Udelino. Há várias interpretações sobre sua religião, até mesmo dentro da interpretação messiânica. Pensar o movimento como messiânico com uma declaração de que o líder não tem uma religião definida, soa minimamente estranho. Podemos, por ora, trabalhar com a hipótese de ser apenas um desconhecimento de Borges, pois ao longo do trabalho discutiremos mais a fundo a religiosidade de Udelino.

Ainda em relação à descrição de Borges, é notável a ênfase dada por ele nos objetivos políticos de Udelino, que era “dividir todas as terras do norte do Estado, em pequenas áreas, para distribuí-las com os lavradores pobres” (idem). A mesma ênfase política é notável em outras partes da descrição de Udelino feita por Borges.

Udelino trazia em seu poder um caderno de papel almaço com o emblema da República do Brasil e, no seu interior, vários papéis cheios de selos, dizendo ser o título de sua nomeação [de delegado de terras]. Conduzia, ainda, uma bandeira verde com uma faixa branca, dizendo ser a bandeira do novo Estado. Com essa encenação toda foi fácil seduzir um grande número de homens, uns de boa índole, pacatos e tímidos, outros dados ao crime, à brutalidade e à valentia. Diariamente reunia o pessoal, pela manhã e à tarde, e obrigava-o, de joelhos ao chão e de mão estendidas, a receber a bênção ministrada por ele. (ibidem, p.57)

Pensar em um líder messiânico a partir dessa citação é problemático. Um líder messiânico é visto pelos seus seguidores como um enviado divino, não sendo necessário a apresentação de documentos do mundo secular que comprovem seu posicionamento de líder. Udelino o tempo todo recorre ao mundo secular, ao Governo Federal ou outras instâncias, para alcançar seus objetivos e se reafirmar como um líder. O reconhecimento de sua liderança pelos posseiros está muito mais relacionado aos seus objetivos políticos do que à sua religiosidade.

A obra de Luzimar Nogueira Dias, apesar de ser de fundamental importância para compreender a questão agrária do noroeste do Espírito Santo e a difusão do Partido Comunista do Brasil na região, quando tratamos do caráter messiânico do Movimento Udelinista, ele nos parece paradoxal. Ao mesmo tempo que, na introdução, enquadra-o como messiânico, ao longo do livro essa imagem é desconstruída.

Acredito que o autor não dá ênfase ao messianismo por não ser o seu objetivo discutir tal ponto, pois se trata de uma obra política e partidária publicada em 1984, recuperando a memória do movimento agrário na região num período de redemocratização brasileira. Mas por que citar esse caráter messiânico de forma rápida na sua introdução? Acredito que tenha ocorrido devido às influências de Adilson Vilaça, outro jornalista, amigo pessoal de Dias, e hoje um dos maiores autores sobre a região, incluindo seu romance histórico *Cotaxé*. Vilaça é um dos autores que reforçam a imagem de Udelino como Messias, e apesar da obra de Dias ser lançada anteriormente a de Vilaça, acredito que houve influências. Afinal, o próprio Vilaça, no prefácio da primeira edição de seu romance, declara:

No livro de Luzimar há um pequeno trecho de minha autoria: o final da página 69 e página 70. Bebericávamos copos na lanchonete Charme, no Parque Moscoso, e eu lhe contava a tortura coletiva de camponeses num curral em Cotaxé. Meu editor pediu que lhe recontasse o texto a improvisada lauda, rasgada em rolo de papel de embrulho da lanchonete. E o transcreveu ao livro. (VILAÇA, 2007a, p. 12)

Fica claro, a partir das declarações de Vilaça, que Dias e ele tinham uma relação de amizade, além do coleguismo profissional. A partir dessas constatações, fica nítido que os dois jornalistas dialogavam sobre o tema, influenciando-os um ao outro.

Compreendida a obra de Dias, vamos analisar as obras de Adilson Vilaça, a começar pelo romance, *Cotaxé*, citado anteriormente. Logo na nota da primeira edição, o autor deixa claro que seu livro não se trata de uma reprodução, nem mesmo uma construção de uma verdade sobre o passado: “Não é tarefa do artista contar as coisas como sucederam, mas como poderia ter sucedido”. (VILAÇA, 1997, p. 13). Porém, mesmo esclarecendo que aquela não é uma obra histórica e sim literária, de ficção, o romance ajuda a construir todo um imaginário sobre o acontecimento.

De qualquer forma, estamos aqui diante do seguinte fato: nossa ficção que responde pelo romance histórico a partir de 30 é aquela que se coloca no desdobramento direto de nosso regionalismo literário e, com ele, das correntes migradas do século XIX, a partir dos primeiros exemplos do romantismo com o acréscimo devido e a seu tempo da matéria realista [...]. A extração do romance histórico através dessa clave, nas décadas que se seguiram, apenas confirma o papel fundamental que a força da tradição ocupa entre nossos romancistas. (SANTOS, 2011, p. 299/300)

Essa força da tradição nos romances históricos, apresentada por Santos, é nítida na obra de Adilson Vilaça, pois ele reforça em sua obra a imagem apresentada por uma história tradicional sobre o Movimento Udelinista.

Ao analisarmos a obra de Vilaça devemos nos atentar para as representações que o autor faz de Udelino Alves de Matos, pois devemos entender “personagem como um ser fictício responsável pelo desempenho do enredo: quem realiza a ação.” (MOTTA, 2013, p. 173). Os personagens, reais ou não, individuais e/ou coletivos, são os responsáveis pelas ações que iremos discutir ao longo nesta análise. Portanto, ao analisarmos o movimento e o seu suposto messianismo, estamos analisando como Udelino e sua relação com os demais udelinistas são interpretadas, pois elas são necessárias para a compreensão das representações do próprio movimento.

O romance *Cotaxé*, além de retratar o movimento como uma tentativa de construção do Estado de União de Jeovah, conta a história de um romance de Udelino Alves de Matos com sua amada Isabel, em que seu amigo acaba roubando sua pretendida pedindo a mão dela em casamento antes dele. Além disso, há outros triângulos amorosos dentro do livro. João come-vivo, personagem que representa o braço direito de Udelino, o Jorge Come-cru, acaba se envolvendo com a governanta da Casa de Tábua, no romance, sede administrativa do Estado de União de Jeovah. O grande problema está no fato de ela ser casada com outro posseiro. Várias histórias pessoais dos personagens atravessam o romance, e a maioria delas acaba em desgraça. Na obra de Vilaça, Udelino vai embora deixando sua amada casada com o seu amigo, e João Come-vivo acaba sendo morto pelos militares do Estado do Espírito Santo.

Em relação ao caráter messiânico do Movimento Udelinista, há na obra literária de Vilaça uma construção do personagem Udelino como uma pessoa extremamente religiosa, e enquanto líder político deixa a impressão de ser também um líder religioso, criando assim uma imagem de que o movimento tenha um caráter messiânico.

É comum encontrar nas obras de Adilson Vilaça (2007 a, p.15) que “Os ventos de Canudos ainda animavam os sertões, e Udelino, de naturalidade baiana, estava impregnado da herança de Antônio Conselheiro quando chegou ao contestado”. Porém, não há nenhuma evidência empírica para tal afirmação. Essas afirmações surgem de um pressuposto de que o líder dos posseiros, por ser baiano, pode ter tido conhecimento e admiração dos acontecimentos de Canudos. Porém, não passam de pressupostos. Devemos considerar as dimensões geográficas da Bahia, sendo um estado muito grande, e compreendermos que as informações na época não circulavam de forma rápida, muito menos havia um processo de escolarização eficaz no interior do Brasil na época. Udelino, que possivelmente é do sul da Bahia, região muito distante do Arraial de Canudos, que se localizava ao sertão do norte da Bahia, próximo ao Sergipe..

Soa estranho que representantes da esquerda, como Adilson Vilaça, tenham reproduzido a representação messiânica do movimento, pois ela foi encontrada, majoritariamente, em documentos escritos pela repressão. Ainda não foi possível chegar a nenhuma conclusão a respeito de tal apropriação de discurso. Inicialmente trabalhamos com duas hipóteses. Ou houve uma supervalorização do documento escrito, reproduzindo o que ali constava, pois quando pesquisamos esse tema encontramos muito mais fontes do Estado. Hipótese que eu acho pouco provável. Ou a esquerda se apropriou do discurso

messiânico para diferenciar o movimento de reforma agrária do Partido Comunista do Brasil, do Movimento Udelinista. Hipótese aqui considerada mais provável, pois pode ser uma diferenciação para justificar porque o outro movimento foi fracassado e essa nova articulação de reforma agrária tem mais chances de sucesso. A priori são apenas hipóteses que pretendemos discutir ao longo da pesquisa.

Mas afinal, o que diferencia um movimento político de um movimento messiânico? Inicialmente é importante compreender o conceito apresentado por Maria Isaura Queiroz, para quem o messianismo consiste em uma doutrina, podendo ser cristã ou qualquer outra forma de religiosidade. Essa doutrina obrigatoriamente gera um movimento social/religioso, em que é respeitada toda a sua lógica interna que varia conforme cada doutrina. O movimento messiânico necessita de um líder, no caso o messias, ou o profeta, que deve ser carismático, tendo características de um líder religioso, sendo considerado um filho de Deus, ou um enviado divino, responsável pela melhora na sociedade em que vivem seus seguidores (QUEIROZ, 1965).

A principal diferença entre a religião tradicional e o messianismo consiste na relação da atividade efetiva dos adeptos. Enquanto a religião tradicional se fixa apenas em uma celebração divina em conformidade com a realidade, os movimentos messiânicos lutam, não importando como, para que a justiça seja instaurada na terra:

O messianismo se afirma, pois, como uma força prática, e não como uma crença passiva e inerte de resignação e conformismo: diante do espetáculo das injustiças, o dever do homem é trabalhar para saná-las, pois sua é a responsabilidade pelas condições do mundo. (Ibidem, p. 07)

Percebe-se então que um movimento messiânico precisa de uma crença, somada a uma luta política, uma ação transformista, regida e incentivada pela crença em questão. Complementando a compreensão do conceito de messianismo, é relevante citar Maurício Vinhas de Queiroz, que compara um movimento messiânico a um movimento social laico:

O messianismo significa algo mais que um simples “desgosto” pelo mundo, ou uma não-aceitação da vida social como esta se revela. Nos movimentos revolucionários laicos, há também uma recusa às condições de existência, porém os revolucionários procuraram atuar dentro da realidade, a fim de transformá-la. Já o messianismo leva sempre a um alheamento, a um desligamento do corpo social, e à instauração, fora dele e oposta a ele, de uma nova comunidade que confia na transfiguração supranaturalista do mundo. (QUEIROZ, 1996, p. 252/253).

Além de uma fé, é necessário a ação dos indivíduos envolvidos, o que gera um movimento de motivação política e religiosa. Entendemos então que para considerarmos um movimento político enquanto messiânico, a luta política caminha lado a lado de uma fé religiosa, uma crença espiritual no líder do movimento e, por ser um enviado de Deus, teria o poder da verdade e a capacidade de liderar o movimento. Porém, “o apelo a valores religiosos não seria uma atitude alienada, mas a expressão da revolta por meio do único canal possível no contexto cultural tradicional”. (NEGRÃO, 2001, p.122).

É muito comum que a luta política sertaneja seja construída com embasamentos religiosos, pois a religião, na maioria das vezes um catolicismo popular repleto de sincretismos, é muito presente na cultura popular do sertão brasileiro. Não podemos ignorar tais características culturais desses grupos. Como salienta Lísias Nogueira Negrão, não se trata de uma alienação e sim uma busca política através do viés mais acessível a eles, no caso o viés religioso (idem).

Conceituar é sempre uma tarefa complicada, pois podemos cometer erros generalistas e deixar de lado especificidades de cada movimento. Porém, conceituar um movimento enquanto messiânico, ou não, faz parte de um processo taxonômico que auxilia na compreensão inicial de tais acontecimentos.

Como conceitos abrangentes e genéricos, messianismo e movimento messiânico são necessariamente típico-ideais, no sentido de se referirem à realidade observável, mas não a reproduzirem ou esgotarem, e isto mesmo no caso em que os autores entendam seus conceitos como tipos empíricos. (NEGRÃO, 2001, p. 119)

Os conceitos, portanto, não esgotam sua definição. Todos os movimentos messiânicos apresentam diferenças estruturais, culturais, contextuais. Até mesmo os conceitos apresentam algumas divergências como vimos acima entre Vinhas de Queiroz e Negrão. Porém, devemos nos ater a um grande ponto em comum em todos os movimentos messiânicos e todas as conceituações: tratam-se de articulações política-religiosas. Sendo assim, o que motiva os participantes a aderirem a causa é o conjunto de objetivos de ordem secular e sagrada entrelaçados.

Nos casos em que o líder apresenta em seu discurso as duas características, mas seus seguidores o seguem por reconhecimento de apenas uma, seja política ou religiosa, não se caracteriza, neste caso específico, um movimento messiânico. Líderes religiosos que falam também de questões políticas e líderes políticos que também falam de religião, não são necessariamente líderes messiânicos. Por exemplo, os seguidores de um padre,

que em sua pregação trata de assuntos políticos, não o seguem por essa motivação, e sim por acreditarem em sua liderança espiritual. Apesar dos fiéis o entenderem como líder religioso, suas opiniões políticas podem, ou não, serem levadas em consideração, pois não afeta o vínculo de ordem sagrada existente entre eles. Há nesses casos uma separação dos dois âmbitos, político e religioso, e apenas um aparece como motivação maior de seus seguidores.

Um movimento messiânico se caracteriza, portanto, em um movimento com objetivos políticos e religiosos concomitantes, liderado por um líder espiritual e político. Assim os dois mundos se entrelaçam de tal forma, que fica difícil distinguir quais são os objetivos seculares e quais são sagrados.

No caso de Udelino Alves de Matos não encontramos um consenso, na bibliografia sobre o tema, se se trata de um líder somente político, ou um líder político-religioso, se tornando um messias, e enquadrando o movimento como messiânico.

Há no romance *Cotaxé* inúmeras cenas em que Udelino evoca o nome de Deus, faz rezas e outras atividades religiosas, como: “Udelino pregava que o território era réplica do paraíso” (VILAÇA, 2007 a, p. 15), ou uma fala do personagem no livro que dizia: “Meus colegas lavradores, amados filhos de Deus. O bom Pai nos agraciou com a oferta do paraíso” (Ibidem, p. 63). Nessas frases, como em tantas outras espalhadas pelo livro, é possível notar explicitamente que Vilaça representa o líder dos posseiros como um profeta, alguém que evoca Deus em seus discursos políticos.

Outro ponto que necessita de uma análise no romance *Cotaxé*, é a passagem que relata diálogos de Udelino Alves de Matos, com o Personagem Francisco Rosa. Este último sendo membro do Partido Comunista do Brasil. A passagem mostra um diálogo entre os dois personagens sobre os conflitos agrários da região. Sendo a primeira cena:

Após o comício, um representante dos comunistas esperava Udelino detrás do coreto. Era um rapaz claro, de olhos castanho-esverdeados, chamado Francisco Rosa.

- Acho que é um homem inteligente e não vai iniciar uma guerra. Os camponeses não estão preparados para essa tarefa. Falta organização.
- Quem é você? – quis saber Udelino.
- Francisco Rosa. Pode me chamar de Chico.
- Então o senhor que é o tal Chico, o ateu?
- Se o senhor prefere assim, assim pode ser. O que o senhor não pode fazer é misturar a questão agrária com essa ridícula ideia de fazer um novo estado. Por que não repensamos a estratégia? Podemos nos aliar.

- Ridículos são os senhores, que não passam e meia dúzia que não tem nem o respeito do povo – foi a resposta de Udelino. E mais: - O povo está comigo, e Deus nos protegerá!

- O senhor é um populista! – Reagiu Chico Rosa.

- E o senhor já está cheirando a defunto!

Imune à ameaça, Chico Rosa voltou-se as costas e foi ajuntar-se a outros três, quatro membros do Partido, que o esperavam do outro lado da praça.

- O sujeito é megalomaniaco! – Sintetizou aos camaradas. (Ibidem, p. 197/198).

Nessa cena percebemos que há uma representação do Partido Comunista do Brasil na figura de Francisco Rosa, como o sábio, que percebia que o Movimento Udelinista não daria certo, criticando seu líder, chamando-o de “populista” e “megalomaniaco”. E Udelino, sempre baseado em Deus, seria um fanático religioso que colocava o movimento agrário em grande perigo. Nesta cena, percebemos que as falas sobre Deus criam a imagem de um extremista religioso, e a maior crítica ao personagem Rosa é o fato de ser ateu. Há então uma nítida divisão entre os personagens: Udelino sendo um fanático religioso, um inconsequente; enquanto Francisco Rosa seria uma pessoa racional, que conseguiria levar o movimento agrário de forma mais sábia. Sendo assim, o Movimento Udelinista, ou como o autor chama, Estado União de Jeovah, seria um movimento desarticulado, sem força, e o PCB com a capacidade de fazer um movimento muito mais articulado, racional e com força política.

A interpretação apresentada no romance histórico acabou sendo dominante, afinal é a obra mais conhecida sobre Cotaxé. Ela chega, inclusive, aos jornais contemporâneos e em um livro paradidático. Podemos comparar a importância da *Os Sertões* de Euclides da Cunha ao se trabalhar com Canudos, à importância de *Cotaxé* de Adilson Vilaça para trabalharmos com o Movimento Udelinista. Porém, obviamente, devemos entender as diferenças proporcionais das repercussões literárias, afinal, Canudos acaba sendo conhecido no âmbito nacional, enquanto Cotaxé em âmbito estadual.

Tamanho é a importância do livro para a história do Espírito Santo que *Cotaxé* até ganhou uma obra de análise literária. Maria Beatriz Albaurre escreveu *A metaficção histórica no romance “Cotaxé” de Adilson Vilaça*, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. A autora faz sua análise levando em considerações alguns aspectos linguísticos utilizados por Vilaça. Ela nos chama a atenção a alguns detalhes da obra como:

Udelino, por exemplo, em meados da trama, começa a ter uma linguagem contida, repetida três vezes, como uma oração, enfatizando o que fala. [...]. Percebe-se também, podendo-se fazer uma analogia, a simbologia da repetição que pode ser vista como um ato místico, sendo o três um algarismo cabalístico envolto a muitos mistérios. (ALBURRE, 2000, p. 95/96)

Esse detalhe apresentado por Alburre serve para ilustrar como não só diretamente Vilaça representa Udelino como um personagem extremamente religioso, mas utiliza da linguagem nas falas do personagem para reforçar tal ideia. Falar de forma repetitiva, o que Alburre interpreta “ como uma oração”, reforça essa imagem religiosa de Udelino na obra literária. Na análise em questão, a autora reconhece o caráter religioso exaltado do personagem e entende o movimento enquanto messiânico.

Em 2010 saiu uma reportagem em um jornal de grande circulação no Espírito Santo, *A Tribuna*, em que é possível constatar tal interpretação de Udelino: “Magro, alto e sempre usando terno preto, Udelino, que não gostava de fotografias, recorria à Bíblia para unir os camponeses.” (SEGATTINI, 2010, pág. 18). Percebemos nesta reportagem, uma representação até caricata de um líder religioso. O mesmo ocorreu em uma reportagem de 1997, no jornal *A Gazeta*, também de grande circulação no Espírito Santo, no qual, em uma entrevista com Adilson Vilaça, reforçam a ideia de que “este estado [União de Jeovah] seria baseado em uma religiosidade muito forte. Ele prometia um paraíso em terra, e com esta promessa encantava as pessoas.” (CURRY, 1997, p. 3). Vale frisar que a reportagem em questão foi publicada devido ao lançamento do romance histórico *Cotaxé*, portanto já era de se esperar que apresentasse o movimento da mesma maneira.

Fato semelhante também pode ser encontrado no material didático de maior circulação sobre o Espírito Santo. No livro *História e Geografia do Espírito Santo* de Thais Moreira e Adriano Perrone (2007, p. 126), é possível encontrar mais uma vez a representação messiânica: “Foi criado pelo movimento o Estado de União de Jeová, num misto de questão fundiária e pregação religiosa”. Por se tratar de um material didático, é provável que para sua escrita foram pesquisados materiais de referência sobre o tema, sendo Adilson Vilaça reconhecido como o maior pesquisador desta temática, perpetuando sua interpretação. Neste caso é mantido tanto o messianismo, quanto o objetivo de criar um novo estado na região, o Estado União de Jeovah.

Curiosamente no livro didático, voltado para o quinto ano do ensino fundamental, *História do Espírito Santo* de Augusto Gomes da Silva Filho, a situação é um pouco diferente. No livro não há referência sobre o caráter religioso de Udelino.

Na década de 1950 surgiu um movimento – liderado por Udelino Alves de Matos, um alfabetizador que trabalhava em uma fazenda da região – que questionava a violência dos grandes fazendeiros que expulsavam os pequenos posseiros da região do Cotaxé para ficar com suas terras. (SILVA FILHO, 2008, p. 83)

Percebemos que Silva Filho enfatiza que Udelino era alfabetizador e não cita nenhum caráter religioso, nem mesmo cita a tentativa de criação do Estado União de Jeovah, defendido por muitos autores. Talvez isso tenha ocorrido por se tratar de uma obra voltada a crianças do ensino fundamental, e abordar a tentativa de construção de um novo estado e o caráter messiânico dificultaria a compreensão principal do capítulo, que se tratava de disputas por terras no Espírito Santo. Diferente do livro de Moreira e Perrone que é voltado para o ensino médio e estudos pré-vestibulares⁹, no qual o assunto pode ser tratado com uma maior complexidade.

No ano 1999 Adilson Vilaça deu consultoria a um documentário sobre o tema, dirigido por Joel Zito Araújo, intitulado *Cotaxé: O efêmero Estado de União de Jeovah*. No filme encontram-se entrevistas feitas por Vilaça na vila; cenas que representam como seria Udelino Alves de Matos e o conflito na região; além de trechos explicativos sobre o movimento, narrado pelo próprio jornalista.

Em seu livro *Cotaxé: a reinvenção de Canudos*, Vilaça (2007b, p. 09) afirma que “é nesse documentário que se evidencia a negação da origem messiânica do movimento jeovense, por mim perpetrada contra todas as evidências que mesmo lá, na edição veiculada, se estampam”. Adilson Vilaça reconhece que suas interpretações sobre o movimento podem ter falhas e precisam ser revistas. Apesar de, com um olhar mais atento, ser possível perceber no documentário há uma construção desse caráter messiânico. O produto final, enquanto documentário, material audiovisual, reforça todo o estereótipo de um Udelino profeta.

⁹ A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) utilizou o vestibular como forma de ingresso na universidade até 2016. A segunda etapa, de caráter discursivo, usualmente cobrava conhecimentos de história e geografia do Espírito Santo. A UFES não utilizava o Sistema de Seleção Unificada (SISU) como forma de ingresso, apesar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ser cobrado como primeira fase do vestibular. Porém em 2016 saiu uma portaria da UFES em que adota o SISU para o ingresso na Universidade em 2017, ficando assim extinto o vestibular.

Logo nos primeiros minutos do documentário há uma representação teatral de Cotaxé no período do Movimento Udelinista, em que o personagem de Udelino diz: “O bom pai nos agraciou com a oferta do paraíso” (O EFÊMERO, 1999, 3’), já reforçando a ideia de Udelino como um forte vínculo religioso. Mas há também no discurso do personagem características políticas. O documentário não o evidencia apenas como um líder religioso, mas também como líder político, porém mantendo vinculadas ao movimento as esferas divina e secular.

É possível notar que o entrevistador, no caso, o próprio jornalista Adilson Vilaça, induz algumas respostas, prendendo seus entrevistados na questão religiosa. Em uma entrevista ele pergunta: “O Udelino queria ser padre, né? Conte isso melhor pra gente”. O entrevistado chamado no documentário apenas como Zé responde: “É, ele queria ser padre. Mas não quiseram ele” (Ibidem, 5’30”). Talvez esse desejo de Udelino não fosse evidenciado pelo entrevistado se o jornalista não tivesse perguntado de forma tão incisiva. Talvez essa questão fosse um detalhe tão sem importância para o entrevistado que ele não lembraria ao longo da entrevista, caso não houvesse tal pergunta. Essas entrevistas devem ser vistas com cautela, pois induzem respostas e evidenciam questões que não são evidenciadas pelas memórias dos entrevistados.

Vilaça entrevista também Francisco Rosa, militante do Partido Comunista do Brasil na região de Cotaxé, contemporâneo a Udelino, e personagem do romance histórico como tratado em parágrafos anteriores. Rosa lembra que “Udelino foi uma pessoa importante. Nós trabalhamos muito juntos com os camponeses” (Ibidem, 32’42”). Não aparecem rancores ao líder dos posseiros na entrevista do documentário. Não sabemos ao certo se é uma questão de edição, ou se, naquele momento, Rosa tenha lembrado das ações que fizeram juntos em apoio aos camponeses, não lembrando das supostas rivalidades políticas entre eles. Fato é que nesse documentário notamos um Rosa que luta junto com Udelino, ao contrário da interpretação existente no romance *Cotaxé*, em que eles teriam sérios conflitos ideológicos.

As entrevistas contidas no documentário também se contradizem. No início do documentário aparecem ex-alunos de Udelino dizendo como eram as aulas dele na região, afinal o primeiro emprego de Udelino em Cotaxé foi o de professor alfabetizador nas fazendas. Porém em uma entrevista o fazendeiro Romeu Tinoco afirma: “Udelino era um Antonio Conselheiro mirim, mas Antonio Conselheiro tinha conhecimento das coisas, tinha um pouco de cultura, já Udelino era analfabeto” (Ibidem 12’45”). Fica claro que

Tinoco distorce uma realidade. Udelino era professor alfabetizador, ao menos ler e escrever ele sabia. Apesar de possivelmente não possuir alto grau de escolaridade ele não era analfabeto como afirma Romeu Tinoco em uma tentativa de difamá-lo. Porém é compreensível o seu posicionamento, pois Tinoco era um grande fazendeiro na região, logo, adversário político dos posseiros.

Ao longo desta dissertação encontraremos outras fontes que deslegitimam o movimento, principalmente por parte dos seus adversários políticos. Esse processo faz parte dos conflitos de representações, em que o vencedor busca criar uma representação dominante, a fim de ofuscar as demais possíveis. Neste caso, os fazendeiros tentam colocar a sua interpretação principal e verdadeira, em uma tentativa de calar a voz e a memória dos posseiros de Cotaxé.

Compreendendo essas questões representativas e políticas, e analisando o documentário como um todo, fica nítido que todos os que representam Udelino como líder religioso, dentro do documentário, são fazendeiros. Já os demais entrevistados, que lutavam juntos de Udelino, em nenhum momento evidencia esse caráter religioso. Augusto Reis, fazendeiro que apoiava o Movimento Udelinista, por exemplo, afirma no documentário que Udelino levava desenvolvimento a Cotaxé, diferente da situação de abandono que a vila de Cotaxé ficou posteriormente (Ibidem, 16'30'')

O caráter religioso é apresentado por um posseiro apenas na passagem citada anteriormente do desejo de Udelino de ser padre, induzido pelo entrevistador. Nas demais entrevistas fica claro o conflito de representações existentes na memória, porém o documentário acaba absorvendo essa interpretação messiânica reforçando o estereótipo, pois, as encenações e as narrações sempre lembram o caráter religioso.

Dando continuidade às representações da memória local, vale analisar um livro de poesia escrito por um morador da região. Em 2001 foi publicado um livro intitulado *O massacre em Cotaxé*, de Paulino Leite, que retrata o cotidiano dos moradores da vila de Cotaxé e região, além de retratar os problemas políticos enfrentados pelos posseiros. Contam nele algumas passagens referentes a Udelino Alves de Matos e ao Estado de União de Jeovah, forma em que o autor compreende o Movimento Udelinista. Apesar de ser uma obra de pouca circulação, o livro ilustra bem como os moradores da região enxergam o movimento. Paulino Leite expõe em sua obra literária sua interpretação dos fatos, além de retratar o cotidiano de algumas famílias.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Paulino Leite foi vereador no município de Ecoporanga em 3 mandatos e se diz “socialista de coração” desde a infância (LEITE, 2001, p.09). Com o seu envolvimento político, Leite se envolve também nas lutas dos trabalhadores do campo, tendo o incentivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ecoporanga para a publicação de seu livro.

Paulino Leite demonstra ser um homem religioso em sua obra. É possível encontrar diversas passagens em que ele cita o nome de Deus, além de chamar os fazendeiros, adversários políticos dos posseiros, de Caim. “Mataram sem compaixão / Por aqueles homens cains / Que falavam que era dono / O fazendeiro chamado Franquin. (Ibidem, p.15). “Homens cains” é uma expressão utilizada por Leite para comparar os fazendeiros ao personagem bíblico Caim, filho de Adão e Eva que matou o seu próprio irmão, Abel. Seria, no caso, uma forma de representar esses fazendeiros, mais especificamente Franquin, como homens maus, que impedem, ou ao menos dificultam, a construção de um mundo mais justo.

Apesar de toda religiosidade do autor, nas passagens referentes ao Movimento Udelinista, não faz nenhuma menção religiosa. Apenas cita-o como mais um movimento de luta pelos direitos dos posseiros. “Udelino Aristides e Alecrim / E um tal de “come cru” / Faziam este trajeto / Andando do norte para o sul / Atrás de outros companheiros / Que enfrentassem este fazendeiro / E aguentassem arrebentar o bambu” (Ibidem, p.56). Nesse trecho, Leite cita a busca de Udelino e de alguns companheiros por mais adeptos a luta dos posseiros, porém não faz menção nenhuma da religiosidade de líder.

O mesmo ocorre nas demais passagens do livro. Nota-se que Leite dá ênfase na luta política, sem mencionar aspectos religiosos, tanto que, as demais passagens são para mostrar as atitudes políticas do líder dos posseiros. “Udelino tinha em sua bolsa / Um documento que estava timbrado / Assinado por Getúlio Vargas / Nomeando um delegado / Que fosse dos lavradores / E protegesse os agricultores / Mas desapareceu no serrado.” (Ibidem, p. 55). Nessa citação vemos ressaltado um dos maiores feitos de Udelino nas memórias sobre o movimento: a sua ida ao Rio de Janeiro de busca de Getúlio Vargas. Novamente voltamos na necessidade de documentos timbrados para garantir a sua liderança, muito diferente dos movimentos messiânicos no qual a validação do seu poder vem dos céus, de forma divina.

Como um militante da causa dos posseiros, e socialista, percebemos que Leite se importa com a luta política em questão. Tanto que, ao lermos o livro, entendemos Udelino de forma muito similar ao Francisco Rosa, militante do Partido Comunista do Brasil na região de Cotaxé. “João Francisco Rosa / Que hoje está bem velhinho / Ele foi muito perseguido / Pelos jagunços de Lamartin / Ele era do Partido Comunista / Queria fazer justiça / Enfrentando o Lamartin” (Ibidem, p. 21) Em nenhuma passagem do livro *O massacre de Cotaxé* há uma comparação entre Udelino e Francisco Rosa. Ambos são interpretados como militantes do movimento agrário na região. Essa imagem muito se difere das apresentadas por Adilson Vilaça no romance *Cotaxé*, discutido anteriormente. Enquanto Vilaça compara os dois líderes políticos, colocando Udelino como fanático religioso e Francisco Rosa como o sensato, racional; Leite os representa como militantes que contribuíram para o movimento de reforma agrária da região.

Podemos afirmar então, a partir da obra de Paulino Leite, que existem outras interpretações sobre o movimento, para além da representação dominante, que o enquadra como messiânico. O próprio Adilson Vilaça, em seu livro *Cotaxé: a reinvenção de Canudos*, lançado em 2007, questiona o messianismo da organização dos posseiros. O livro propõe ser uma pesquisa histórica, realizada durante um curso de pós-graduação *lato sensu* em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. A monografia foi publicada em formato de livro pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Logo na introdução, Vilaça (2007 b, p. 10) apresenta os objetivos daquela pesquisa, afirmando que “a questão fundamental que orienta [...] esta investigação é aquela que interroga qual o parentesco messiânico que vincula a fundação de Canudos e a criação do Estado de União de Jeovah”. A obra, portanto, procura questionar as representações feitas anteriormente sobre os dois movimentos. Tal ideia fica ainda mais evidente quando o autor reconhece que pode ter cometido alguns erros em suas interpretações anteriores, como em seu romance histórico.

Neste caso, em essência dar-se-á à produção do autor a oportunidade de corrigir a trajetória de sua investigação, uma concessão que, no entanto, exige melhor apuração teórica para o desenvolvimento e a consubstanciação de um novo modelo interpretativo entre os dois movimentos sociais focalizados. (Ibidem, p. 11).

Há então, logo na introdução, questionamentos sobre o caráter messiânico do Movimento Udelinista. Porém o autor não o desconstrói ao longo da sua obra. É possível encontrar diversas passagens em que o messianismo é reforçado. Como na passagem:

Em meio à tanta desagregação, Udelino não tardou em descobrir que havia uma língua para unificar os deserdados: o dialeto da terra, de mãos dadas com uma religiosidade que fundia Deus ao metafísico coletivo. Logo posseiros capixabas e mineiros uniram-se aos da Bahia para ouvir-lhe a pregação messiânica. (Ibidem, p. 18)

Luta política “de mãos dadas com uma religiosidade” é uma descrição clara de um movimento messiânico. Principalmente quando Vilaça diz que o discurso político e religioso de Udelino foi o unificador do grupo de posseiros. Em diversas outras passagens ao longo da obra tais características são reforçadas. O próprio termo “líder messiânico” é utilizado em passagens seguintes para referir a Udelino. Ao descrever o fim do movimento, Vilaça (2007 b, p.121) afirma: “Mas o sonho messiânico não sobreviveria ao poder repressor advindo da organização política do Estado”. Há então um reconhecimento explícito do movimento enquanto messiânico.

A grande crítica que o livro faz sobre as interpretações anteriores é em relação ao desmerecimento político do movimento pelo fato de ser messiânico. Segundo Vilaça (2007 b, p. 85) o grande problema existe porque “no Brasil, tantas e tantas vezes, o messianismo conduziu a sublevação no campo que, por erro de foco, seria delimitada ora como surto de fanáticos, ora rebelião alucinatória de despossuídos”. Em toda a sua obra, o autor nos mostra que, mesmo tendo um caráter messiânico, o Movimento Udelinista teve uma consciência política louvável, sendo um movimento social legítimo, e não um simples um surto generalizado.

Esses reducionismos históricos atingem boa parte dos movimentos sociais do campo. É fácil encontrar escritos acerca desse aspecto, como algumas obras sobre Canudos que representam Antonio Conselheiro como um louco e/ou fanático religioso. Flávio Costa (1998, p. 119) afirma

não ser raro que algumas personagens históricas passem à História como heróis, sábios, loucos ou santos por uma força desta tendência redutora, compactadora, que em muitas ocasiões leva historiadores e escritores a pintarem amplos retratos psicológicos de certas personagens símbolo, a partir de poucos detalhes, de uma certa particular situação a que o ser ou sua vida estão associados, às vezes de forma passageira ou por circunstâncias esporádicas.

Ao pesquisar esses movimentos, devemos tomar cuidados com essas visões redutoras que acabam gerando mais estereótipos, dificultando a compreensão da complexidade que envolve o Movimento Udelinista. Para além dessa discussão, é necessário compreender a cultura local do sertanejo para entender sua forma de luta

social. Em sua maioria são culturas muito ligadas à religião, principalmente ao catolicismo, e muitas vezes repletos de sincretismos. Essa religiosidade acaba interferindo no modo de ver e pensar os movimentos sociais.

Portanto, está coerente a argumentação de Vilaça em relação a complexidade de pesquisar Cotaxé. Devemos dar destaque as suas afirmações em relação aos trabalhos que buscam representar movimentos sociais do campo, como Canudos e o Movimento Udelinista, ora como simplesmente um movimento político, ora como simplesmente um fanatismo religioso:

Reduzir a perspectiva do movimento social de Canudos apenas a fanatismo ou restringir o contorno do movimento jeovense apenas à solicitação da demanda secularmente reprimida de uma reforma agrária é manobra que parcializa e, conseqüentemente, deturpa a verdadeira dimensão configuradora de tais movimentos – a combinação de predição de um mundo melhor e seu alcance, sua construção. (VILAÇA, 2007 b, p. 81)

Compreendo toda a argumentação apresentada por Vilaça, apesar de não poder concordar de forma plena. Entendo que o caráter religioso dos movimentos deve ser entendido e analisado, porém seria necessário encontrar fontes que comprovem que o movimento teria sido messiânico, pois ao tratarmos de uma pesquisa histórica precisamos de alguma empiria, o que não é apresentado de forma clara em sua obra. É importante frisar também que Vilaça se preocupa com “a verdadeira dimensão de tais movimentos”, como apresentado na citação acima. Devemos tomar cuidado com essas buscas por verdades absolutas, pois podemos encontrar fontes diferentes que representam o movimento de formas opostas. Cabe ao historiador, neste caso, analisar minuciosamente as fontes e, a partir de uma análise interna e do contexto em que elas foram produzidas.

Apesar dos conflitos de representações existentes nas fontes, é possível, através de análises atenciosas, chegar em uma representação mais adequada, ponderando quem produziu tais fontes, em que contexto produziu e quais poderiam ser suas intencionalidades ao produzi-las. Pensando em trabalhos que teriam um rigor acadêmico é necessário analisar alguns trabalhos historiográficos, realizados na academia, sobre o Movimento Udelinista. Para isso, analisaremos duas dissertações de mestrado, ambas defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES). Seguindo uma ordem cronológica de publicação,

analisaremos inicialmente a dissertação de Wallace Tarcísio Pontes, defendida em 2007, e posteriormente do Élio Ramires Garcia, defendida em 2015.

A dissertação de Pontes intitula-se: *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1960)*, e se trata de uma análise de como a violência excessiva na região contribuiu para o esvaziamento populacional da Zona Contestada. Apesar de não tratar diretamente do Movimento Udelinista, o autor o leva em consideração pois contribuiu para o aumento da violência na região, uma vez que se tratava de um movimento armado.

Apesar de também compará-lo a Canudos, Pontes, em nenhum momento em sua dissertação menciona o movimento enquanto messiânico. Apenas afirma que:

Tal qual Antonio Conselheiro, Udelino portava-se como pessoa humilde e extremamente religiosa, além de ser dotado de grande habilidade oratória e capacidade de liderança. Entrelaçando valores cívicos e ensinamentos cristãos, externava seu ideal de distribuição de terras a todos aqueles que precisassem delas para o sustento da família. (PONTES, 2007, p. 134)

Nesta citação, notamos que Pontes faz menção à religiosidade de Udelino, mas não entra no mérito de Udelino ser um enviado divino, e não caracterizando o movimento enquanto messiânico. Esse foi o primeiro trabalho publicado que começa a representar o movimento de uma forma menos estereotipada.

Em relação a ideia de tentativa de criação do Estado União de Jeovah pelo Movimento Udelinista, Pontes, na introdução do seu trabalho, insinua ser uma ideia romanceada, afirmando que:

Ante dois Estados [Minas Gerais e Espírito Santo] recalcitrantes em exercerem a plenitude de suas competências, houve até quem ousasse criar um terceiro, surgindo aí o efêmero Estado União de Jeová, e seu idealizador Udelino Alves de Matos, cujas estórias – brilhantemente romanceadas pelo escritor capixaba Adilson Vilaça – serão por nós abordadas. (Ibidem, p. 15)

E, ao longo do trabalho, questiona a essa tentativa de criação do novo estado:

Embora os autores por nós consultados sejam unânimes em rotular o movimento de Udelino como uma tentativa – frustrada – de se criar um novo Estado naquela região, nossas pesquisas não lograram identificar com clareza a partir de que momento a idéia de criação do Patrimônio União de Jeová expandiu-se – na mente de Udelino e no imaginário popular – para a criação de um Estado. Sequer podemos afirmar que tal pensamento tenha partido de Udelino (e não de seus opositores, que

queriam diminuir sua influência e atrair a atenção da população e dos governantes ao compará-lo com Antonio Conselheiro). (ibidem, p. 137)

Pontes reconhece a criação de um patrimônio na região, o “Patrimônio União de Jeová”, porém não compreende quando esse projeto se transforma em um novo estado, e, nem mesmo, se essa ideia seria uma representação falsa e intencional do governo do Espírito Santo, como forma de deslegitimar o Movimento Udelinista. Ao longo do seu trabalho, o autor não volta a esse questionamento, deixando em aberto essa questão. Porém, ao longo do trabalho, Pontes trabalha com a ideia inicial de patrimônio, e não de construção de um novo estado.

Entusiasmado, Udelino não tardou em desenvolver a ideia de fundar um povoado. Em janeiro de 1953 arregimentou grande número de pretendentes e começou a construção do que já chamavam Patrimônio de Jeová. (Ibidem, p. 134)

Portanto, Pontes, apesar de não trabalhar diretamente o Movimento Udelinista enquanto seu objeto de pesquisa, traz uma nova abordagem possível para o seu entendimento. Essa representação vai ser levada em consideração pelos próximos pesquisadores, principalmente em relação as dúvidas deixadas por ele ao longo da sua dissertação, como demonstrado anteriormente.

Élio Garcia é um dos historiadores que recentemente pesquisou Cotaxé. Em sua dissertação defendida em 2015, e intitulada *Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: transição e longevidade*, ele faz um trabalho sobre a transição do Movimento Udelinista, entendido por ele como de criação do Estado União de Jeovah, para a União dos Posseiros de Cotaxé, movimento dos posseiros coordenado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Em sua dissertação Garcia questiona a comparação feita do Movimento Udelinista com Canudos, para ele:

A referência a Canudos indica, seguramente, o objetivo de rotular negativamente o movimento [...] com o sentido nada sub-reptício de caracterizar o movimento jeovense como manifestação de camponeses rudes e atrasados, ou, então, como movimento resultante de desvios patológicos, como, de resto, foram sempre rotuladas, na nossa História, as movimentações camponesas. (GARCIA, 2015, p. 101)

Para Garcia a comparação do Movimento Udelinista com o movimento liderado por Antonio Conselheiro não se passava de uma comparação arbitrária, a fim de diminuir, e deslegitimar a organização dos posseiros de Cotaxé. Porém, Garcia ainda reconhece que há uma movimentação religiosa, para além da movimentação social.

No período jeovense do Movimento de Cotaxé constatou-se, inicialmente, a ocorrência de um difuso discurso de fundo religioso, após a chegada de Udelino Alves de Matos, com a prática diária de orações. Isso, de alguma forma, nos remete às práticas religiosas de Antônio Conselheiro, em Canudos, não se apresentando, aqui, no entanto, os traços típicos do milenarismo, a iminência do apocalipse, a proximidade do final dos tempos e do juízo final e, tampouco, a presença de elementos do sebastianismo. O cerne da proposição jeovense é a defesa das posses já ocupadas e a distribuição de glebas a migrantes recém-chegados, uma proposta de reforma agrária para a qual Udelino buscava mediação através dos canais da política e contatos nessa área. [...] Este período inicial do assim chamado movimento jeovense foi considerado, neste trabalho, como sendo de natureza sociorreligiosa. (Ibidem, p. 149)

Apesar de não considerar o movimento como messiânico, milenarista ou sebastianista, Élio Garcia não nega a religiosidade forte no líder do movimento. Para não cair em rotulações que diminuam a importância do movimento, Garcia utiliza-se do termo “sociorreligiosa” para dar conta do Movimento Udelinista, chamado por ele de movimento jeovense. Essa diferenciação entre “sociorreligioso” e messiânico se dá, pois:

A terra seria o locus mítico da utopia, aqui tomada ainda no sentido de sonho de possível realização, da construção de sociedades livres das mazelas das sociedades rurais das quais se deslançaram os tais movimentos genericamente denominados, e nem sempre com propriedade, como messiânicos, uma das modalidades das chamadas movimentações camponesas sociorreligiosas. (ibidem, p. 21)

É muito comum haver uma religiosidade exacerbada nas áreas rurais brasileiras. Não diferente foi o período aqui estudado, Cotaxé demonstra ser uma região fortemente católica. Porém, foi necessário buscar outro conceito para dar conta do Movimento Udelinista interpretado por Garcia, chegando ao conceito de “movimentação camponesa sociorreligiosa”. Ele foi o primeiro, e até então o único, que utiliza esse conceito para explicar o Movimento Udelinista.

É notável, ao longo deste capítulo, que existem diversos autores que representam o Movimento Udelinista das mais diversas formas possíveis. Essas diferentes interpretações são recorrentes na historiografia, e serão melhor compreendidas nos capítulos subsequentes. Nos próximos capítulos serão analisadas fontes históricas, orais e escritas, com o objetivo de entender melhor a articulação dos posseiros de Cotaxé, além de compreender o processo de construção das interpretações aqui apresentadas.

2.2 - REFLEXÃO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES NA BIBLIOGRAFIA

Apesar de questionar alguns aspectos das obras citadas acima, reconheço a importância delas para a historiografia de Cotaxé. Obras respeitáveis preocupadas com a preservação da memória dos movimentos agrários do noroeste do Espírito Santo, não os deixando cair no esquecimento. São trabalhos com diferentes objetivos, mas que valorizam a história e a cultura local de um espaço visto como periférico na História do Espírito Santo e na História de Minas Gerais.

É notável também que dentro das obras apresentadas acima, há algumas diferenças interpretativas sobre o movimento, o que é muito comum em escritos sobre o passado. Cada autor escreve suas obras com seus objetivos maiores, seja Adilson Vilaça em seu romance, com o maior objetivo de entretenimento; Luzimar Nogueira Dias com o intuito denunciativo dos excessos militares e dos latifundiários da região; ou os materiais didáticos com intuídos educacionais. Porém cada uma dessas obras reproduz e perpetua interpretações encontradas em fontes que tinham objetivos políticos, como veremos nos próximos capítulos desta dissertação. É importante notar que as obras trazem diferenças interpretativas conforme as fontes utilizadas e como elas foram analisadas.

Enquanto Dias, em seu livro denunciativo, frisa as características políticas do movimento, sem negar o messianismo, Vilaça já evidencia o caráter messiânico do movimento e as características religiosas de Udelino. Por outro lado, no poema de Paulino Leite, percebemos apenas representado o caráter político do movimento, sem fazer referências a religiosidade. Em relação aos jornais e ao livro paradidático de Moreira e Perrone é notável uma reprodução das interpretações feitas por Adilson Vilaça. Por fim, o livro didático de Silva Filho não cita nenhum caráter religioso.

Já nas dissertações de Pontes e de Garcia, percebemos um reconhecimento da religiosidade, mas, por diversas vezes, os estereótipos apresentados nas demais obras são questionados. São as primeiras obras sobre o Movimento Udelinista escritas em programas de Pós-Graduação em História, seguindo um rigor metodológico de pesquisa em história.

Apesar de serem relatos distintos sobre o passado, e nem toda bibliografia reproduzir o caráter messiânico do movimento, é notável que o Movimento Udelinista é

majoritariamente entendido dessa maneira. Outra interpretação hegemônica está na tentativa construção de um novo estado. Ambas interpretações são influenciadas pelas obras de Vilaça, entendido como maior pesquisador do movimento. As bibliografias que não citam o caráter messiânico também não o colocam em cheque, com exceção a dissertação de Élio Ramires Garcia.

Entender o que já foi escrito sobre o Movimento Udelinista é de fundamental importância para dar continuidade a esta pesquisa. O segundo passo necessário é analisar outras fontes históricas sobre o movimento, seja ela documental, midiática ou memória oral. O capítulo seguinte será dedicado exatamente a essas análises de fontes e das representações existentes nelas.

3- O MOVIMENTO UDELINISTA E SUAS REPRESENTAÇÕES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS, NAS FONTES MIDIÁTICAS E NA MEMÓRIA LOCAL

Neste capítulo pretende-se apresentar as representações do Movimento Udelinista existentes nas fontes históricas. Trabalharemos com os mais diversos tipos de fontes encontradas sobre o movimento, como documentos oficiais de governo, Comissões Parlamentares de Inquérito e discursos proferidos na Câmara dos Deputados. Trabalharemos também com fontes midiáticas, jornais dos mais diversos posicionamentos políticos publicados no Espírito Santo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Por fim, serão utilizadas fontes orais de moradores, ou ex-moradores, da região de Cotaxé.

Analisaremos aqui cada uma dessas fontes, buscando compreender como elas representam o Movimento Udelinista, além de analisar todo o contexto no qual foram escritas, pois algumas delas foram criadas por grupos que declaradamente apoiavam o movimento e outras por grupos que condenavam as ações dos posseiros liderados por Udelino.

Alguns documentos aqui analisados já foram utilizados por outros pesquisadores, como as Comissões Parlamentares de Inquérito, que foram as primeiras fontes primárias pesquisadas e divulgadas por Adilson Vilaça, sobre conflito. Serão utilizadas também fontes inéditas, nunca antes analisadas ou citadas por nenhuma das demais pesquisas sobre o tema. São elas as entrevistas orais por mim realizadas, alguns ofícios do governador do Espírito Santo, jornais mineiros, capixabas e cariocas, além dos discursos da Câmara dos Deputados.

Ao analisarmos as documentações manteremos três principais focos. Assim como na análise bibliográfica, analisaremos aqui a questão messiânica do movimento, e a representação de Udelino como Messias ou não, afinal, percebemos que as bibliografias com as maiores repercussões interpretam o movimento com essa característica. Também teremos como foco de análise documental a construção do Estado União de Jeovah. Este por sua vez, quase toda a bibliografia afirma que houve uma tentativa de construção de um novo estado na região litigiosa. Porém, Wallace Pontes já coloca em cheque essa ideia quando afirma que suas “pesquisas não lograram identificar com clareza a partir de que momento a idéia de criação do Patrimônio União de Jeová expandiu-se – na mente de

Udelino e no imaginário popular – para a criação de um Estado. ” (PONTES, 2007, p. 137). Apesar de ser unanimidade no restante da bibliografia tratar de Movimento Udelinista como um movimento de criação de um novo estado, Pontes não encontrou fontes conclusivas para retificar tal afirmação. Porém, antes de analisarmos esses dois pontos chave desta dissertação, é importante compreendermos como Udelino e os posseiros ora são tratados como bandidos, e ora são tratados como vítimas de grileiros que queriam expulsá-los das terras.

3.1 – UDELINO ALVES DE MATOS, ENTRE A VÍTIMA E O BANDIDO

Ao analisar as fontes sobre o Movimento Udelinista, é notável que em algumas delas o movimento é tratado como criminoso, e Udelino, seu líder, tratado como um bandido. Em outras, porém, Udelino é tratado como vítima, como injustiçado, como um homem que luta por mais justiça em seu território. Essa dicotomia entre vítima e bandido é muito importante de ser analisada, pois ela já demonstra se o produtor daquela fonte é simpatizante ou contrário ao movimento. Afinal, fontes que representam Udelino como bandido, ou desordeiro, são nitidamente contrárias a ele.

Iniciaremos a análise sobre essa dicotomia representativa com as fontes contrárias aos posseiros. A fonte mais antiga encontrada que representa Udelino como um bandido é um telegrama de fazendeiros da região, destinado ao governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, sobre as ações dos udelinistas na região.

Vimos respeitosamente cientificar a Vossência que o Deputado Federal Dr. Wilson Cunha vg vem de certo tempo a esta parte insinuando a pessoas rústicas e inescrupulosas a invadirem vg como de fato já invadiram vg nossas fazendas médias e situadas região da Pedra da Viúva vg zona Litigiosa pt [...] Ontem 288 bandidos armados vg chefiados por Udelino Alves de Matos vg individuo sem profissão nem residência vg invadiram nossas propriedades vg suspenderam trabalhadores e desacataram famílias ordeiras e pacatas pt Aproveitamos oportunidade para hipotecas a Vossência toda nossa estima e apreço FRANCISCO MODESTO MENESES, ARLINDO ALMEIDA COSTA, ISRAEL CARVALHO, AUGUSTO REIS, UBALDO CORDEIRO, ROMEU TINOCO. (ESPÍRITO SANTO, 1953c)

As assinaturas do telegrama acima citado são de grandes fazendeiros da região que chegaram com documentações e se apropriaram das terras já ocupadas por posseiros.

No telegrama fica clara a representação de Udelino como bandido, e para além disso, há alegações de que o Deputado Federal Wilson Cunha tenha envolvimento com os udelinistas. Vale ressaltar que Cunha já fazia oposição ao governo de Jones dos Santos Neves, no Espírito Santo.

A denúncia feita pelos fazendeiros no telegrama é plenamente acatada pelo governo estadual. Em resposta o governador Jones dos Santos Neves responde: “Esclareço, outrossim, a V. Excia. que determinei fossem adotadas, por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça, severas providências a fim de pôr côbro aos abusos verificados naquela região.” (ESPÍRITO SANTO, 1953c). É possível notar na resposta do governador, que o governo também não tem nenhum apreço ao Movimento Udelinista, o que é reafirmado em demais fontes.

Essa representação de Udelino, como um bandido, é a encontrada na maior parte dos veículos de comunicação. Em um jornal capixaba, intitulado *Correio da Manhã*, é possível encontrar tal imagem do líder. Nesse caso, o impresso dá enfoque ao acontecimento que foi o estopim para a repressão policial ao Movimento Udelinista.

Recebemos de Minas Gerais o seguinte telegrama: - “Damos ciência a este órgão de publicidade que mais de 200 homens armados, chefiados por Udelino Alves de Matos, com grande quantidade de armas de guerra, invadiram propriedades e mataram o sr. Isaias Conceição, e estão saqueando proprietários indefesos da região de Pedra de Viúva, zona litigiosa no São Mateus do Norte. Os Fazendeiros estão abandonando suas propriedades, a fim de assegurarem suas vidas. [...]” (INVADEM, 1953, p.03)

De acordo com os grandes fazendeiros, a morte de Isaias Conceição, trabalhador que cuidava da fazenda de um deles, foi assassinado pelo grupo de Udelino em uma tentativa de reintegração de posse. Afinal, como já foi notado, o Movimento Udelinista, por não ter reconhecimento e legitimidade estatal, agia fazendo justiça com as próprias mãos, e opositores ao movimento alegam que cometiam também assassinatos e saques. É possível que essa forma violenta de fazer o movimento tenha sido a tática utilizada pelos udelinistas. Porém, só existem fontes da repressão que afirmam tal violência. Acontecido ou não esses assassinatos pelo grupo de posseiros, ela foi decisiva para associa-los a um grupo de bandidos e desordeiros.

Porém, não é de se estranhar que o jornal *Correio da Manhã* ressalte esses acontecimentos, representando Udelino como um bandido, pois esse jornal claramente

defende os interesses dos grileiros da região. Os fazendeiros que, apesar de chegarem ali após os posseiros, possuem as documentações das terras. Dando voz aos grileiros, o jornal encerra a sua matéria com o fim do telegrama enviado por eles:

“[...] Fazemos um apelo, por meio deste Jornal, aos poderes competentes, no sentido de serem cautelosos os interesses de inúmeras famílias em desespero, pela falta de garantias. A) Francisco Modesto Meneses, Arlindo Almeida Nosta [sic], Augusto Reis, dr. Leonelo Andrade, Gustavo Oliveira, Romeu Tinoco e Ubaldo Cordeiro.” (Idem)

A “falta de garantias”, citada pelos grileiros em seu telegrama, referem-se à falta de garantias de permanecerem nas terras que possuem documentações. Porém, em nenhum momento no jornal é contextualizado o fato dos posseiros terem chegado na região antes dos fazendeiros, e que faziam uso daquelas terras para seu sustento. Com base nessa seleção de fatos feitos pelo jornal é possível alegar que ele apoiava os grileiros nesse conflito.

Vale ressaltar que o grupo que mandou o primeiro telegrama ao governo do estado do Espírito Santo é praticamente o mesmo que enviou o outro telegrama ao jornal *Correio da Manhã*. Francisco Modesto Meneses, Arlindo Almeida Costa, Augusto Reis e Romeu Tinoco assinam os dois telegramas, enquanto Israel Carvalho assina somente o endereçado ao governador, e Leonelo Andrade e Gustavo Oliveira assinam somente o endereçado ao *Correio da Manhã*. Porém, é notável que se trata de um grupo de fazendeiros unidos, que se articulavam em ações contrárias ao Movimento Udelinista.

Não raro se encontra outros jornais que tratam de Udelino como sendo um criminoso. Frases como “o indivíduo UDELINO ALVES DE MATTOS [sic], cuja periculosidade já foi demonstrada na Assembleia Legislativa” (GRAVES ACUSAÇÕES, 1953, p. 01), são comuns na imprensa capixaba quando se trata do Movimento Udelinista. Podemos trabalhar com a hipótese que os grandes fazendeiros tinham influência na mídia local, facilitando que fossem veiculadas reportagens que os apoiassem nessa disputa.

O único jornal capixaba a apoiar os posseiros foi o jornal declaradamente comunista, intitulado *Folha Capixaba*. Porém, as matérias contemporâneas ao movimento não sobreviveram ao tempo. Nos próximos tópicos faremos algumas citações do jornal *Folha Capixaba* quando discutiremos o messianismo e a construção do Estado União de Jeovah. Mas, trata-se de uma matéria publicada após o fim do Movimento Udelinista.

Foi possível encontrar outros jornais impressos, contemporâneos a articulação dos posseiros, que traziam uma representação não criminosa do movimento. O jornal carioca *Diário na Noite*, traz uma reportagem sobre lavradores da região de Cotaxé, contendo, inclusive, citações indiretas de Udelino Alves de Matos.

Naquela zona contestada moram velhos agricultores. Gente que há meio século amanha [cultiva] a terra, plantando café, feijão, e fazendo criação de gado, etc. Sempre viveram felizes, muito embora sem escolas, assistência médica, etc. Acontece que recentemente, o major Djalma, da polícia militar do Espírito Santo, agindo a soldo de grileiros milionários, está expulsando à bala os agricultores de suas terras. O policial chega mesmo a atear fogo nas propriedades, queimando, como aconteceu há semanas, mais de mil sacas de arroz. (SOB, 1952, p. 06)

Essa reportagem foi escrita pelo jornal carioca na ocasião que Udelino Matos foi ao Rio de Janeiro a primeira vez, em busca de ajuda do presidente Getúlio Vargas. Por se tratar de um jornal distante geograficamente dos acontecimentos e sem buscar novas interpretações, o *Diário da Noite* acabou dando voz aos posseiros de Cotaxé, através de Udelino. Muito diferente da maior parte dos jornais capixabas, que acabavam sempre dando voz aos grileiros e calando as vozes dos posseiros.

Nesse jornal, quando entrevistado, Udelino deixa claro que se continuarem sendo violentados pelos grileiros e pela Polícia Militar do Espírito Santo, os posseiros reagiriam também de forma violenta.

A uma pergunta nossa esclareceu o delegado dos lavradores, Udelino Alves de Matos, que os agricultores, mesmo espancados, aguardam, pacientes, uma medida reparadora do governo federal. Mas, se continuarem os maus tratos, as surras, os tiros, é possível que haja uma reação violenta; e daí um banho de sangue, estimulado pelas autoridades estaduais que permitem aquele estado de coisas vergonhoso. (ibidem, p. 06)

Nota-se que esse jornal foi publicado em 14 de novembro de 1952, meses anteriores ao assassinato de Isaias. A partir desse discurso de Udelino, é possível interpretar que, voltando a Cotaxé, Udelino e os posseiros continuaram sendo violentados, e a partir dessa violência, o Movimento Udelinista respondeu de, também, forma agressiva. Passaram então a invadir as fazendas dos grileiros e a matar quem ali estivesse, o que provavelmente aconteceu com Isaias que trabalhava para um grileiro.

Esse assassinato, como vimos anteriormente, acabou sendo o estopim para a repressão policial ocorrida em fevereiro de 1953, e para a imprensa capixaba representar Udelino como bandido e o Movimento Udelinista como desordeiro.

Essa discussão também chega a Câmara dos Deputados Federais através do deputado Wilson Cunha. Em um de seus discursos, Cunha afirma:

Indivíduos endinheirados açambarcaram grandes áreas de terras nessa região [contestada], ferindo direito dos posseiros, que nela trabalham há muitos anos. O mais grave é que essas pessoas, com a colaboração da polícia estadual, vão desapropriando, arbitrariamente os pobres lavradores, que, não raro, ao retornarem do campo, encontram as casas queimadas. [...] Espero que esta reclamação surta os efeitos necessários, fazendo que o Governo do Estado tome as medidas para acabar com essa situação intolerável. (ESTADOS Unidos do Brasil, 1952, p. 18)

O discurso de Wilson Cunha foi realizado em junho de 1952, mostrando que o Movimento Udelinista era articulado e buscava apoio de alguns políticos. Cunha foi o político que mais apoiou os posseiros, de acordo com as fontes encontradas. O maior problema do apoio do deputado é que ele fazia oposição ao governo estadual do Espírito Santo. Não raro eram noticiadas calúnias sobre Wilson Cunha na imprensa capixaba, e afirmavam que ele queria se candidatar ao governo do estado. Portanto, ele não tinha voz em negociações com o governo estadual, ao menos na gestão de Jones dos Santos Neves.

Em relação à imprensa mineira, observa-se um enorme silêncio sobre os conflitos dos posseiros e grileiros na região contestada. Talvez pela distância da capital à região. Vale ressaltar que não foram encontrados jornais regionais em cidades mineiras próximas ao conflito. O único jornal mineiro encontrado, que trata do Movimento Udelinista, foi o *Estado de Minas*. Porém nas duas reportagens do ano de 1953 o jornal se contradisse. A primeira matéria foi publicada em 24 de fevereiro de 1953 representa o movimento enquanto criminoso.

Grupos armados e chefiados pelo indivíduo Umbelino [sic] Alves de Matos, com seus integrantes bem armados e municados, invadiram Pedra da Viúva e assassinaram Isaias da Conceição. Os assaltantes estão saqueando fazendas e moradias, criando situação aflitiva para a população da localidade. (GRUPOS, 1953a, p. 14)

Acredita-se que essa reportagem foi publicada devido à repercussão na imprensa capixaba sobre o assassinato de Isaias. Os fazendeiros da região podem também ter enviado para o *Estado de Minas* o mesmo telegrama enviado aos jornais capixabas, como

visto anteriormente. Possivelmente, sem checar outras fontes, o jornal simplesmente reproduziu a mesma representação do Movimento Udelinista como criminoso.

Porém, em menos de um mês de diferença, em 13 de março de 1953, o jornal *Estado de Minas* publica uma reportagem representando o movimento como vítima dos grileiros.

Esses posseiros estão sendo inquietados pelos chamados “grileiros”, ricos proprietários de terras que, com auxílio da polícia espiritosantense, lançam mão de todos os meios para expulsá-los das terras e delas se apoderaram. (SOLDADOS, 1953, p. 07)

Devemos ressaltar que não há, nessa segunda reportagem, nenhuma menção à anterior. Não foi, nesse caso, uma retratação ou uma errata, foi simplesmente uma nova publicação. É possível que os jornalistas do *Estado de Minas* não tenham se dado conta de que Udelino dessa matéria era o mesmo personagem da reportagem anterior. Afinal, eram publicações pequenas, que ocupavam uma parte secundária da página do jornal, entendida por aquela redação, sem grande importância.

A segunda reportagem do *Estado de Minas* foi publicada na ocasião em que, após a repressão policial feita ao Movimento Udelinista, Udelino foge, vai ao Rio de Janeiro pedir mais uma vez ajuda a Getúlio Vargas e em seguida vai à Belo Horizonte também para solicitar auxílio ao governador Juscelino Kubistchek. Esse pedido de ajuda será melhor discutido nos tópicos a seguir. Devemos compreender, a priori, que essa reportagem foi escrita com base nos relatos de Udelino, que chegou a ir à redação do *Estado de Minas*. É muito provável que, mais uma vez, sem consultar outras fontes, o jornal apenas reproduziu o discurso de Udelino, assim como fez anteriormente com o telegrama dos fazendeiros.

Esse tipo de reportagem, com posseiros pedindo melhorias no interior, e queixando-se de violência era comum no jornal *Estado de Minas*. Foi encontrado, por exemplo, outra matéria intitulada *Humildes posseiros em Casablanca dizem-se perseguidos pela polícia*, em que afirmam que também sofreram violência de grandes fazendeiros com o apoio da polícia. “Vieram a Belo Horizonte a fim de pedir garantias ao governo – Em nossa redação, esclareceram que a situação está sendo provocada por um latifundiário da região – Prisões e espancamentos sem motivo.” (HUMILDES, 1953, p. 14). Esses posseiros iam à Belo Horizonte em busca de apoio do governador do estado,

e acabavam indo à imprensa relatar o que acontecia na região. Udelino seguiu esse mesmo caminho após a repressão da polícia capixaba.

Após analisarmos tantos relatos sobre o Movimento Udelinista, é possível perceber que há uma dicotomia na imprensa, que ora representa Udelino como bandido, assaltante de terras; e ora o representa-o como vítima, junto com o grupo de posseiros de Cotaxé. Há jornais que apoiam os grileiros, e jornais que dão voz aos posseiros, além do jornal *Estado de Minas* que ora da voz a um grupo, ora a outro. É claro que há uma luta política em questão, e essa dicotomia também surge em documentos oficiais de governo e discursos na Câmara dos Deputados Federais.

Esse conflito de representação acaba abarcando outras características do movimento. A questão messiânica e a suposta criação do Estado União de Jeovah pelo Movimento Udelinista também são passíveis de questionamento. Nos próximos dois tópicos deste capítulo discutiremos mais precisamente essas duas questões.

3.2 – O MESSIANISMO NAS FONTES HISTÓRICAS

Neste segundo tópico analisaremos as fontes históricas pesquisadas, focando no que tange a questão messiânica. Busca-se compreender quais tratam o movimento enquanto messiânico, e quais o representam de forma diferente. Será necessário, para realizar tais análises, compreender quem escreveu o documento, em qual contexto e com qual objetivo.

As primeiras fontes a serem analisadas são as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), abertas em 1953 pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) a fim de investigar excessos da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na região contestada entre Espírito Santo e Minas Gerais.

Ao analisar a primeira CPI, aberta em abril de 1953, foi possível encontrar algumas denúncias escritas por lavradores da região, além de dois depoimentos transcritos, alegando que os policiais agiam de forma extremamente agressiva com os posseiros da região. Há também depoimentos do deputado federal Wilson Cunha, do

Partido Social Progressista¹⁰ (PSP), quem fez a denúncia dos excessos da PMES, e do major Djalma Borges, membro da Polícia Militar capixaba e principal responsável pela ação repressiva na região. Foi possível encontrar trechos que tratam de Udelino Alves de Matos e do Movimento Udelinista apenas nos depoimentos de Wilson Cunha e Djalma Borges.

O primeiro a testemunhar no processo foi o deputado Wilson Cunha, e ao descrever o líder do Movimento Udelinista, faz a seguinte afirmação:

Ele não era um homem equilibrado, era um homem de espírito muito rude, mas de muita inteligência, não recebeu instrução mas tinha inteligência, e achou que era o líder daquele movimento, deste movimento que não era outro senão para reclamar justiça, desejando ver concretizada uma punição para aquela Polícia que vinha desabridamente matando, espancando, roubando. (ESPÍRITO SANTO, 1953 a, p. 58)

É notável que Cunha, ao se referir a Udelino, destaca suas características como líder político de um movimento, falando de sua inteligência e de como buscava a justiça na região. Em nenhum momento é relatado o seu envolvimento com uma fé ou ritos religiosos, somente é afirmado o seu envolvimento político. Ainda em seu depoimento, Wilson Cunha é perguntado mais detalhadamente sobre Udelino:

O Sr. Oswaldo Zanello – Nobre deputado Wilson Cunha, pelo que vemos, através da leitura do noticiário da imprensa da Capital do Espírito Santo, há uma afirmativa, embora V. Exa. tenha abordado por alto este assunto, de que estariam se processando na zona da Mata, Município de Barra de São Francisco, uma verdadeira revolução de índole comunista, sendo chefiada pelo Sr. Umbelino¹¹ [sic] que, segundo denúncias formuladas, é comunista fichado, vindo da Bahia. Poderia V. Exa. informar-nos algo a respeito?

O Sr. Wilson Cunha – [...] Não sei se esse Sr. Umbelino [sic] é comunista, se é baiano, se foi fichado. [...] Sei que ele é na região uma espécie de líder. Mas é, sem dúvida, um homem um tanto revolucionário, pela sua própria natureza. Mas a sua revolução era essa de protesto contra os espancamentos, pelo menos quando me procurou no Rio de Janeiro com um memorial o que ele dizia e o que constava no memorial é que queria que se fizesse um inquérito para apurarem-se essas responsabilidades da política. Desejava, também, que o Ministério da Agricultura criasse uma escola naquela região e que o

¹⁰ O PSP surgiu em 1946 com a fusão dos antigos Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS). O PSP foi dissolvido em 1965 pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2) durante a ditadura civil-militar do Brasil.

¹¹ Nota-se que durante o processo referem-se a Udelino com o nome de “Umbelino”. Não se sabe se ocorreu um erro de digitação do escrivão, ou um desconhecimento dos membros da CPI e do depoente sobre a forma correta do nome de Udelino.

Governo Federal interviesse lá no sentido de distribuir as terras com esses homens que delas estavam apossados. Não sei se há comunismo nisso... (Ibidem, p. 73,74).

Nesse trecho do processo percebe-se que havia, naquele momento, uma imagem de Udelino enquanto comunista, afinal, apesar de não encontrarmos ligações diretas entre Udelino e o Partido Comunista do Brasil, suas ideias de redistribuição de terras muito se assemelham às lutas de reforma agrária, defendida pelos movimentos sociais do campo de cunho comunista. Ao responder esta pergunta, apesar de não afirmar, Cunha também não nega a possibilidade de Udelino ser comunista. Ele volta a frisar que ele seria “uma espécie de líder”, ressaltando seu caráter “revolucionário”, e novamente em nenhum momento é citado qualquer envolvimento de Udelino com religião, ou utilização da religião para atrair adeptos e alcançar seus objetivos. O que está relatado são estratégias políticas, assim como qualquer outro movimento social.

É notado na citação acima que Oswaldo Zanello afirma que saiu notícias sobre o evento na imprensa capixaba. Os jornais citados ao longo do processo são *A Tribuna* e *Folha Capixaba*. Porém, nenhum dos dois jornais sobreviveram ao tempo. O jornal *A Tribuna*, apesar de ainda se encontrar em circulação no Espírito Santo, sofreu um incêndio na década de 1980, em que o arquivo acabou incinerado. Já o jornal *Folha Capixaba*, era um jornal do Partido Comunista, e com o golpe de 1964, seu arquivo foi destruído pela ditadura civil-militar. Sobraram alguns exemplares de colecionadores, hoje arquivados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), e apesar de utilizarmos um exemplar deste jornal, trata-se de uma edição posterior ao Movimento Udelinista, pois não foi possível encontrar nenhum exemplar contemporâneo ao conflito que trate do assunto.

Na mesma CPI, consta o depoimento do então investigado, major Djalma Borges, por ser mandante dos atos violento da PMES na região contestada. Em seu depoimento, Borges também cita Udelino em um dado momento: “denunciavam que um bando de 228 homens armados, sob a chefia [...] de Udelino Alves de Matos, estava tomando as propriedades e matando os respectivos proprietários”¹² (Ibidem, p. 109). É notável que neste depoimento, Borges, ao tentar justificar a sua violência, reafirma o caráter violento

¹² A parte omitida na citação refere-se apenas a um erro de digitação do escrivão, o trecho “Umbelino Alves de Matos, digo” foi retirada para uma leitura mais fluida.

de Udelino, representando-o como bandido. Porém, novamente, não foi encontrado nenhuma referência a Udelino como líder também religioso.

Posteriormente, perguntado mais a fundo sobre a articulação dos posseiros, Borges chega a afirmar que “as ideias de Udelino são comunistas, mas que não pode afirmar que ele seja comunista” (Ibidem, p. 112). Percebemos então, que era comum a quem presenciou o Movimento Udelinista, comparar suas ideias aos ideais de reforma agrária do movimento comunista. Apesar de nunca terem certeza de sua filiação ou envolvimento direto com o PCB, sempre havia uma dúvida em relação a tal ponto.

Na primeira CPI analisada, não foi possível encontrar referências messiânicas ao Movimento Udelinista, apesar de existirem depoimentos que reafirmam a ideia de construção do Estado União de Jeovah. Porém, a discussão relativa a criação do novo estado será realizada em um tópico subsequente.

Como a primeira CPI não chega a conclusões concretas, no mesmo ano é aberta uma segunda, já em outubro de 1953. Porém, ela também não chega a conclusões precisas, não havendo nenhuma condenação aos militares denunciados no caso. Neste segundo processo, há poucas menções a Udelino, e quando aparece seu nome citado é para relatar fatos que ocorreram, enquadrando-o como criminoso. “Sabe por ouvir dizer que Udelino mandou assassinar Izaias de Tal” (ESPÍRITO SANTO, 1953b, p. 51). Não há citações que afirmam que Udelino era um líder religioso, nem comunista, somente fica a sua caracterização como bandido, como já foi analisado no tópico anterior.

Apesar das CPIs não tratarem o movimento diretamente como messiânico, vimos no capítulo anterior que essa representação foi a que chegou com mais amplitude na contemporaneidade. Porém, na mídia da época também foi possível encontrar essa representação messiânica. A comparação de Udelino a Antonio Conselheiro é tema de uma reportagem de jornal.

O braço direito do deputado Wilson Cunha é o novo Antonio Conselheiro, Udelino Alves de Matos, analfabeto e pregador religioso que, sob o patrocínio de W. C. criou o “Estado de Jeová”, composto das regiões de São Francisco, Mantena, Teofilo [sic] Otoni e Carlos Chagas, cuja capital será edificada em Cotaxé. O chefe do novo “Canudos” apresenta-se munido de uma bandeira verde, com faixa branca e um livro com papeis selados, dizendo ser o título [sic] de nomeação da Presidencia [sic] da República. Udelino Alves de Matos nos seus garranchos, dos quais publicaremos fac-simile, intitula-se “Delegado Federal dos Lavradores do novo Estado União de Jeová”, trabalhando

ainda, como protagonista da candidatura W. C. à Governador do Estado (?!). (SURGE, 1953, p. 01)

Essa reportagem pode ser interpretada com uma dupla intencionalidade. Nela há um nítido interesse em difamar tanto Udelino Alves de Matos, líder do movimento, como também o Deputado Federal Wilson Cunha, responsável pelas denúncias na Assembleia Legislativa do Espírito Santo a respeito dos excessos cometidos pela Polícia Militar do Espírito Santo, investigados nas duas CPIs acima citadas. O jornal *Folha do Povo*, teve publicações posteriores deslegitimando o deputado. No dia 14 de abril de 1953, mês seguinte da publicação anterior, o impresso circula com uma notícia intitulada “Graves acusações contra o deputado Wilson Cunha” (1953, p. 01) em que ele também é acusado de ajudar Udelino Matos a invadir terras de fazendeiros na região de Cotaxé.

A grande dúvida que surge ao analisar tais documentos é: como surgiu essa representação messiânica? E por quem foi criada? Em busca de compreender seu processo de construção foi encontrado um ofício de Jones dos Santos Neves, então governador do Espírito Santo, endereçada ao Ministro de Justiça e Negócios Interiores, do Governo Federal. O ofício tornou-se necessário pois, após denúncias a respeito da PMES, o Governo Federal questionou a ação policial devido ao excesso de violência por eles praticados. O ofício, portanto, trata-se de uma resposta do governo capixaba justificando a necessidade de se acabar com o Movimento Udelinista:

O brioso oficial major Djalma Borges, é um testemunho eloquente da grave anormalidade reinante na região que, não fossem as prontas e enérgicas providências repressivas adotadas pela Polícia do nosso Estado, bem se poderia transformar em um novo Canudos, eis que, para tal, até a exploração mística da ingenuidade da nossa massa rural se fazia presente, nos propósitos de um aventureiro que ali criara a “República União de Jeovah”! (ESPÍRITO SANTO, 1953e)

Para justificar tal repressão violenta, o governo capixaba se apropria do discurso do Major Djalma Borges, investigado nas CPIs acima citadas, afirmando que o Movimento Udelinista pretendia criar um “novo Canudos”, e que Udelino explorava a “ingenuidade da nossa massa rural”. Apresenta-se nesse discurso uma representação pejorativa, tanto de Canudos, quanto do Movimento Udelinista. Não só os representa como messiânico, mas também caracteriza os líderes, tanto Antonio Conselheiro, como Udelino Alves de Matos, como aproveitadores da população rural.

Porém, na imprensa espiritosantense havia um jornal comunista, intitulado *Folha Capixaba*. Esse jornal, por sua vez, defendia declaradamente os movimentos agrícolas na

região de Cotaxé, por estarem dentro de um ideal de reforma agrária, uma das bandeiras do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1955, dois anos após a repressão feita ao Movimento Udelinista, o *Folha Capixaba* faz uma matéria especial sobre a situação agrária na região norte e noroeste do Espírito Santo. Vale ressaltar que nesse período, o PCB já havia enviado militantes a região para coordenar os movimentos dos posseiros, articulando-os com as demais militâncias comunistas nacionais. Nessa reportagem é feito um histórico do movimento na região, em que o Movimento Udelinista é citado.

Os membros da Comissão de Inquérito comparam o episódio a Canudos, numa tentativa de confundir os fatos e mistificar a opinião pública. Em verdade, o que os posseiros, dirigidos por Udelino de Matos, fizeram foi defender as suas posses e resistir às violências incríveis da polícia que, no caso, agiu com uma bestialidade. (SANGRENTA, 1955, p. 04)

No *Folha Capixaba*, a representação do movimento é feita de forma contrária à frequentemente encontrada nas demais mídias e nos documentos oficiais. O jornal, inclusive, cita a imagem messiânica construída, comparando-o a Canudos, como forma de negar a existência de tal caráter. Trata-se de um jornal que apoiou o movimento no seu período de existência, e que, em um momento futuro, faz uma reportagem, lembrando o Movimento Udelinista e defendendo-o perante o que era divulgado nas demais mídias. Conforme explicado anteriormente, não foi possível encontrar as edições do *Folha Capixaba* no período do movimento Udelinista, pois seus exemplares não sobreviveram ao tempo.

O *Folha Capixaba* era um jornal que incomodava o governo espiritosantense, tanto que o governador, Jones dos Santos Neves, enviou um ofício ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do governo federal, pedindo para que impedissem a circulação do jornal.

Trata-se do jornal comunista “Folha Capixaba”, que se edita nesta Capital, há longos anos, e prossegue, sem qualquer advertência ou punição, em sua nefanda campanha de fomentar a desordem e pregar, às escâncaras, o recurso à violência e ao ódio, como meios de proselitismo para o ideal revolucionário de destruir os fundamentos da Pátria.

É inconcebível, Senhor Ministro, que em nome dos sagrados princípios democráticos que todos nós nos esforçamos em resguardar e defender, assista o Poder Público, de braços cruzados, a essa verdadeira “conspiração à luz do dia”, em que máus brasileiros subvertem os valores espirituais do nosso povo, proclamam os seus planos sinistros de violentar a ordem e faça, pregação aberta de uma filosofia malsã,

cuja meta final, é, justamente a destruição e escravização da nossa Democracia. (ESPÍRITO SANTO, 1953d)

Jones dos Santos Neves alega que o jornal fomenta desordem, pois, aparentemente, era o único jornal em circulação que publicava textos sobre questões políticas discordando do posicionamento do governo capixaba, e sendo declaradamente comunista, vinculado ao PCB. Porém o *Folha Capixaba* se manteve em circulação até 1964, momento do golpe civil-militar. Após a tomada do poder pelos militares o jornal foi fechado e seu acervo incinerado.

Outra fonte de fundamental importância nesta pesquisa é a memória comunicativa dos moradores da vila de Cotaxé, que se diferencia da história tradicional do Movimento Udelinista. Ao trabalharmos com memória, devemos levar em consideração o trabalho de João Camilo Penna, ele utilizou em suas pesquisas a memória de Rigoberta Menchú, uma indígena que representava a identidade de seu povo de forma diferente da existente na história dita tradicional. O autor defende que “a importância do testemunho na América Latina espanhola está ligada à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral” (PENNA, 2003, p. 305). Apesar de ser possível encontrar fontes que falam em favor do Movimento Udelinista, elas são escassas, sendo importante buscar as fontes orais como forma de obtermos mais informações sobre o movimento, com a ótica dos próprios moradores da vila. Torna-se importante reconhecer a memória produzida na vila que não foi registrada de forma documental.

Vale ressaltar que algumas dessas entrevistas foram realizadas antes do começo do curso de mestrado que resultou nesta dissertação. Naquele momento da pesquisa ainda não haviam sido encontradas fontes que se posicionavam a favor do Movimento Udelinista, portanto a memória oral foi a primeira forma de contato com uma visão mais próxima e de apoio aos posseiros.

Em entrevistas realizadas em 2010 podemos encontrar memórias bastante distintas da representação apresentada pela historiografia tradicional, e pelo governo. Elas se assemelham com os dois depoimentos que constam na primeira CPI, a de abril de 1953. Um dos entrevistados foi o senhor Josué Brochini Serra, também conhecido como o “Amor do Cotaxé”, foi posseiro, filho de um udelinista, que se mudou para Cotaxé em 1952 quando tinha 7 anos de idade. Vale ressaltar, que eu enquanto entrevistador, não tinha tido acesso a nenhuma fonte que questionava a criação do Estado União de Jeovah,

portanto, acabei induzindo o entrevistado a seguir nesta linha, pois acreditava ser a única possível.

Entrevistador: O que Udelino propunha nesse Estado de União de Jeovah?

Josué: [...]O que eu sei é que Udelino queria, por isso e por aquilo, criar um estado.

E: Voltando a Udelino, você saberia me dizer o que levou as pessoas a apoiarem Udelino?

J: [...] Udelino chegou aqui numa época que o povo não tem um líder, todo mundo iria com a cabeça que queria. Udelino chegou e botou na cabeça do povo que se criasse um estado aqui [...] poderia vir coisas melhores [...]. Um estado onde o povo tinha mais direitos, onde o povo tinha mais união, eu acho que foi mais ou menos isso. Udelino foi um cara muito inteligente assim na maneira de liderar o povo.

E: Existia alguma ligação com religião?

J: Pelo o que eu vejo, Udelino era católico. Pelo o que eu sinto da religião da época, ele era católico. (SERRA, 2010).

Nesta entrevista percebe-se que a memória do entrevistado não dá importância para a religião do Udelino, de forma que o fator religioso não foi nela incluído como relevante para o Movimento Udelinista. Havia ali uma liderança retificada pela inteligência do indivíduo. É provável que por ele saber ler e escrever, e alfabetizar os demais, a comunidade acabou criando essa imagem de Udelino como um homem inteligente.

Outro entrevistado relata a mesma situação, negando envolvimento religioso no movimento liderado por Udelino. O senhor Anísio Ribeiro de Araújo, nascido em Vitória da Conquista em 1923, e mudou-se para a região contestada em 1948. Essa entrevista também foi realizada em 2010, na mesma visita técnica da entrevista citada anteriormente.

Entrevistador: O senhor sabe qual era a religião de Udelino?

Anísio: Não sei... era católico.

[...]

E: O Udelino falava de religião?

A: Comigo ele nunca falou de religião.

E: O que o senhor conversava com o Udelino?

A: Sobre posseiro, sobre posse, sobre pobre. Sobre essa guerra que tinha entre fazendeiro e posseiros. A nossa conversa era essa. (ARAÚJO, 2010).

É notável que nas duas entrevistas, os depoentes enxergam o Movimento Udelinista como um movimento agrário, sem vínculo religioso. Porém, devemos compreender que estamos falando de uma comunidade sertaneja, do interior do Espírito Santo, onde a relação com a religiosidade é intensa. Até hoje, indo à comunidade,

percebe-se o seu vínculo com o cristianismo, principalmente na doutrina católica. Portanto, é muito provável que a maior parte dos udelinistas, talvez todos, tenham sido católicos. É possível também que Udelino possa ter falado de Deus nos seus discursos em alguns momentos, porém, não são suficientes para afirmar que o apelo religioso foi o motivo pelo qual os posseiros se envolveram no movimento. Logo, dificulta a afirmação de que o Udelino seria um líder também religioso, e que Movimento Udelinista seria messiânico.

Devemos levar em consideração ainda, que estamos trabalhando com relatos, em que há uma perspectiva particular do passado, uma visão dos que moravam na região, um discurso criado a partir da experiência vivida.

Os relatos testemunhais são "discurso" nesse sentido, porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa no momento em que ela é enunciada. [...] E, como observava Halbwachs, o passado se distorce para introduzir-se coerência. (SARLO, 2007, p. 49)

É preciso reconhecer que é plenamente possível que esse discurso do passado tenha sofrido alterações com o passar dos anos, que as experiências do presente tenham modificado tal memória do passado. O que pode ter ocorrido por uma questão de o objetivo do movimento ser majoritariamente a distribuição de terras, o fato religioso teria sido omitido pelos entrevistados, ou por não ter tido tanta importância, ficou esquecido na memória. O movimento então, passa a se representar com objetivos políticos. Já em relação a escolha de um líder, nota-se que Udelino se demonstra um líder carismático, conseguindo unir os posseiros da região.

O líder carismático ganha e mantém a autoridade exclusivamente provando sua força na vida. Se quer ser profeta, deve realizar milagres; se quer ser senhor da guerra, deve realizar feitos heroicos. Acima de tudo, porém, sua missão divina deve ser "provada", fazendo com que todos os que se entregam fielmente a êle se saiam bem. (WEBER, 1963, p. 287)

Udelino não realizava milagres na região, ao menos não há nenhum relato de milagres realizados por ele, mas ganha a confiança dos posseiros com base na sua inteligência, provando que seria o mais indicado a coordenar as ações do grupo. Ser alfabetizado e estar disposto a ensinar os analfabetos da região a ler e escrever era foi uma grande ação de conquista dos posseiros. Além de inteligente, se mostrava prestativo e disposto a ajudar os demais. Assim, de forma carismática, ele passa a liderar o Movimento Udelinista.

Após análises desses documentos, escritos e orais, podemos defender a tese de que a representação messiânica do Movimento Udelinista foi criada pelo governo estadual do Espírito Santo, com o intuito de justificar as suas ações repressivas, aproveitando-se das características simples e da religiosidade de seus participantes. Objetivava-se com essa representação desmerecer os objetivos do movimento, e taxar Udelino como um aproveitador. Nota-se que, nas fontes em que era possível ouvir os posseiros, ou quem os apoiava, não aparece nenhum caráter religioso, tornando-se impossível sustentar a tese de que era um movimento messiânico, assim como parte da bibliografia sobre afirma.

Concluimos, por ora, que o Movimento Udelinista consistia em um movimento agrário, partidário, com uma auto-organização dos próprios posseiros, liderados por Udelino Alves de Matos. Porém outra questão ainda gera questionamentos: o objetivo, ou não, de criar o Estado União de Jeovah. O próximo tópico se dedica exatamente a discutir essa questão.

3.3 – A CRIAÇÃO DO ESTADO UNIÃO DE JEOVAH

Outro conflito de representação encontrado nas fontes sobre o Movimento Udelinista é em relação a tentativa de criação do Estado União de Jeovah. Algumas afirmam que houve uma tentativa de criação de um novo estado na região litigiosa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, como foi possível ver no tópico anterior, tanto nas cartas de governo, quanto na memória oral do Josué Serra, e do Anísio de Araújo. Porém, essa representação não era unânime, pois foi possível encontrar documentos que negam a existência do novo estado.

Em algumas fontes foram encontradas a ideia de Patrimônio União de Jeovah (ou Jeová), e em outras aparece como um processo de criação de um novo estado na região, o Estado União de Jeovah. Essa segunda representação é a mais encontrada na bibliografia sobre o movimento. Somente Wallace Pontes, em sua dissertação de mestrado defendida em 2007 no PPGHIS-UFES coloca em cheque essa questão, mas sem aprofundar no assunto, como foi apresentado no primeiro capítulo.

Nos relatórios do major Djalma Borges, líder do grupo militar responsável pela repressão do Movimento Udelinista, pode se encontrar explicitamente essa representação

de que os posseiros objetivavam criar um novo estado. Como se pode notar também em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito aberta em 1953:

Ao amanhecer da segunda noite, às seis horas da manhã de 28 de fevereiro de 1953, deparou a diligência com o lugar denominado Corrego Capela d’Ema, onde se achava localizada a sede do governo provisório do Estado “União de Jeová”; que o referido “Estado” se compunha de terras dos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Barra de São Francisco, Ametista e Joeirana no Estado do E. Santo, e Teófilo Otoni e Carlos Chagas no Estado de Minas Gerais; que o símbolo do Estado era uma bandeira verde com uma faixa branca e dizia Udelino, mostrando um livro com selos, que o “ESTADO” fora criado por ordem do Presidente da República a conselho do deputado federal Wilson Cunha, e que aquele livro era o seu decreto de nomeação de administrador federal do “Estado União de Jeová. (ESPIRITO SANTO, 1953a, p. 109).

Para Djalma Borges, o Estado de União de Jeovah era um estado organizado, com sede administrativa, bandeira e cargos funcionais. Vale ressaltar que ele menciona a ajuda do deputado federal Wilson Cunha nesse processo. É importante termos em mente que essa CPI somente foi aberta na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, graças a constantes denúncias feitas pelo deputado Cunha a respeito dos abusos de poder e excesso de violência cometidos pela Polícia Militar do Espírito Santo na região contestada, sendo Borges o responsável por esse grupo de militares.

A bandeira citada por Borges, verde com uma faixa branca na diagonal, é utilizada até hoje na região, em uma festa religiosa denominada “roubo da bandeira”. “A tradição ocorria nos dias joaninos, de 13 de junho, dia de Santo Antonio, a 29 de junho, dia de São Pedro.” (VILAÇA, 2007 a, p. 109). Devido ao seu uso religioso é comum, até os dias de hoje, vê-la hasteada em algumas localidades próximas a Cotaxé. Ainda de acordo com Vilaça, “a bandeira simbolizava a floresta e a marcha do lavrador na colonização da terra.” (Ibidem, p.113). Borges então, associa o rito religioso ao movimento agrário, afirmando que ela seria símbolo do Estado União de Jeovah. Porém, além dos relatos do Djalma Borges, não foi encontrada nenhuma outra fonte que reafirme a sua utilização pelo Movimento Udelinista. Eles habitavam o mesmo tempo e o mesmo espaço, porém a bandeira está relacionada a um rito religioso, não relacionado diretamente ao movimento político agrário.

Dentro dessa mesma CPI encontra-se o depoimento do deputado Wilson Cunha. Ele, por sua vez, nega qualquer conhecimento sobre a suposta criação do novo estado:

É preciso que se diga que nunca fui a esse Cotoxé [sic]. Embora conheça quase todo o sertão capixaba, não conheço essa região, onde se realizavam batalhas em que os lavradores, de costas para os sabres, quiseram depor o Governo e criar um estado novo, um estado de Jeová... (ESPÍRITO SANTO, 1954a, p. 76)

Esse jogo de empurra, Borges tentando jogar a responsabilidade em Cunha e Cunha dizendo que desconhece a realidade daquela localidade, nunca tendo ido a região, não chega a conclusões nessa CPI. Portanto, esse documento não nos dá maiores informações sobre a tentativa de criação do Estado União de Jeovah pelo Movimento Udelinista.

Mesmo na imprensa, a ideia de criação e um novo estado não se torna clara. No jornal *Folha do Povo*, de Vitória, no Espírito Santo, que não apoiava os objetivos do Movimento Udelinista, não cita nenhuma criação de um novo estado e sim de um “patrimônio”.

Lá chegando [na fazenda do Sr. Gustavo de tal, administrada por Izaías], sob ameaça, levaram ao conhecimento do administrador a ordem de Udelino para que lhes fosse entregue a propriedade, dizendo que naquela vasta região iria ser criado um grande patrimônio denominado “UNIÃO DE NOVA JEOVAH”, e onde iriam ser feitas novas demarcações das áreas. (GRAVES ACONTECIMENTOS, 1953, p. 01)

Portanto, essa representação não é unânime nas fontes, nem mesmo nas declaradamente contrárias ao Movimento Udelinista. Apesar da bibliografia sobre tema sempre reafirmar essa interpretação criada pelos repressores dos posseiros, devemos nos questionar e colocar essa representação em cheque.

Outro fator que causa estranheza ao se tratar de um movimento que objetivava criar um novo estado, são os pedidos de ajuda feitos por Udelino Alves de Matos aos governadores estaduais, tanto do Espírito Santo, quanto de Minas Gerais. Podemos ver que ocorreu esse pedido de ajuda em uma carta escrita por Udelino à Cristolino, na época, prefeito do município capixaba de Barra de São Francisco. Em sua carta, Udelino relata: “Estive em Belo Horizonte e falei ao Governador Juscelino sobre a nossa situação. Ele prometeu muita coisa mas o amigo sabe o que são promessas de políticos.” (MATOS, 1953). Soa com certa estranheza a um movimento que objetiva se desmembrar dos governos estaduais mineiros e capixabas e pedir ajuda a exatamente esses governos. No caso capixaba, ainda pode ser mais razoável, pois Jones dos Santos Neves não manifestou nenhum apoio ao Movimento Udelinista, muito pelo contrário, os tratou como

criminosos. Porém, é possível notar alguma proximidade de Udelino com Juscelino Kubistchek, governador de Minas Gerais, o que não cria coesão nos supostos objetivos udelinistas de criação do Estado União de Jeovah.

O próprio deputado federal Wilson Cunha, se manifesta da Câmara dos Deputados ao ver que a ideia de criação de um novo estado pelo Movimento Udelinista chegava a mídia, além de estar presente nos processos judiciais, como no caso das CPIs instauradas. Ele satiriza um telegrama que afirma a existência do “Estado de Jeová”: “há ainda um telegrama encomendado a seus correligionários, ameaçando pelas forças de um certo Estado de Jeová, acrescido ao Brasil pela fértil imaginação do governador Santos Neves.” (ESTADOS Unidos do Brasil, 1953, p. 27). Cunha, como defensor do movimento, nega a criação do novo estado, afirmando que isso foi uma invenção do governador capixaba Jones dos Santos Neves.

É possível trabalhar com uma hipótese: quando o governo capixaba foi criar a representação do Movimento Udelinista como um movimento místico, messiânico, sendo uma nova Canudos, é possível que junto dessa representação ficcional tenha sido criada a ideia de criação do novo estado. Afinal, como o objetivo era justificar o ataque policial aos posseiros, a criação do Estado União de Jeovah surgiria como justificativa ideal para tal ação repressiva.

3.4 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO UDELINISTA

Este último tópico será dedicado as análises comparativas entre as interpretações encontradas na bibliografia sobre o tema, apresentadas no segundo capítulo, e as fontes primárias, anteriormente apresentadas. Será levado em consideração tanto as questões messiânicas do movimento, quanto a suposta tentativa de criação do Estado União de Jeovah.

Após a apresentação das mais variáveis representações sobre o Movimento Udelinista, é possível compreender que não se tratava de um movimento messiânico. Tratava-se de uma articulação política, sertaneja, em busca de garantias de permanência nas terras, além de lutarem, secundariamente, por demais melhorias na região, como acesso à educação e saúde.

Fica claro que todas as fontes primárias ou midiáticas, que apresentam essa representação messiânica do movimento, foram produzidas por pessoas, ou grupo, que apoiavam os grandes fazendeiros da região e tinham interesse na retirada dos posseiros daquele território. Esse apoio da grande mídia aos possuidores de bens e riquezas não é raro no Brasil, nota-se tanto no passado, quanto no presente, como os veículos de comunicação defendem seus interesses, omitindo e distorcendo fatos. Acreditamos que o mesmo ocorreu no caso de Cotaxé.

Em relação aos documentos oficiais de governo, é preciso entender que os grandes fazendeiros tinham ligações diretas com o governador do Espírito Santo, e demais autoridades estaduais da época. Seu objetivo de ampliar a periculosidade do Movimento Udelinista pode ser notado mais nitidamente após a repressão final ao movimento, seguido de denúncias do Deputado Wilson Cunha sobre os excessos cometidos pela PMES nessa ação repressiva. Ampliar a magnitude e distorcer os objetivos dos posseiros de Pedra da Viúva foi a forma encontrada por Jones dos Santos Neves, e sua equipe, para justificar ao governo federal a necessidade de acabar com a organização dos posseiros, além de tentar explicar a necessidade dos métodos repressivos violentos utilizados.

Em conjunto com a representação messiânica, veio a ideia de que o Movimento Udelinista tinha como objetivo, além da redistribuição de terras, a criação do Estado União de Jeovah. Porém, como visto no tópico anterior, essa representação, apesar de hegemônica, não era unânime entre todas as fontes sobre o movimento.

Até mesmo ao analisarmos as fontes que trazem a ideia de o Movimento Udelinista ser de criação do Estado União de Jeovah, percebemos algumas contradições. Os documentos não chegam em uma conclusão se o objetivo era de construir um novo estado, uma nova república ou um novo patrimônio. Ao analisarmos uma edição do jornal *Folha do Povo*, percebemos que esta mídia representa o União de Jeovah como sendo um patrimônio:

[Os grileiros] Lá chegando, sob ameaça, levaram ao conhecimento do administrador a ordem de Udelino para que lhes fosse entregue a propriedade, dizendo que naquela vasta região iria ser criado um grande patrimônio denominado “UNIÃO DE NOVA JEOVAH”, e onde iriam ser feitas novas demarcações das áreas. (GRAVES ACONTECIMENTOS, 1953 a, p. 04).

O jornal entende o movimento como o objetivo de demarcação de terras, e que seria criado naquele espaço um patrimônio, “União de Nova Jeovah”, onde seria um local mais justo para todos os pequenos agricultores. Essa ideia de criação de um patrimônio é utilizada por Wallace Pontes em sua dissertação de mestrado, defendida em 2007 na Universidade Federal do Espírito Santo, porém suas

pesquisas não lograram identificar com clareza a partir de que momento a ideia de criação do Patrimônio União de Jeová expandiu-se – na mente de Udelino e no imaginário popular – para a criação de um Estado.” (PONTES, 2007, p. 141).

Pontes acredita que a ideia de criação de patrimônio foi estendida para uma criação de um novo estado ainda durante o Movimento Udelinista, mesmo que seja no âmbito imaginário, interno e externo a ele. As informações encontradas nos documentos são contraditórias, dificultando a pesquisa e fazendo com que algumas incertezas fiquem aparentes.

A dúvida entre estado ou patrimônio fica ainda mais problemática quando encontramos documentos que afirmam que o Movimento Udelinista queria construir uma nova república.

O relatório firmado pela autoridade que presidiu o inquérito, o brioso oficial major Djalma Borges, é um testemunho eloquente da grave anormalidade reinante na região que, não fossem as prontas e enérgicas providências repressivas adotadas pela Polícia do nosso Estado, bem se poderia transformar em um novo Canudos, eis que, para tal, até a exploração mística da ingenuidade da nossa massa rural se fazia presente, nos propósitos de um aventureiro que ali criara a “República União de Jeovah”! (ESPÍRITO SANTO, 1953 e).

O documento citado acima refere-se a um ofício escrito pelo então governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves. Este ofício foi encaminhado ao governo federal, a fim de justificar as ações policiais repressoras aos posseiros, que agiram com extrema violência, matando boa parte dos integrantes do Movimento Udelinista. Ao fazer uma crítica externa ao documento, podemos entender que há, por parte do governo do estado, uma tentativa de supervalorizar a suposta ameaça que o movimento representava, além de criar uma representação separatista, afirmando que eles tinham por objetivo criar uma nova república, separando-se da República Federativa Brasileira.

Nota-se, após a leitura das fontes acima citadas, que não há um consenso em relação a criação do Estado União de Jeovah. Esses conflitos de informações dificultam

a compreensão do que pretendiam construir, e se de fato, houve alguma tentativa de criar uma instância governamental. É possível descartar a hipótese da “República União de Jeovah”, pois o único documento que traz essa representação é o documento de Jones dos Santos Neves, justificando a repressão policial. Nitidamente, naquele documento, houve uma maximização de todo o movimento, sendo fácil a expansão de um patrimônio ou um estado para uma república.

Porém, ainda mantendo as hipóteses da construção de um novo estado, existem outros desencontros de informações. O Movimento Udelinista pediu de ajuda, através de Udelino Alves de Matos, aos governos estaduais do Espírito Santo e Minas Gerais, além do governo federal. O depoimento de Dalmar Geraldo Lacerda Guimarães, dado na própria CPI, aberta em 1953, já afirmava um desses pedidos:

Nessa ocasião [conflitos de terras na região] os posseiros se dirigiram em abaixo assinados ao Governador do Estado [do Espírito Santo], ao Secretário de Agricultura e ao Presidente da República pedindo providências para solução do caso. (ESPÍRITO SANTO, 1953a, p. 24)

Além dos pedidos de ajuda ao governo federal, como vistos nos capítulos anteriores e ao governo do Espírito Santo, Udelino também recorreu ao governo de Minas Gerais para pedir ajuda, como afirma em uma carta redigida pelo próprio Udelino:

Estive em Belo Horizonte e falei ao Governador Juscelino sobre a nossa situação. Ele prometeu muita coisa, mas o amigo sabe o que são promessas de políticos. (MATOS, 1953)

Vale ressaltar que, como a região ainda era contestada, Pedra da Viúva, ou Cotaxé, foco principal do movimento, era entendido ora como distrito de Barra de São Francisco, no Espírito Santo; e ora como distrito de Carlos Chagas, em Minas Gerais. Essa indeterminação de estados, fez com que Udelino recorresse aos dois governos estaduais pedindo ajuda aos posseiros. Ele conseguia transitar entre as jurisdições mineira e espiritossantense, e utilizava dessa dicotomia para buscar apoio governamental.

Porém, todos esses pedidos de ajuda nos trazem alguns questionamentos: se o objetivo do Movimento Udelinista era de criação de um novo estado, o Estado União de Jeovah, por que o líder teria pedido ajuda aos governos estaduais, tanto do Espírito Santo, quanto de Minas Gerais? Essas informações são imprecisas, e acabam não criando uma coesão necessária para a sustentação dessa representação.

Com todo esse desencontro de informações é possível afirmar que não há nenhuma precisão sobre a criação de um novo estado/patrimônio/república União de Jeovah. Essa representação se torna frágil e contraditória. Porém, devemos lembrar que nas entrevistas trabalhadas nos capítulos anteriores, os moradores da região mantêm em sua memória que Udelino queria construir um novo estado na região. Porém, tratam-se de memórias e “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.” (BOSI 1994, p. 65). Sendo assim, é possível que essas memórias tenham sofrido alterações ao longo do tempo, incorporando a interpretação do novo estado em suas memórias.

Em contrapartida as representações contraditórias sobre a criação do Estado União de Jeovah, foi possível encontrar fontes que negam essa versão. No período do movimento, o deputado federal, Wilson Cunha, PSP-ES, que defendia o Movimento Udelinista. Em alguns discursos, na Câmara dos Deputados, falou sobre a questão dos posseiros na região. Cunha foi o deputado responsável pela denúncia dos excessos cometidos pela Polícia Militar do Espírito Santo na região, chegando a afirmar em um de seus depoimentos:

Há ainda um telegrama encomendado a seus correligionários, ameaçando pelas forças de um certo Estado de Jeová, acrescido ao Brasil pela fértil imaginação do governador Santos Neves [governador do Espírito Santo na época]. (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1953, p. 27)

A partir do depoimento apresentado acima, podemos questionar a representação hegemônica da criação do Estado União de Jeovah. Havia também no Espírito Santo, um jornal declaradamente comunista, e que apoiava os movimentos agrários, o *Folha Capixaba*. Ele também nega que o objetivo do Movimento Udelinista era de criação de um novo estado.

Os membros da Comissão de Inquérito comparam o episódio a Canudos, numa tentativa de confundir os fatos e mistificar a opinião pública. Em verdade, o que os posseiros, dirigidos por Udelino de Matos, fizeram foi defender as suas posses e resistir às violências incríveis da polícia que, no caso, agiu com uma bestialidade que faria chorar de vergonha o canibalismo cel. Moreira Cesar, um dos assaltantes do reduto de Antonio Conselheiro no arraial de Canudos. (SANGRENTA, 1955)

O jornal, assim como o deputado Wilson Cunha, representam o Movimento udelinista como um movimento de resistência dos posseiros, a fim de lutarem por suas

terras e também pela lógica da pequena propriedade, distribuídas entre os posseiros. Ambos, além de negar a tentativa de criação do Estado União de Jeovah, acusam o próprio governo de criar tal representação, a fim de deslegitimar o movimento. Essa pode ser uma interpretação possível para esse problema, uma vez que não é provado empiricamente a tentativa de criação do novo estado.

Podemos afirmar, portanto, que existem duas interpretações possíveis para a questão do Estado União de Jeovah. A primeira, dialogando com os documentos oficiais, podemos interpretar que havia uma tentativa de criação de um novo estado, porém, essa tentativa foi negada pelos apoiadores do movimento, como forma de preservar sua imagem perante a mídia e demais políticos. Nessa interpretação, entendemos que havia um patrimônio, e queriam torna-lo um estado. Porém, o telegrama de Jones dos Santos Neves não dialogaria com essa interpretação, pois ele alega a tentativa de criação de uma república. Para esse caso, podemos entender que houve maximizações das ações udelinistas a fim de justificar a repressão violenta.

Outra interpretação possível é que toda essa representação do Estado União de Jeovah fosse invenção do governo estadual do Espírito Santo, a fim de justificar a repressão. É possível incluir nesse grupo que forjaram uma interpretação o Major Djalma Borges, militar que liderou a empreitada repressiva, além do próprio governador do estado capixaba, Jones dos Santos Neves. Essa representação dialogaria juntamente com as fontes de apoio ao movimento, entendendo que não houve a tentativa de criação de um novo estado. Assim é possível compreender a existência do patrimônio, ou distrito, de União de Jeovah na região de Pedra da Viúva.

Apesar de compreender essas duas versões dos acontecimentos, acredito que a segunda, que nega a existência da tentativa de criação do novo estado, seja a mais coerente e adequada para tratar do Movimento Udelinista. Nesse conflito de representações, o governo tinha maiores motivos para forjar uma interpretação dos fatos. Apesar de compreender a falta de empiria para negar a tentativa de criação do novo ente federativo, também deve ser levado em consideração sua falta para afirma-lo, sendo inadequado reproduzir representações possivelmente forjadas. Assim, esta pesquisa opta por negar a tentativa de criação do Estado União de Jeovah, sem que isso diminua a importância do movimento para a história agrária da região.

Toda a pesquisa levou a uma reinterpretação de algumas questões sobre o Movimento Udelinista. O próximo capítulo se destina a mostrar o que foi encontrado de novo sobre a história do Movimento udelinista, a partir de novas fontes encontradas sobre o movimento e seu líder, Udelino Alves de Matos.

4 – O QUE HÁ DE NOVO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO UDELINISTA

Este que se trata do último capítulo dessa dissertação, está dedicado à reconsideração de alguns pontos sobre o Movimento Udelinista. Para além da questão da criação do Estado União de Jeovah, existem outros dois pontos muito reproduzidos na bibliografia sobre o tema, e que a partir desta pesquisa propõe-se uma revisão historiográfica.

O ponto mais interessante encontrado foi o que aconteceu com Udelino Alves de Matos após a repressão ao Movimento Udelinista. A bibliografia não conseguiu encontrar o que havia acontecido com o líder dos posseiros, sempre o tratavam como “desaparecido” após o cerco policial. Como exemplo podemos citar o jornalista Adilson Vilaça, que em seu livro mais recente afirma:

Quem fugiria pelas matas com Udelino Alves de Matos seria o jagunço João Piedade, que, segundo depoimentos de participantes do combate, estava mortalmente ferido, atingindo no tronco. De nenhum dos dois jamais se teve notícias, e é correntemente a versão de teriam sido mortos e enterrados na mataria entre Cotaxé e Joeirana. [...] estava decretado o fim da efêmera experiência messiânica. (VILAÇA, 2007b, p. 121)

Vilaça, diferente dos demais pesquisadores, não se contentava com o simples desaparecimento de Udelino. Não raro, ele afirma a grande possibilidade do líder dos posseiros, acompanhado de alguns seguidores, terem sido mortos pelas matas após a fuga. Inclusive no *III Seminário de Humanidades de Cotaxé*, ocorrido entre os dias 03 e 07 de junho de 2015, em Cotaxé, Vilaça reforça essa interpretação de assassinato do líder udelinista. Apesar de não haver publicações feitas por ele sobre tal assassinato, esse relato oral foi o único que se arriscou a dar alguma interpretação para além do simples desaparecimento. Os demais pesquisadores do movimento apenas falam do desaparecimento, sem buscar interpretações maiores.

Ao realizar a pesquisa, foi possível encontrar alguns documentos que nos deram maiores detalhes sobre o que aconteceu com Udelino após a repressão policial que ocorreu no mês de fevereiro de 1953. No sétimo dia do mês seguinte, o jornal *Folha do Povo* publicou uma matéria sobre a ação policial contra os posseiros e suas primeiras consequências. Esse jornal, de oposição ao movimento, afirma que

o Capitão AMADO RIBEIRO DOS SANTOS, delegado de Barra de São Francisco, remeteu para a localidade, onde se verificou o de-[ilegível] contingente policial para dar caça a UDELINO e JOÃO PIEDADE. – os dois únicos que conseguiram fugir. (GRAVES ACONTECIMENTOS, 1953, p. 04).¹³

Esse jornal nos dá a primeira informação necessária para compreendermos o que aconteceu com Udelino após a repressão policial. Apesar da dificuldade de compreensão de partes do jornal citado por falta de conservação do material, é possível compreender que Udelino, junto com o outro posseiro, João Piedade, conseguiram fugir dos policiais na empreitada repressiva. A questão agora se torna: o que aconteceu com Udelino após essa fuga? A caça aos fugitivos foi bem-sucedida?

Podemos alinhar essa informação com informações contidas no livro de Luzimar Nogueira Dias, *O massacre em Ecoporanga*, em que consta um relatório do Major Djalma Borges afirmando que

Udelino fugiu e, segundo boatos que ouvi, levou a importância superior a Cr\$80.000,00, dinheiro que os seus companheiros depositavam em duas mãos, de donativos que recebia de seus protetores e do roubo feito na fazenda do sr. Gustavo de Oliveira. (DIAS, 1984, p. 58)

Toda essa discussão sobre a fuga de Udelino, aparece, mais detalhadamente, em outro trecho do livro de Dias. De acordo com o autor, e com o senhor Genuíno, por ele entrevistado:

Numa das tardes de março [...] dois homens se aproximam rapidamente. Genuíno reconhece logo um deles. É o filho Romualdo. O outro rapaz, cerca de 30 anos, estranho, veste roupas rasgadas e carrega uma bolsa de couro às costas. Como o dono, a bolsa apresenta um estado lastimável, esgarçada, com muitas perfurações. [...] Seu nome é Udelino Alves de Matos.

Romualdo fala que Udelino tentava regularizar a situação dos posseiros em Cotaxé, quando ele e seu grupo foram violentamente atacados por uma captura comandada pelo major Djalma Borges, enviado do governador capixaba Jones dos Santos Neves.

Udelino havia escapado ao cerco militar no povoado de Santa Teresinha e conseguido chegar até a posse de Romualdo, sob cerrado tiroteio. As perfurações na bolsa foram provocadas pelos tiros. As roupas, resultado de uma corrida louca pelas matas.

Udelino tem em sua bolsa um livro com vários documentos timbrados, assinados por Getúlio Dornelles Vargas, nomeando-o Delegado Federal

¹³ Trata-se de um jornal em um estado de conservação baixo, contendo partes manchadas e comidas por insetos. Foi utilizada sua versão digitalizada que também possui partes ilegíveis. Por isso foi omitida a parte ilegível do documento.

dos lavradores. [...] O fugitivo saiu da propriedade, dizendo que falaria com Getúlio Vargas de qualquer maneira.

Nunca mais foi visto pela família de Genuíno. (DIAS, 1984, p. 66/67)

Logo a primeira obra sobre o Movimento Udelinista já afirmava que Udelino havia fugido da região. Porém, nunca foram encontrados outros documentos que comprovassem tal fuga. Essa afirmativa de Luzimar Dias foi construída com base nas entrevistas realizadas com o senhor Genuíno da Gama, e por ser uma fonte oral a única que confirmava a fuga, chegou a ser vista com desconfiança pelos demais pesquisadores.

Porém, na construção dessa dissertação, foi possível encontrar novas fontes e compreender melhor quais foram os caminhos traçados por Udelino após a fuga da região contestada. Em 20 de março, cerca de um mês após a repressão policial, o *Estado de Minas* publicou uma reportagem afirmando que o líder udelinista esteve em sua redação:

Ontem aqui estive o sr. Udelino Alves de Matos, que credenciado por cerca de 900 famílias posseiras na região contestada, foi à capital da República, para solicitar ao presidente Getúlio Vargas providências em defesa dos prejudicados vindo depois a Belo Horizonte para pleitear idênticas medidas ao governador do Estado. (SOLDADOS, 1953, p. 07)

Essa nova fonte em muito dialoga com relatório de Djalma Borges em que afirma que Udelino fugiu com Cr\$80.000,00 objetivando chegar ao Rio de Janeiro para falar, novamente, com o presidente Getúlio Vargas. Somando as informações desses documentos, podemos concluir que, ao escapar da ação policial, o líder dos posseiros conseguiu ir ao Rio de Janeiro pedir ajuda novamente a Vargas, e depois foi a Belo Horizonte conversar com Juscelino Kubistchek para a mesma finalidade. O apelo ao governador de Minas pode ter ocorrido por não ter o apoio declarado do presidente.

O ponto interessante desta descoberta é poder entender que Udelino não morreu no ataque policial, como alguns pesquisadores suspeitavam devido a desaparecimento de informações do personagem após o episódio. De fato, ele conseguiu fugir e buscou articulações externas ao movimento.

Na mesma carta enviada ao prefeito de Barra de São Francisco, Cristolino Cardoso, citada no capítulo anterior, em que Udelino escreve sobre as promessas de ajuda feitas por JK, ele também afirma que os “telegramas que tinha recebido do Governo [federal] não passavam de desculpas vãs, na realidade nada ia ser atendido.” (MATOS, 1953). Notamos assim, que o governo de Vargas não declarou ajuda aos udelinistas. Se a

ajuda veio de alguma entidade pública, veio do governo mineiro, através de Juscelino Kubitschek.

Essa suposta ajuda de JK ao movimento reaparece na imprensa carioca em 1956, ano em que Juscelino assume a presidência da república. O jornal *Diário da Noite*, de 13 de julho de 1956 apresenta uma reportagem intitulada *Mais de 1.000 lavradores gratos a Juscelino*, em que consta uma entrevista com Udelino Alves de Matos.

O sr. Udelino Alves de Matos, lavrador na região contestada [...] veio ao DIÁRIO DA NOITE para cumprir, também por delegação de mais de 1.000 lavradores da citada região, uma dívida de gratidão para com o ex-governador de Minas Gerais, hoje presidente da República. Vinham eles, desde 1952, sendo espancados, espoliados e expulsos de suas terras, por “grileiros” a cujos serviços estavam soldados da polícia espírito-santense. Foi quando o sr. Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, atendendo a um memorial, mandou apurar os fatos e tomou medidas tão imediatas e enérgicas que devolveu a mais de 1.000 lavradores daquela zona a tranquilidade do reconhecimento e proteção de seus direitos. Nunca mais sofreram eles qualquer sanção e ainda hoje gozam das benéficas providências do sr. Juscelino Kubitschek. (MAIS, 1956, p. 04)

Essa peça de jornal, foi a fonte mais curiosa encontrada nesta pesquisa. A partir dela, podemos discutir algumas questões relacionadas ao líder camponês, e as supostas ajudas do governo mineiro.

Apesar de não conseguirmos compreender qual foi a ajuda efetiva de Juscelino aos posseiros da região contestada, notamos que Udelino a agradeceu. Soa estranho vê-lo afirmando que as medidas do governo mineiro devolveram “tranquilidade do reconhecimento e proteção dos direitos” dos posseiros, pois sabemos que a luta por propriedades de terras na região continuava em 1956, com o apoio do Partido Comunista do Brasil.

A falta de maiores informações sobre essa ajuda deixa algumas questões levantadas: JK de fato ajudou os posseiros de Cotaxé? Se ajudou, como o fez? Essa reportagem não seria uma reportagem comprada para enaltecer a imagem do então Presidente da República? Udelino não estaria supervalorizando a ajuda do presidente para poder se aproximar politicamente dele? Infelizmente não foi possível responder essas questões pois o foco do trabalho inicialmente era a questão messiânica e a fonte em questão só foi encontrada em um momento avançado da pesquisa, não tendo tempo hábil para tentar suprir essas novas questões.

A partir do mesmo exemplar do *Diário da Noite*, podemos concluir também que Udelino, apesar de ter desaparecido da região de Pedra da viúva, com certeza não morreu em repressões policiais. Ele manteve-se vivo, no mínimo, por mais três anos, estando no Rio de Janeiro em 1956. Não foram encontradas informações posteriores de Udelino, o que pode ter algumas explicações possíveis. Seu desaparecimento da imprensa pode ser explicado por não ter mais uma forte influência política, como teve na região contestada. É possível trabalhar com a hipótese de que ele, por ter envolvimento com questões agrárias, sendo comparado a um comunista, teria mudado de nome durante a ditadura civil-militar brasileira, a fim de fugir de perseguições políticas. Ao menos podemos concluir que o líder dos posseiros de Cotaxé manteve-se vivo e, apesar de não ter voltado a região, tentou manter suas articulações políticas, principalmente com a ida de Juscelino Kubistchek para a presidência da República.

Sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro permite também que seja concluído que Udelino morava naquele estado. No documentário *O efêmero Estado União de Jeovah*, consta no final, uma entrevista com o Zé Vermelho, posseiro e morador da região em que ele afirma:

Udelino saiu e foi pro Estado do Rio, para Paraty. Até uma época veio um senhor lá de Paraty e falou: Udelino mandou muitas lembranças para você. [...] Udelino mandou falar que ele ainda vai voltar para ver como é que está aqui. Foi a última notícia que eu tive de Udelino. (O EFÊMERO, 1999, 1h 4min)

Essa entrevista é tratada como uma das diversas versões sobre o desaparecimento de Udelino. A fala de Zé vermelho é seguida de uma fala de Adilson Vilaça, narrador do documentário, em que ele reforça que há uma variedade de versões, e que na maioria delas afirmam que Udelino foi morto e enterrado na região. Zé Vermelho aparece no documentário como um posseiro esperançoso, que aguarda o retorno de Udelino, acreditando em sua sobrevivência.

Ao compararmos a entrevista de Zé Vermelho, com as demais documentações encontradas, podemos concluir que, das versões apresentadas no documentário, essa é a que melhor se encaixa. Sua ida ao Rio de Janeiro em 1956 pode ser em decorrência da sua residência próxima a capital federal, no caso o município de Paraty. Apesar de não sabermos exatamente onde era a residência de Udelino, é perceptível que ele se manteve em regiões próximas de possíveis articulações políticas, como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Outra questão curiosa sobre Udelino Alves de Matos é em relação a sua aparência física. Em nenhum outro trabalho historiográfico ou jornalístico foi encontrada uma fotografia do líder dos posseiros. Essa questão ficou como um mistério no imaginário dos pesquisadores do tema e moradores da região.

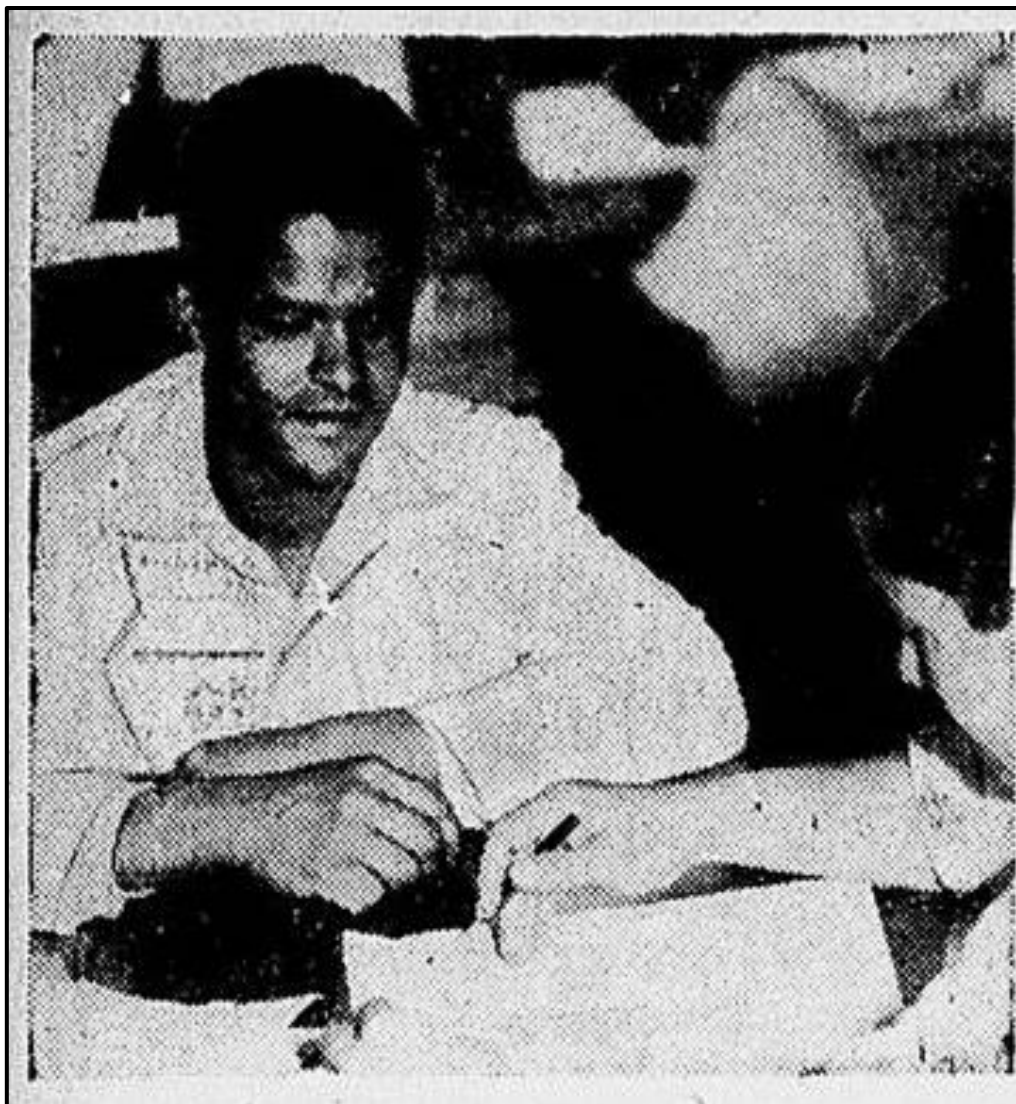
A falta de uma imagem de Udelino incomoda principalmente a imprensa. Em uma matéria memorial sobre o Movimento Udelinista, ao descrever Udelino o jornal *A Tribuna* afirma: “Magro, alto e sempre usando terno preto, Udelino, que não gostava de fotografias, recorria à Bíblia para unir os camponeses.” (SEGATTINI, 2010, p. 18). É preciso compreender também a série de estereótipos existentes nessa frase do jornal. Porém, a matéria se apropriou no fato de não existirem foto do líder, para afirmar que ele não gostava de ser fotografado. Sendo assim, os estereótipos existentes na reportagem se tornaram infundados com os estudos desta pesquisa. Os demais tópicos, por já terem sido trabalhados nos capítulos anteriores não carece maiores análises. Porém, em relação a fotografias de Udelino, foram encontradas em dois jornais, no jornal *Diário da Noite*, de 1956, em que agradece a ajuda de Juscelino Kubistchek; e no *Estado de Minas*, de 1953, no qual relata sua ida a Belo Horizonte para pedir ajuda ao governo mineiro.

Tratam-se de imagens sem muita qualidade, pois foram obtidas através de jornais antigos, pesquisados em versões digitalizadas. Não se pretende aqui fazer qualquer análise sobre a imagem de Udelino. E sim, tornar público essas fotografias para que os demais pesquisadores ou leitores, tenham conhecimento de seus aspectos físicos. Seguem nas páginas seguintes as duas fotografias encontradas nas reportagens.

Encerra-se aqui este último capítulo, após fazermos alguns apontamentos sobre o que foi encontrado de novo a respeito do Movimento Udelinista. Além de questionar algumas questões, espera-se também que a fotografia de Udelino ajude a desmitificar sua imagem como místico, naturalizando o personagem, para que seja possível sua representação como o líder político que foi. Apresentar-se como um sujeito simples ajuda nesse processo de desmistificação.



Fotografia 01: A esquerda o jornalista do *Estado de Minas*, e a direita Udelino Alves de Matos. (SOLDADOS, 1953, p. 07)



Fotografia 02: Udelino Alves de Matos na redação do *Diário da Noite*. (MAIS, 1956, p. 04).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, ao longo desta dissertação, que o Movimento Udelinista necessita passar um processo de revisão historiográfica. Pretendeu-se aqui indicar um possível caminho para realiza-lo, ao começar pelo nome do movimento, e questionando, principalmente, seus aspectos religiosos, além da ideia de tentativa de um novo estado e do que aconteceu com Udelino Alves de Matos, líder do movimento, após empreitada repressiva. Pretendeu-se aqui questionar as reproduções de representações infundadas que ocorrem amiúde quando tratamos do tema.

A maior parte de bibliografia sobre a articulação dos posseiros de Cotaxé chama-o de tentativa de criação do “Estado União de Jeovah”, ou “movimento jeovense”. Nesta dissertação optamos pelo nome de “Movimento Udelinista”. Essa opção ocorre, pois, os demais nomes remetem a aspectos religiosos, pois entendiam a articulação como um movimento messiânico. Como esta pesquisa nega tal aspecto, o nome “jeovense” deixa de ser coerente para denominar a organização dos posseiros da região contestada.

A religiosidade dos udelinistas e do próprio Udelino Alves de Matos, precisa ser vista com cautela. Não pretendemos aqui negar a religiosidade presente na vida dos posseiros. Eram, em sua maioria, católicos, religião muito comum na cultura sertaneja. Porém, não encontramos relações diretas da religião com a articulação dos udelinistas, tratava-se de uma organização política em busca de melhorias para a região. Era um movimento político feito por pessoas religiosas, mas não se tratava de messianismo.

Como vimos anteriormente, ao longo do segundo capítulo, para considerarmos um movimento enquanto messiânico, é necessário que ele tenha objetivos políticos e religiosos integrados, que vejam no líder um enviado de Deus e que a religião influencie a participação dos seus integrantes. O que se nota no Movimento Udelinista nem se aproxima a essas características, os posseiros aderiam a causa por necessidade de terras para plantar e por desejar melhorias na região. Não viam Udelino como um enviado divino e sim como um homem inteligente, pois sabia ler e escrever, sendo assim, capaz de liderar o grupo. Portanto, o Movimento Udelinista é aqui entendido como um movimento agrário em busca, principalmente, de redistribuição de terras.

Pretendeu-se aqui, também, compreender como foi construída a representação messiânica a respeito do Movimento Udelinista. Foi possível constatar que ela surgiu

após a sua repressão policial, quando o governo do Espírito Santo precisou prestar esclarecimentos sobre os excessos de violências cometidas na ação policial. Em um ofício encaminhado ao Ministério da Justiça de Negócios Interiores, o governo alega que ali pretendiam criar um “Novo Canudos”, além de objetivar criar a “República União de Jeovah” (ESPÍRITO SANTO, 1953e). Nota-se que o governo busca justificativas para o ato repressivo feito contra os posseiros. Alegar que o movimento era messiânico, que Udelino abusava da “inocência” de sua população, e objetivava criar uma nova república, foi a forma encontrada pelo governo capixaba de deslegitima-lo.

Essas fontes, por serem documentos oficiais, acabaram sendo melhor preservadas, e foram as primeiras encontradas pelos pesquisadores pioneiros sobre esta temática. Ao encontrarem tal representação messiânica e de criação do novo estado, eles a reproduziram. Assim, essa interpretação acabou se tornando hegemônica quando se trata dos posseiros da região contestada entre os estados mineiros e capixabas. Essa imagem criada chega, inclusive aos livros didáticos sobre História do Espírito Santo e em reportagens contemporâneas.

Utilizando o conceito de Roger Chartier (1990), podemos afirmar que há, nesse caso, um “conflito de representação”. Pois existem duas formas de apresentar os acontecimentos, uma que afirma que o movimento era messiânico e queria construir um novo estado na região, e outra que nega o messianismo do movimento, além de negar a tentativa de criação do novo estado. Essa segunda representação, encontrada na voz de apoiadores do movimento, alegam que seu objetivo era a garantia de acesso à terra a todos os posseiros, além de demais melhorias para a região. Cada grupo político defende uma representação. Enquanto o governo utilizou-se de uma imagem criada para defender a repressão aos udelinistas, outros utilizaram de sua interpretação para defender sua existência.

Enquanto a questão messiânica ficou melhor esclarecida ao longo da pesquisa, a questão da criação do Estado União de Jeovah ficou em aberto, gerando diversas dúvidas. Vale ressaltar que anteriormente a esta pesquisa havia somente um tímido questionamento, feito por Wallace Pontes (2007), a respeito da tentativa de criação do novo estado. Os demais pesquisadores não levantavam suspeitas, e acreditavam na tentativa de criação do novo estado.

A partir da análise dessas fontes, foi possível compreender que também há um conflito de representação em relação ao Estado União de Jeovah. Se de um lado temos os relatórios de governo, a maior parte da imprensa e a memória local da região entendendo que Udelino e seus apoiadores queriam construir um novo estado na região; do outro temos o discurso do deputado federal Wilson Cunha e o jornal comunista *Folha Capixaba*, que negam a tentativa e construção de um estado, além de afirmarem que isso foi invenção do próprio governo repressivo.

Esse conflito de representação apresentado nos traz algumas dúvidas a mais, o que dificulta chegar uma conclusão mais precisa. Não é possível dividir claramente em quem apoiava ou não os udelinistas com que afirma ou não a criação do estado. Existem os documentos oficiais e a imprensa contrários aos posseiros que afirma a tentativa de criação do Estado União de Jeovah, porém a memória local dos moradores de Cotaxé também recordam essa tentativa, mesmo apoiando o movimento. Negando a criação do estado foram encontrados o jornal *Folha Capixaba*, e os discursos de Wilson Cunha, ambos defensores do Movimento Udelinista.

Tendo essas características podemos criar duas hipóteses. A primeira é que o estado também inventou a criação do novo estado como forma de deslegitimar o movimento, e como essa representação foi apropriada pela bibliografia, imprensa e materiais didáticos, o que possivelmente teria afetado a memória dos moradores da região, mesmo a dos que vivenciaram a época, alterando-a, e adequando-a a essa representação do Estado União de Jeovah. A segunda hipótese possível é que o Movimento Udelinista e seus apoiadores escondiam de grandes divulgações a tentativa de criação do novo estado, pois compreendiam que tal objetivo poderia ser utilizado contra eles. Vale ressaltar que estamos tratando de um documento da imprensa, ou seja, de grande circulação, e dos depoimentos do Deputado Wilson Cunha na Câmara dos Deputados, local em que seria impossível defender a criação do novo estado.

Apesar de não ser possível, por ora, chegar em uma conclusão definitiva sobre a existência ou não da intenção de criar o Estado União de Jeovah, é possível compreender que havia na época um claro conflito de representação, em que cada grupo defende sua interpretação dos acontecimentos a fim de defender ou condenar o Movimento Udelinista. E torna-se importante entender também que a representação da criação do Estado União de Jeovah não é a única possível ao tratarmos do primeiro movimento agrário dos posseiros de Cotaxé.

Esta pesquisa que se preocupou em fazer alguns revisionismos históricos em relação ao Movimento Udelinista, além de compreender o que sucedeu com o líder Udelino. Ele, que até então era tratado como um desaparecido da região, e seus pesquisadores, não raro, levantando suspeitas de sua morte pela Polícia Militar do Espírito Santo, agora pode ter mais uma parte da sua história revelada. Foi possível, com esta pesquisa, entender o processo de fuga de Udelino, que retorna ao Rio de Janeiro em busca de ajuda do governo federal, e em seguida parte para a capital mineira em busca de ajuda do governo estadual.

Essa ida de Udelino a Belo Horizonte após a repressão policial, além de comprovar o seu sucesso na fuga, coloca mais uma vez em cheque a representação da tentativa de criação do Estado União de Jeovah. Pois, como um movimento que deseja criar um novo estado pede ajuda a outro estado da federação que a região possivelmente pertenceria? Essas informações não são precisas, o que complica a reafirmação dessa representação em demais veículos como materiais didáticos e imprensa, como ocorre ainda atualmente.

A título de curiosidade, os jornais *Estado de Minas* e *Diário da Noite*, responsáveis por documentar as idas de Udelino tanto a Minas Gerais como ao Rio de Janeiro também foram as fontes que possibilitaram encontrar, pela primeira vez na historiografia do movimento, fotos desse personagem. Nenhum outro pesquisador havia encontrado fotografias de Udelino, o que gerava um incômodo em todos os interessados sobre o evento. Sua comparação com Canudos acabava gerando no imaginário a imagem de um líder mais velho e barbudo como teria sido Antonio Conselheiro, muito diferente de sua aparência física de homem jovem, negro ou pardo, sem nenhuma barba. Ao menos essas fotografias servem para aproximar mais esse personagem dos seus leitores, desmistificando alguns aspectos, como sua constante comparação a um beato.

Por fim, compreendemos a necessidade de uma revisão historiográfica sobre o Movimento Udelinista, principalmente no que tange sua representação em materiais didáticos e midiáticos, por ter um alcance maior de público. Como proposta proponho a compreensão do Movimento Udelinista como não messiânico, e que possivelmente não objetivava criar um novo estado. Tratava-se de uma organização apartidária dos posseiros da região de Pedra da Viúva em busca de garantias de sua permanência nas terras, além de lutar por melhorias na região. Lembrando que essa representação foi criada com

objetivos políticos da época, gerando um conflito de representação, e compreender esse conflito de representação ajuda-nos a compreender os conflitos da terra.

Com essa nova proposta historiográfica de pensar e compreender o Movimento Udelinista que se encerra esta dissertação. Esperamos que a constante construção da história agrária fortaleça as vidas e as lutas daqueles que vivem da terra.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURRE, Maria Beatriz Figueiredo. **A metaficção histórica no romance “Cotaxé”, de Adilson Vilaça**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2000.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: Formas e transformações da memória cultura**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

BOSI, Ecléa, **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Antêntica, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

COSTA, Flávio José Simões. **Antonio Conselheiro, louco?** Ilhéus, Editus, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARCIA, Élio Ramires. **Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: transição e longevidade**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. (1986). In: WELCH, Clifford Andrew. et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAIS, Cícero. **As questões de limites que o Espírito Santo sustentou**. Vitória: Real Gráfica, 1971.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vazios demográficos ou territórios indígenas? In: **Dimensões** – Revista de História da Ufes. Vitória: universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 11, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 16 nº 46, 2001.

OBBERG, Kalervo. O camponês marginal no Brasil rural. (1957). In: WELCH, Clifford Andrew. et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: Notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.). **História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo: no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus Editora / Edusp, 1965.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao Presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. In.: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. I: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANTOS, Pedro Brum. Literatura e intervenção: Romance Histórico no Brasil. In. **Floema**: Caderno de teoria e história literária. Ano VII, nº 09, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/viewFile/792/792>>. Acessado em 15/11/2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUZA, André Luiz Gomes de. **História do Estado de União de Jeovah**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos: O povo da terra**. São Paulo: Ática, 1997.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

FONTES DOCUMENTAIS

ESPÍRITO SANTO (estado). Assembleia Legislativa. **Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53**. 16 de abril de 1953. (a)

ESPÍRITO SANTO (estado). Assembleia Legislativa. **Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 144/53**. 14 de outubro de 1953. (b)

ESPÍRITO SANTO (estado). [Ofício] **N.G. 669**. Vitória, 13 de fevereiro de 1953. [para] Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro. (c)

ESPÍRITO SANTO (estado). [Ofício] **N. G. 953**. Vitória, 04 de março de 1953. [para] Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro. (d)

ESPÍRITO SANTO (estado). [Ofício] **N. G. 1417**. Vitória, 09 de abril de 1953. [para] Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro. (e)

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Ano VII – nº 117. Capital Federal. Sábado, 28 de Junho de 1952

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Ano VIII – Nº 86 – Capital Federal. Sexta-Feira, 8 de Maio de 1953.

MATOS, Udelino Alves de. **[carta]** Rio de Janeiro, 15 de abril de 1953, [para] CARDOSO, Cristolono. Barra de São Francisco – ES.

FONTES ORAIS

ARAÚJO, Anísio Ribeiro de. **Estado de União de Jeovah**. 2010. Entrevista concedida a Victor Augusto Lage Pena, Ecoporanga, 13 jun. 2010.

CAIADO, Janda das Virgens. Os posseiros de Cotaxé. 2015. Entrevista concedida a Victor Augusto Lage Pena, Ecoporanga, 06 jun. 2015.

SERRA, Josué Brochini. **Estado de União de Jeovah**. 2010. Entrevista concedida a Victor Augusto Lage Pena, Ecoporanga, 13 jun. 2010.

FONTES LITERÁRIAS

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2002.

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo**. Vitória: Coojes, 1984.

LEITE, Paulino. **O massacre de Cotaxé**. Vitória, EDIT, 2001.

MOREIRA, Thaís Helena L.; PERRONE, Adriano. **História e Geografia do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 2007.

SILVA FILHO, Augusto Gomes da. **História do Espírito Santo**. São Paulo: FTD, 2008.

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé**. Vitória: Textus, 4ª ed., 2007. (a)

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé: a reinvenção de Canudos**. Vitória: IHGES, 2007. (b)

FONTE AUDIOVISUAL

O EFÊMERO estado União de Jeovah. Direção e produção: Joel Zito Araújo. Vitória: L.C.A. Produções, 1999. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6kD-FvhdPaM>> Acessado em: 10 de março de 2014.

FONTES MIDIÁTICAS

CURRY, Andréia. Udelino prometia um paraíso na terra. **A Gazeta**. 10 de agosto de 1997.

GRAVES ACONTECIMENTOS em Barra de São Francisco. **Folha do povo**, ed. 305. Vitória: sábado, 7 de março de 1953.

GRAVES ACUSAÇÕES ao deputado Wilson Cunha. **Folha do Povo**, ed. 333. Vitória: terça-feira, 14 de Abril de 1953.

GRUPOS armados invadem território mineiro. **Estado de Minas**. Belo Horizonte: 24 de fevereiro de 1953.

HUMILDES posseiros em Casablanca dizem-se perseguidos pela polícia. **Estado de Minas**. Belo Horizonte: 13 de março de 1953.

INVADEM propriedades e matam seus donos. **Correio da manhã**. Vitória: terça-feira, 3 de março de 1953.

MAIS de 1.000 lavradores gratos a Juscelino. **Diário da noite**. Rio de Janeiro: 13 de julho de 1956.

NOSSA, Leonencio. Guerras desconhecidas do Brasil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 19 de dezembro de 2010.

SANGRENTA e cheia de crimes a história do monopólio de terras no Espírito Santo. **Folha Capixaba**, ed. 962. Vitória: sábado, 21 de maio de 1955.

SEGANTTINI, Fábio. Um estado diferente do Norte. **A Tribuna**. 25 de abril de 2010.

SOB ameaça de um banho de sangue. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro: sexta-feira, 14 de novembro de 1952.

SOLDADOS do Espírito Santo estão sendo instrumentos dos “grileiros”. **Estado de Minas**. Belo Horizonte: 20 de março de 1953.

SURGE uma nova Canudos em pleno norte capixaba. **Folha do Povo**. Vitória, quarta-feira, 11 de março de 1953.